

# UM BRASIL

## MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

ANO 11

---

ENTREVISTAS | DEBATES | ARTIGOS  
MATÉRIAS | ESTUDOS | CHARGES

---

REFORMA ADMINISTRATIVA  
INSEGURANÇA JURÍDICA  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

---

ABERTURA COMERCIAL  
SEGURANÇA PÚBLICA

---

EDUCAÇÃO  
GOVERNO DIGITAL

REALIZAÇÃO

FECOMERCIO<sup>SP</sup>

---

A plataforma **UM BRASIL** nasceu com uma ambição única: ser um espaço de reflexão e proposições sobre o País, considerando a sua complexidade, vozes diversas, contradições e esperanças.

Ao longo de uma década, seus debates e entrevistas trouxeram às telas e às páginas aspectos que moldam a alma de uma nação, reunindo vozes — algumas dissonantes, outras convergentes — ávidas por respostas. Não há certezas definitivas, mas a convicção da busca por um caminho coeso.

Agora, neste 11º livro, **UM BRASIL** volta a sua atenção para um tema que carrega em si o anseio de um amanhã melhor: a modernização estatal. O que significa e como tornar um governo mais justo e mais eficiente? Modernizar o Estado vai além de desafios técnicos; é uma oportunidade de reinvenção — justamente o que esta publicação propõe, com a clareza de quem entende a urgência e a profundidade de mudanças necessárias. Um chamado à transformação.



@CANALUMBRASIL

UMBRASIL.COM



Baixe a  
versão  
digital  
desta  
publicação

#11

# UM BRASIL

MODERNIZAÇÃO  
DO ESTADO

---

ENTREVISTAS | DEBATES | ARTIGOS  
MATÉRIAS | ESTUDOS | CHARGES

---

REFORMA ADMINISTRATIVA  
INSEGURANÇA JURÍDICA  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

---

ABERTURA COMERCIAL  
SEGURANÇA PÚBLICA

---

EDUCAÇÃO  
GOVERNO DIGITAL

## Diálogo e representação

**ABRAM SZAJMAN,**  
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços  
e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP),  
entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

É na produção de conhecimento que reside um dos ativos mais valiosos da **Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)**. Nas últimas décadas, nossos estudos e nossas pesquisas colaboraram, em momentos fundamentais, com as discussões jurídico-econômicas do País. Oferecemos ao Poder Público, ao mercado e à sociedade a visão de quem dialoga com o setor produtivo, acolhe suas preocupações e sugere alternativas para melhorar as condições de empregar e movimentar os negócios.

Sustentado por essa base sólida, o nosso trabalho de representação empresarial cunhou, como traço fundamental, a abertura para as novas tendências. Com base nessa premissa, enquanto interlocutores do Estado mais pujante da Nação, procuramos desempenhar um papel estratégico ao conectar a produção técnica de nossa Assessoria com as prioridades da agenda nacional.

Desde 2014, essa atuação ganhou um reforço: o conteúdo produzido pelo Canal **UM BRASIL**. Ao interagir com especialistas de renomes nacional e internacional, esse instrumento de comunicação possibilitou à Federação expandir as reflexões acerca dos desafios e das oportunidades do Brasil contemporâneo.

Nesse sentido, as problemáticas analisadas nas páginas a seguir interessam e afetam direta ou indiretamente os setores de Comércio, Serviços e Turismo — os quais respondem por uma parcela relevante do Produto Interno Bruto (PIB) nacional —, bem como refletem o olhar holístico da Entidade sobre a superação de entraves no ambiente de negócios.

Acreditamos que a construção de um país mais competitivo passa pela articulação de ideias que possibilitem integrar a todos. Com essa visão, seguimos pressionando por mudanças estruturais e fortalecendo a nossa missão de contribuir para um Brasil que valorize o empreendedorismo e o crescimento sustentável.

## Um Brasil que reflita o mundo

---

**IVO DALL'ACQUA JÚNIOR,**  
presidente executivo da FecomercioSP

As transformações que afetam o mundo contemporâneo são inescapáveis a todos os setores. Tecnologias tracionadas por Inteligência Artificial (IA), novas dinâmicas nas relações de trabalho e mudanças de paradigmas do comportamento humano estão dando novos contornos, dia após dia, aos mercados e às sociedades. Esse mesmo mundo não se resume mais a conceitos binários de “uma coisa ou outra” ou soluções simplistas. Paremos para refletir: quais segmentos permanecem iguais em relação ao que foram nas últimas décadas? Poucos. Ou mesmo nenhum.

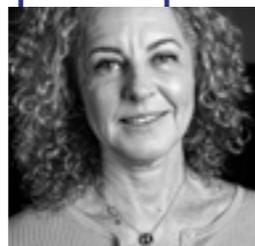
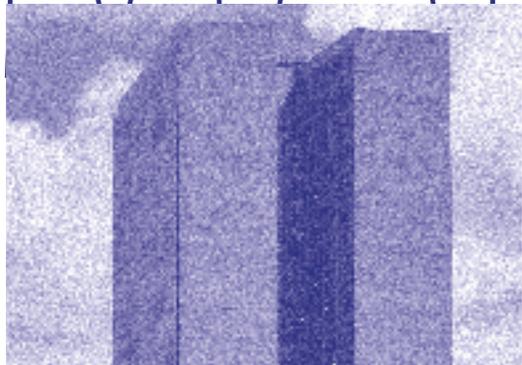
A revolução digital, um dos vetores dessa inovação, tem promovido melhorias nos processos produtivos e nas formas de gestão. Vemos empresas explorando novos modelos, otimizando operações, remando a favor dos ventos. Mas e quando nesse mar de novidades há um sócio, o Estado, que limita o crescimento e enfraquece o dinamismo dos negócios?

As várias facetas desse desequilíbrio entre público e privado são explicitadas nas frentes de trabalho da **Federação do Comércio de Bens, Serviços**

**e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)**, como o Canal **UM BRASIL**. No campo jurídico, há a insegurança de contratar e surpreender-se com custos mais altos do que a lei preconiza; na esfera econômica, o gasto público desenfreado que afeta a curva de juros e o custo do capital; na Segurança Pública, existe a necessidade de investimentos próprios para reduzir o medo — citando apenas três implicações do Custo Brasil que afetam o empreendedorismo. Enquanto isso, na esfera estatal, nos últimos 40 anos, as despesas subiram de 25% para mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB), se consideradas as despesas com juros. E o mais preocupante: esse aumento não se reflete em melhores serviços na Educação ou na Infraestrutura.

Por essas razões, entendemos a modernização do Estado como uma pauta prioritária. No fim das contas, o resultado que esperamos é recuperar o atraso que nos fez crescer menos, empregar menos e conviver com um círculo vicioso de baixa produtividade e mão de obra deficitária.

---



22

**ANA CARLA ABRÃO**

A agenda de um novo Estado

**14 REFORMA ADMINISTRATIVA**

Os passos para a modernização

26



**LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA**

Dilemas da gestão

30



**FELIPE SALTO**

Compromisso com o fiscal



**CAIO MEGALE**

Produtividade e crescimento

34

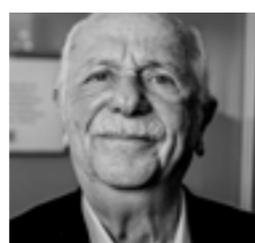
36



**ARMÍNIO FRAGA E PAULO HARTUNG**

Um Brasil possível

42



**HÉLIO ZYLBERSTAJN**

Educação para produzir melhor

48



**A ECONOMIA EM 2025**

por Antonio Lanzana

52



**MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Seremos mais verdes em 2030?

60



**MÁRCIO ASTRINI**

A vida das florestas

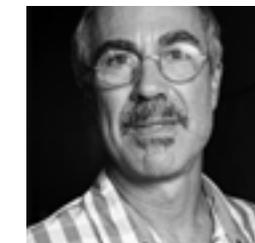
70



**ALEXANDRE PRADO**

Oportunidades do carbono

74



**BRUNO PAES MANSO**

Religião e crime organizado

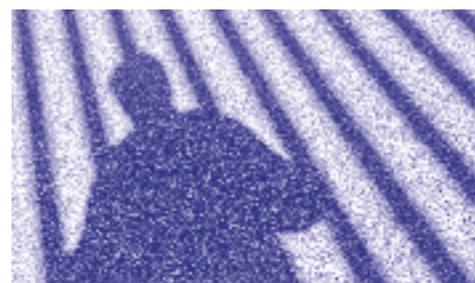
66



**JORGE CALDEIRA**

Pelas árvores do Brasil

36



78

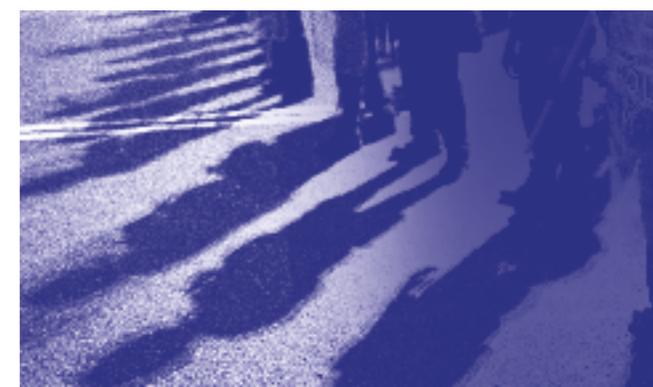
**SEGURANÇA PÚBLICA**

Prevenção em várias frentes

82

**GUARACY MINGARDI**

Polícia Civil em extinção





86

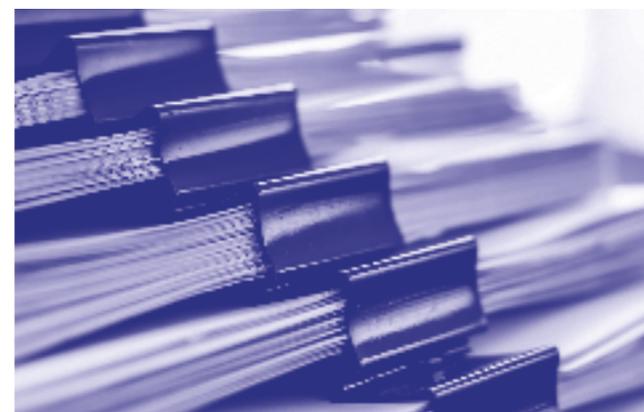
92

**PEDRO NERY**  
Brasil de extremos



**CRESCER  
POR MAIS  
ACESSO**

RICARDO PAES  
DE BARROS  
E LAURA  
MACHADO



126

**LUIZ BICHARA**  
Penduricalhos  
tributários

98

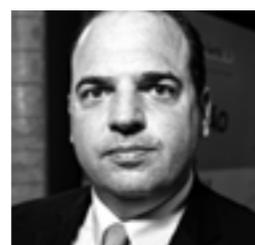


96

**DAVID JUSTINO**  
Educação pela  
cidadania



**EDUARDO  
GIANNETTI**  
Ensino e liberdade

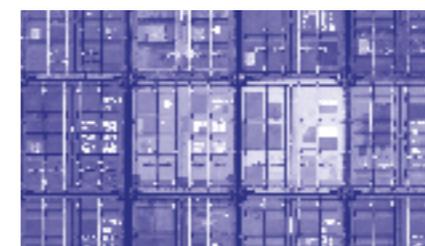


104

**RONY VAINZOF**  
As oportunidades  
da Inteligência  
Artificial

118

**INSEGURANÇA JURÍDICA**  
O custo da incerteza



140

**OTAVIANO  
CANUTO**  
Protecionismo  
em nova fase



106

**GOVERNO DIGITAL**  
Serviços na palma da mão



142

**LARISSA  
WACHHOLZ**  
Ambição para  
exportar

148



**LUCIANO  
MENEZES**  
Negócios sem  
fronteiras

150



**WILLIAM  
MALONEY**  
Competitividade  
latina

156



**MEMÓRIA  
RUBENS RICUPERO**  
Bastidores do Plano Real

110

**FRANCISCO  
GAETANI**  
Poder em disputa



114

**DORA KAUFMAN**  
A Inteligência Artificial  
e o futuro do trabalho



# A PRÓXIMA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

O País convive com baixo crescimento econômico há décadas. Na vida cotidiana, os brasileiros acostumaram-se com serviços públicos de má qualidade. Fazer negócios por aqui é mais custoso do que as empresas podem, ou deveriam, pagar. E, mesmo com tanto valor pago em impostos, o retorno é cada vez pior. Diante desse cenário, surge a urgência de uma Reforma Administrativa que considere as complexidades do Estado brasileiro para além da questão fiscal.

Há pelo menos 40 anos, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumenta muito abaixo da média mundial, o que significa dizer que, relativamente, o País está ficando cada vez mais pobre. Enquanto a economia global cresceu 324% entre 1980 e 2022, a expansão brasileira foi de 139%. Considerando a última década, o desempenho é ainda pior: o Brasil obteve uma alta acumulada de 5,4%, mas os países emergentes avançaram 52%. É o que os especialistas chamam de década perdida. Se tivesse acompanhado o mundo desde 1980, o PIB nacional seria 77,5% maior. Com a mesma estrutura, a renda média dos brasileiros, os lucros das empresas e os recursos para políticas públicas seriam 77,5% maiores. No entanto, se a economia desenvolve-se de forma errática, o mesmo não se pode dizer dos gastos públicos e da carga tributária. Há uma máquina burocrática e cara que dificulta a vida de quem trabalha, empreende e gera renda. E apenas 1% do orçamento público é destinado aos investimentos que de fato são capazes de estimular o crescimento. Além disso, enquanto a tração da economia foi arrefecendo, o Estado cresceu às custas de mais impostos, frente a uma carga tributária que mantém-se acima de 30% do PIB desde o ano 2000.

“O Brasil está estagnado”, afirma Antonio Lanzana, professor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). “E isso tudo por causa do Estado, presente em atividades em que não apenas se mostra ineficiente, como também desnecessário”, prossegue. Segundo Lanzana, mesmo nas áreas em que a população precisa da presença estatal, há deficiências graves, como na Educação, na Saúde e na Segurança Pública. “O saldo é um Estado caro e grande — e que não funciona”, opina.

O diagnóstico é a alavanca para a agenda na qual a FecomercioSP está trabalhando sistematicamente desde 2024. Na visão da Entidade, como o Estado oferece serviços de má qualidade, eventualmente acaba contribuindo para a desigualdade, já que são as classes mais baixas as mais dependentes dos equipamentos públicos, ainda que lidem com

a mesma carga de impostos que os mais abastados. Mais do que isso, o Estado segue ofertando salários altíssimos para cargos estáveis e sem padrões de avaliação regulares, mantendo uma estrutura arcaica, o que, por isso mesmo, não permite elevar o padrão qualitativo dos serviços. Além da desigualdade social, que se mantém, essa é uma realidade que atrapalha a vida de milhões de empresas e pequenos empreendedores, que precisam de uma máquina estatal mais eficiente para tocar os negócios.

#### REFORMAR PARA DESBUROCRATIZAR

Dados internacionais confirmam o problema estrutural do Brasil. Em 2019, o Fórum Econômico Mundial publicou um ranking de competitividade em que o País consta em uma modesta 71ª colocação, principalmente por causa do peso da burocracia estatal na definição de novos negócios. Na lista do Instituto Internacional de Desenvolvimento Gerencial (IMD, na sigla em inglês) — que analisa, todos os anos, o nível de 64 países em termos de desenvolvimento econômico —, o Brasil era o 60º, entre Botsuana e África do Sul, na edição de 2022. A pontuação mais baixa foi justamente no critério eficiência governamental.

“Vamos supor que eu seja proprietário de quatro lojas de varejo: duas em Minas Gerais e outras duas em São Paulo”, sugere Fabio Pina, assessor da FecomercioSP. “Se estiverem em cidades diferentes, terei de cumprir com quatro regras distintas de uma mesma agência, o Procon. São duas legislações estaduais e as normas de cada município. Agora, imagine isso em diversas esferas: vigilância sanitária, liberação de alvarás etc. É uma burocracia enorme”, pontua. A imagem do empreendedor que precisa lidar com regras distintas de um mesmo aspecto do negócio é um diagnóstico econômico e, também, uma percepção popular. O Índice de Burocracia na América Latina, um relatório do *think tank* Atlas Network, dos Estados Unidos, mostrou que, em 2022, uma empresa comum levava, no Brasil, 180 horas (ou 7,5 dias), em média, para processar todos os trâmites burocráticos até começar a operar. De acordo com Pina, efetivar a Reforma Administrativa teria efeitos significativos

Ao longo de décadas,  
o custo do Estado aumentou...

#### GASTO PÚBLICO

25% DÉCADA DE 1970

40% HOJE

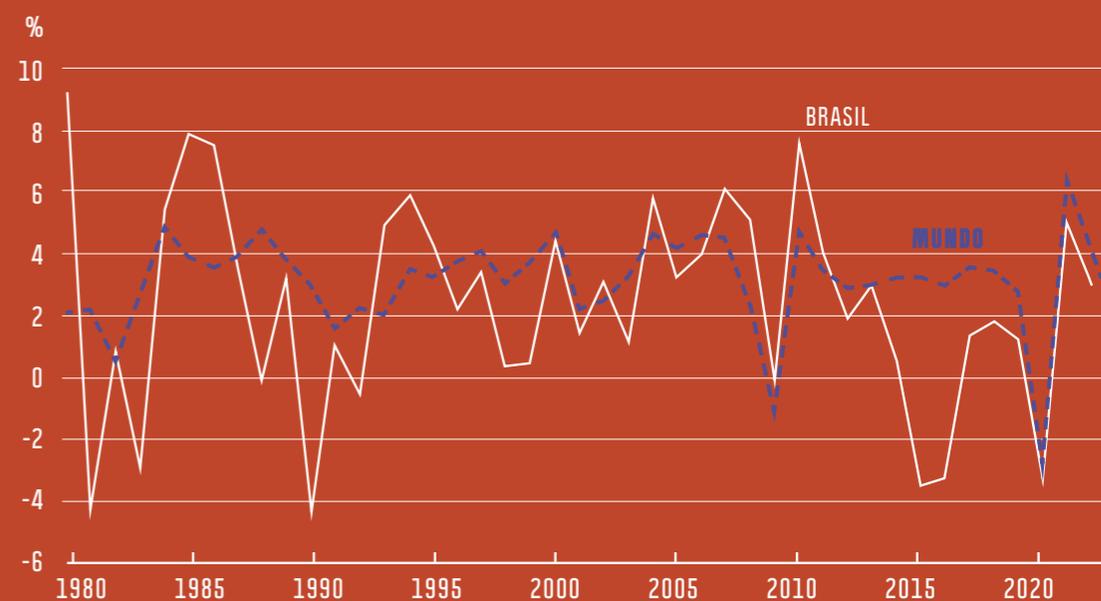
... e, também, a arrecadação

#### CARGA TRIBUTÁRIA

25% DÉCADA DE 1970

34% HOJE

## Evolução do PIB: Brasil X mundo



sobre essa realidade, já que tornaria o funcionamento do Estado mais eficiente. O ponto central é que o País cria muitas regras, nem sempre razoáveis, que surgem majoritariamente para ampliar o controle estatal. “O Estado, em algumas atividades, tornou-se um fim em si mesmo: gastos muito elevados, prazos enormes e uma tentativa de controlar tudo o tempo todo, o que eleva ainda mais a burocracia”, detalha. O economista defende que o Estado invista fortemente em tecnologia. “Há muitos serviços que podem ser ofertados sem nenhuma necessidade de ir a um cartório, por exemplo, ou de recolher uma assinatura”, continua.

Nesse sentido, o Brasil já tem algo a oferecer: o Gov.br, aplicativo criado em 2019 com o objetivo de centralizar a maior parte das demandas dos cidadãos em um único lugar — valendo-se de um dispositivo amplamente popular, o smartphone. Cerca de 150 milhões de brasileiros já se cadastraram e 4,2 mil serviços estão disponíveis. É o começo, na avaliação de Pina. “Trata-se de um exemplo extremamente positivo. O próximo passo é tirar servidores de tarefas repetitivas, que podem ser digitalizadas, e inseri-los em atividades mais estratégicas. Estou otimista, temos direções para seguir”, ressalta.

#### SERVIÇO PÚBLICO NO CENTRO DA REFORMA

“É preciso examinar como o Estado arrecada e gasta o dinheiro”, enfatiza Sérgio Costa, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos (LAI) da Universidade Livre de Berlim. “Veja a nossa educação. As cotas promoveram uma verdadeira revolução na universidade brasileira, mas investimentos nesse campo têm efeito real sobre a desigualdade somente se a escola pública for tão boa quanto a privada”, sentencia. É uma tese que Costa já havia explorado em *Repensar las desigualdades*, livro que publicou pela editora espanhola Siglo XXI, em 2020, em coautoria com a socióloga Renata Motta — também professora no LAI, em Berlim — e Elizabeth Jelin, socióloga argentina que faz parte do quadro de pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (Ides), em Buenos Aires. “As disparidades educacionais sustentam as diferenças sociais no Brasil hoje”, afirma Elizabeth. Ela considera que quem termina o ciclo escolar no siste-

ma público tende a ocupar posições piores no mercado de trabalho — quando não, engrossa as fileiras de mão de obra precária dentro das plataformas —, enquanto colégios privados formam profissionais qualificados e prontos para assumir cargos de liderança.

Não se trata de um diagnóstico isolado. Têm percepções bastante parecidas economistas como Ana Carla Abrão, doutora pela FEA-USP, que atuou como pesquisadora do Banco Central (Bacen) e na área de Novos Negócios da B3 antes de assumir o cargo de diretora-presidente da Associação Open Finance, em janeiro de 2025, e Fabio Giambiagi, pesquisador no Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), além do advogado Marcelo Guarany, ex-secretário-executivo do Ministério da Economia, e de Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo e atual presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). Esses especialistas também apontam que, além dos aspectos estruturais da desigualdade brasileira, o baixo nível dos serviços oferecidos à população perpetua essa condição. “Se conseguirmos melhorar os serviços, será possível inserir as classes baixas em posições mais próximas às dos estratos mais ricos”, argumenta André Sacconato, economista da FecomercioSP.

Um estudo da organização social Agenda Pública escancara a insatisfação dos brasileiros com os serviços públicos. Em São Paulo, por exemplo, somente 15% das pessoas dizem estar satisfeitas com o ensino municipal — isso significa que oito em cada dez paulistanos (85%) estão infelizes, de alguma forma, com o sistema. No Rio, a taxa é de 12%. A melhor pontuação é de Curitiba, com 26% de aprovação. Em uma escala contrária, medindo o descontentamento, a Agenda Pública ouviu de 61% dos paulistanos que a disponibilidade de médicos na rede ambulatorial da cidade é insatisfatória, taxa que foi de 54% em Fortaleza e de 60% em Manaus. “Nós gastamos muito mal — é um fato”, corrobora Giambiagi. “A situação fica ainda mais grave quando observamos o aumento constante da arrecadação, sem que haja um retorno efetivo”, completa. Dados oficiais mostram que o governo arrecadou R\$ 1,89 trilhão em 2013, ou quase o total dos R\$ 2,17 trilhões previstos. Dez anos depois, em 2023, esse

valor subiu para R\$ 4,3 trilhões, num orçamento que previa um montante de mais de R\$ 5 trilhões. Nesse interim, gastos com pessoal chegaram a 13,5% do PIB, segundo números da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — uma taxa 4,2 pontos percentuais acima da média dos países da organização (9,3%). “No entanto, é importante que não haja qualquer confusão de objetivos. O Brasil precisa de uma Reforma Administrativa não para promover ajuste fiscal, mas para atacar um problema que é da ordem da desigualdade”, prossegue Giambiagi. “Isso não significa que, lá na frente, não vá afetar as contas, mas não é o foco”, ressalta.

#### UM ABISMO DE 130%

Há décadas, sempre que o tema da Reforma Administrativa surge entre as demandas do setor

produtivo, o que se manifesta em primeiro plano é o possível efeito fiscal que causaria — e qualquer oposição a essa reestruturação utiliza o mesmo recurso para criticá-la. O novo capítulo da polêmica, porém, tem novos contornos. No centro do debate sobre qualidade do serviço público, está quem os oferece: servidores cuja remuneração chama a atenção, para cima e para baixo, com desempenho muitas vezes comparado ao dos trabalhadores da iniciativa privada. Sacconato, da FecomercioSP, lembra como, por muito tempo, a discussão sobre os salários do funcionalismo alicerçou-se na constatação equivocada de que, quanto maiores os rendimentos e benefícios nas carreiras públicas, mais os servidores se empenhariam nas funções — e, então, se elevaria o nível geral dos serviços. Foi assim que a distância entre rendimentos e qualidade do atendimento aumentou.

EMPREGADOR	TOTAL DE EMPREGADOS	REMUNERAÇÃO MÉDIA
SETOR PÚBLICO FEDERAL	938.997	R\$ 11.086,38
SETOR PÚBLICO ESTADUAL	2.962.518	R\$ 7.236,44
SETOR PÚBLICO MUNICIPAL	5.908.300	R\$ 4.126,58
SETOR PÚBLICO (OUTROS)	23.241	R\$ 3.689,08
EMPRESAS ESTATAIS	731.267	R\$ 10.832,57
EMPRESAS PRIVADAS	36.934.241	R\$ 3.128,51
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	3.551.726	R\$ 3.599,40
PFS/ORGANIZAÇÕES LEGAIS	430.665	R\$ 2.334,09
NÃO CLASSIFICADOS	1.309.919	R\$ 2.348,54



Cálculos da FecomercioSP dão uma dimensão do abismo. Com base em relatórios da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a Entidade constatou que a diferença entre a remuneração média dos cargos públicos de nível federal (R\$ 11 mil) e os salários pagos no setor privado (R\$ 3,1 mil) é de relevantes 254,4%. Não apenas: na comparação entre funcionários federais e estaduais (média de R\$ 7,2 mil), a discrepância é de 131,3%. “Esses servidores estaduais não têm os privilégios salariais que vemos no topo da pirâmide”, observa Ana Carla, da Associação Open Finance. “Essa questão também deve fazer parte de uma Reforma Administrativa, ou seja, tornar os modelos de remuneração, de reconhecimento e de desempenho mais justos”, enfatiza. Em outras palavras, os salários mais elevados estão concentrados em um grupo relativamente pequeno da burocracia estatal — aproximadamente 938 mil servidores —, ao passo que, entre os cerca de 5,9 milhões de funcionários espalhados pelas cidades brasileiras, o salário médio chega próximo a R\$ 4 mil.

Giambiagi, do Ibre, direciona a sua análise para a eficiência. “Em uma empresa comum — e mesmo nas estatais —, todo mundo sabe quem trabalha e quem não trabalha, assim como todo mundo

sabe qual chefe é bom e qual não é”, assegura o economista. Por isso, trata-se de um problema de eficiência. Afinal, ainda que os gastos com pessoal acompanhem o ritmo de expansão do orçamento (cerca de 1,7% do PIB), a máquina estatal não entrega a qualidade que deveria em razão do seu custo, explica o especialista.

Dentre as ideias de Giambiagi, condensadas no livro *Reforma do Estado brasileiro: transformando a atuação do governo* — lançado em 2020 pela editora Atlas, em parceria com os economistas Sérgio Guimarães e Antônio Ambrozio —, destacam-se a revisão dos cargos que detêm estabilidade garantida por lei, a implementação de métricas de desempenho dos servidores e uma readaptação da estrutura salarial. Segundo Ana Carla, essa realidade estruturou-se a partir do excesso de carreiras ativas, cerca de 300 somente sob o guarda-chuva do governo federal, e também em seus benefícios exagerados. Dessas carreiras, “muitas desempenham as mesmas funções, mas algumas com privilégios, proteção de espaço ou progressões muito rápidas. Precisamos detectar privilégios e deficiências, além de harmonizar o processo”, explica a economista.

## Mas... como fazer?

1. Promover um reforço da Reforma da Previdência.
2. Viabilizar nova rodada de Reforma da Previdência para Estados e municípios.
3. Vedar a criação de novas despesas obrigatórias pela União, pelos Estados ou pelos municípios.
4. Limitar a possibilidade de promoção anual a 5% dos funcionários públicos, com exceção de promoções que impliquem alteração de atribuições.
5. Barrar o dispositivo de promoção por tempo de serviço.
6. Acabar com concursos baseados na criação de cargos públicos.
7. Definir regras para reajuste de salários já existentes, limitando-se à correção monetária.
8. Diminuir até 25% da carga horária de funcionários públicos, com consequente redução salarial no ano subsequente ao não atingimento de metas estabelecidas para o período anterior.
9. Desenhar um dispositivo no qual, em caso de excesso de arrecadação ou superávit financeiro, o excedente fique reservado ao pagamento das dívidas públicas.
10. Proibir a ampliação e a concessão de novos benefícios tributários.
11. Fomentar a contratação terceirizada em caso de aumento da demanda por mão de obra.
12. Instituir medidas de processos de digitalização e atendimento eletrônico, diminuindo a burocracia e a necessidade de atendimento presencial.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O CÓDIGO QR E CONHEÇA OS PLEITOS DA FECOMERCIO-SP PARA UM ESTADO MAIS EFICIENTE



# Reformar para modernizar

Entrevista THAIS HERÉDIA  
realizada em fevereiro de 2024

Ao lado do economista Armínio Fraga e do doutor em Direito Carlos Ari Sundfeld, **ANA CARLA ABRÃO** é autora de um dos projetos de Reforma Administrativa apresentados ao Congresso Nacional. A economista, diretora-presidente da recém-criada Associação Open Finance — e que já foi secretária de Fazenda do Estado de Goiás e vice-presidente de Novos Negócios da B3 (a Bolsa de Valores brasileira) e chegou a ser cogitada como ministra do Planejamento —, defende que essa reforma deve ser encarada como uma agenda, e não uma “virada de chave do dia para a noite”.

**Qual é o papel da Reforma Administrativa para a modernização do Estado?**

A reforma é fundamental, pois faz parte de um processo de modernização do Estado brasileiro, de melhoria da qualidade dos serviços públicos e, no limite, de combate à desigualdade social. Afinal de contas, é a base da pirâmide, a população de baixa renda, que mais precisa de serviços públicos de qualidade. Estamos falando de um cidadão mais bem servido — em particular, o de baixa renda. É isso que precisamos e defendemos.

**Você é coautora de um dos projetos de Reforma Administrativa que já esteve em discussão no Congresso Nacional. Qual é a sua avaliação dos demais projetos apresentados mais recentemente?**

Vamos começar pela proposta do governo Bolsonaro, a PEC 32. Talvez já haja um consenso de que esse projeto não é o caminho, porque parte da discussão da estabilidade no serviço público. E é uma mudança constitucional, sempre mais difícil de avançar no Congresso. Por outro lado, a proposta que Armínio Fraga, Carlos Ari Sundfeld e eu defendemos é mais simples do ponto de vista legislativo

e parte do princípio de que a reforma é uma agenda, e não uma virada de chave do dia para a noite. Aqui, temos um conjunto de tarefas que precisam ser feitas para que mudemos o modelo operacional. A primeira é justamente parar tudo e debater a questão das carreiras. Vamos discutir essas 309 atividades, unificá-las, analisar onde há privilégios e deficiências, harmonizar o processo, regulamentar a avaliação de desempenho, fazer aquilo que está na mão. A partir daí, avançaremos nos outros temas. Para isso, não é preciso mexer na Constituição, é operacional. Do ponto de vista legislativo, trata-se de um projeto de lei, e não de uma mudança constitucional. Além disso, existe a lei dos concursos que está tramitando, e a regulamentação do artigo 41 [da Constituição], de avaliação de desempenho, que traz um modelo que precisa ser implementado — e debater como incluir Estados, Judiciário e Legislativo nisso. Atualmente, o governo federal está seguindo um pouco na direção de realizar várias ações para arrumar a casa, que está muito em linha com o que sempre defendemos. Embora seja um tema polêmico, o atual governo tem, inclusive, a interlocução com os sindicatos de servidores públicos, uma identificação com as causas vinculadas a esse segmento da população. Isso pode fazer o diálogo avançar mais rápido.

**Há a expectativa de que a reforma seja um caminho de redução do custo do Estado. Mito ou verdade?**

É uma verdade no longo prazo, mas no curto prazo, não. Esse é um outro ponto que a Reforma Administrativa não é: uma solução para os nossos problemas fiscais. Entraves de curto prazo do tipo são muito maiores do que uma reforma daria conta logo nos três primeiros anos. Tanto é que, no projeto que tramita (a PEC 32), havia esse discurso de que vamos economizar R\$ 400 bilhões em dez anos. Essa é uma conta muito difícil de ser feita. O que acreditamos é que, à medida que o modelo se torne mais eficiente (e o servidor, mais produtivo), com menos distorções, haja menos servidores — e, portanto, o custo da máquina seja menor, mesmo com funcionários mais bem remunerados. No futuro, o ganho virá dos pontos de vista da produtividade e da eficiência. Uma máquina mais enxuta, mais produtiva, mais ágil e mais moderna.

HÁ CERTOS FATOS  
QUE VÃO SENDO  
VALORIZADOS E TÃO  
ENALTECIDOS  
AO LONGO DO TEMPO  
QUE O CONGRESSO  
NÃO RESISTE MAIS.  
COMEÇA A HAVER  
ESPAÇO PARA UMA  
GRANDE REFORMA  
ADMINISTRATIVA.

MICHEL TEMER, ex-presidente da República

## REFORMA ADMINISTRATIVA





# O problema da gestão

Entrevista VINÍCIUS MENDES  
realizada em março de 2024

Na visão de **LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA**, o problema da economia brasileira é o mesmo há três décadas: a crise fiscal — que, à medida que se aprofunda, limita a capacidade de investimento público. A solução não é fácil nem rápida, mas há atenuantes, como a reforma do Estado. Um dos economistas brasileiros mais relevantes, Bresser-Pereira foi também ministro da Fazenda do governo Sarney (1987).

**O senhor costuma fazer uma divisão conceitual de modelos de Estado quase em uma ordem cronológica: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Dá para dizer que eles coexistem no Brasil?**

Patrimonialismo tem dois sentidos, e o que se dá hoje é pura corrupção. Não é o caso do Estado patrimonialista do [antigo rei francês] Luís XIV ou do [antigo imperador português] D. João VI., em que não havia clareza do que era patrimônio público e do que era privado. O monarca podia vender até cartórios e, com isso, obter receitas para o Estado. Eram as regras do jogo. Isso acabou. Em meados do século 19, países como a França e a Alemanha fizeram reformas burocráticas — brilhantemente analisadas por Max Weber [sociólogo alemão] no começo do século 20. Já a reforma gerencial tem data e lugar: a Inglaterra, em 1987. No Brasil, chegou de forma rápida, já em 1995. Certamente fomos pioneiros no Sul Global. É claro que a resistência burocrática ainda é muito forte no País, mas o patrimonialismo que permanece é mera corrupção.

**Em que sentido?**

Vê as emendas parlamentares? É um escândalo. Dá para dizer que isso é Estado patrimonialista, mas, para mim, é apenas corrupção. Trata-se de uma

captura do patrimônio público. No fim do século 20, defendi que emergiam os direitos republicanos, o direito de cada cidadão de que a coisa pública fosse utilizada apenas para fins públicos. Há quem diga que isso seja óbvio e que tudo fora disso seria apenas corrupção, mas não é bem verdade, porque há uma série de capturas do patrimônio público que são legalizadas. É por isso que uma reforma mais ampla precisa considerar o Estado uma caixa de redistribuição de riqueza, cuja lógica seria que ele fizesse isso em favor dos mais pobres e das atividades mais dinâmicas da economia. Não é o que acontece, porque, no Brasil, a lógica é o poder que cada um tem para conseguir agarrar o seu.

**A principal discussão econômica, hoje, é a fiscal, como nos anos 1990. Esse debate está acontecendo nos mesmos termos?**

São diferentes. Havia uma redundância na forma como eu chamava aquilo à época, de falar em crise fiscal do Estado, mas queria salientar o fenômeno da queda da poupança pública e da decorrente retração do investimento. Agora, existe um debate entre economistas neoliberais, ortodoxos neoliberais e economistas progressistas, desenvolvimentistas, no qual os primeiros só falam em déficit público. Eles querem acabar de todas as maneiras possíveis e imagináveis com esse déficit, embora apoiem os juros escandalosos que estão aí. E desejam que os deputados apoiados por essas pessoas — o próprio Partido Liberal, por exemplo — façam essa captura do patrimônio público. Os progressistas, por sua vez, dizem que é preciso um ajuste fiscal. Há keynesianos vulgares que procuram fazer despesa pública de qualquer jeito, mas bons economistas sabem que só se entra em déficit público em uma política contracíclica. Foi uma grande contribuição do [economista britânico John] Keynes: se a economia está entrando em recessão, é preciso, temporariamente, ter uma despesa pública maior. Um déficit moderado é compatível com um crescimento satisfatório. Tudo isso para dizer que não é preciso ter déficit zero. Nenhum país do mundo tem isso, mesmo os mais ricos.



---

ADÃO ITURRUSGARAI



## Compromisso com a responsabilidade fiscal

“Enquanto gastarmos muito, e mal, continuaremos observando um crescimento baixo.” A avaliação é de **FELIPE SALTO**, economista-chefe de Política Fiscal da corretora Warren. De acordo com ele, assumir o compromisso de melhorar a composição do gasto público é a chave para que a economia possa crescer de maneira sustentável, e a solução para melhorar a qualidade das despesas deveria partir de uma contabilidade pública que nasceria com a criação de um Conselho de Gestão Fiscal – como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal –, composto por Estados, municípios, Supremo Tribunal Federal (STF) e União. “Precisamos melhorar a qualidade e a composição do gasto e também conter o seu crescimento”, afirma.

Entrevista THAIS HERÉDIA  
realizada em abril de 2024



**O Estado brasileiro deixou de investir. O investimento público caiu e o privado aumentou muito pouco. Enquanto gastarmos muito, e mal, continuaremos observando um crescimento baixo.**

**Há uma necessidade de que o Brasil corte os gastos. No entanto, recentemente, o Congresso voltou a impor despesas permanentes às contas públicas. Como essa atuação desequilibra as regras do regime fiscal brasileiro?**

O gasto público no Brasil é muito alto e malfeito. A qualidade desse custo ainda é um grande desafio. Quando se deixa a despesa com juros de lado, os quais fogem do controle do gestor, 93,6% do orçamento primário são destinados a gastos obrigatórios. Sobra apenas uma fatia muito pequena da pizza, de 6,4%, para investimento. Mesmo dentro desse pequeno pedaço, há amarras, dado que o Congresso começou a aumentar a própria participação por meio de emendas parlamentares, que já alcançam quase o mesmo volume de investimentos do governo. Há algo de podre no reino da Dinamarca, como diz aquela célebre frase. E o que tem de ser feito? É preciso melhorar a qualidade e a composição das despesas — e, também, conter o seu crescimento. São duas tarefas difíceis. Uma frente é escrutinar todo o orçamento, porque o gasto é rígido, mas há possibilidade de mudar isso em médio e longo prazos. Se forem contidos os desembolsos obrigatórios e revisados tanto as rubricas orçamentárias — que estão há décadas sendo carregadas inercialmente — quanto os programas que já não dão mais resultados, além de serem cortados aos poucos (ou pelo menos fazer com que não cresçam mais), abre-se espaço no orçamento para despesas de melhor qualidade. E a outra é conter essas chamadas bombas fiscais que o Congresso vive aprovando. E, aí, tem a ver com o gasto tributário,

que é também um custo, porque é uma renúncia de receita, dinheiro que se deixa sobre a mesa.

**Mas não há demonstração, pelo menos de parte do Congresso, de alinhamento a cortes, mesmo pensando no Brasil em médio e curto prazos...**

O Congresso precisa de um realinhamento, porque a Constituição de 1988 tem uma dimensão que perpassa todos os capítulos, que é sempre uma resposta ao que o Executivo foi no período da ditadura. Então, a Carta Magna tenta sempre controlar o Executivo. E, nessa tentativa, deu superpoderes para os órgãos de controle e para o Legislativo — como gosto de brincar. Então, o que se tem hoje é um Legislativo muito forte, órgãos de controle também, e o Executivo cada vez mais acuado, até no sentido de ter medo de tomar decisões que vão gerar implicações para os próprios CPFs das pessoas que adotam essas medidas. O Tribunal de Contas, o Congresso, o Executivo e o Supremo precisam de um realinhamento para mostrar para onde vamos a partir de agora. Porque se o Congresso começar a querer se arvorar nessas atribuições que são do Executivo, então é melhor virar parlamentarismo. Não me parece que a sociedade queira isso, porque já tivemos plebiscito no passado em que ganhou o presidencialismo. O Executivo precisa retomar esse poder de definir a agenda do País, e que o Congresso siga essa agenda. Isso tem de se refletir no orçamento também. A Constituição determina que é o Executivo que elabora e executa o orçamento, não o Congresso. Este, por sua vez, deve dar parecer sobre o orçamento, fiscalizar a execução — e é esse o

seu papel, não o de criar emendas ou de instituir programas novos e sair gastando como se não houvesse amanhã.

**Nessa composição republicana sobre o gasto público, há ainda os chamados entes subnacionais, que são os Estados e municípios. Como você enxerga essa batalha por alívio no cumprimento do pagamento das dívidas?**

Vamos tratar casos diferentes de maneiras diferentes. Minas Gerais precisa, talvez, de uma renegociação para valer, só que é necessário esclarecer a contrapartida. Além disso, o Supremo não pode interferir e dar *waiver*, dar o perdão e deixar sem pagar, que é o que está acontecendo neste momento. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão sem pagar um centavo sequer. Então, são criados programas, como o ministro Meirelles fez, de regime de recuperação fiscal, e vem o Supremo e fala que pode parar de pagar. Então, qual é o *enforcement*, qual é a impositividade dessas coisas? Zero. Como é que se resolve isso, no caso de Minas e Estados similares? Eu acho que se deve instituir o que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal: o Conselho de Gestão Fiscal, que nunca saiu do papel e não é à toa. Seria uma instância muito poderosa, composta por Estados, municípios, Supremo e União, além de outros atores, que sentariam à mesa para dialogar sobre todas essas questões que estão na mão do Tesouro, inclusive normatização e contabilidade pública.

**Como você avalia a construção de todo esse arcabouço, com a Reforma Tributária aprovada, e a condução das contas públicas frente à necessidade de arrecadar mais?**

Foi aprovada agora uma Reforma Tributária do consumo, como é chamada, a Emenda Constitucional 132. Aqui, eu sou pessimista. A reforma ainda precisa ser regulamentada [*esta entrevista foi realizada em abril de 2024; a Reforma Tributária só foi regulamentada em dezembro e sancionada em janeiro de 2025*], mas vai tornar o sistema mais complexo, a meu ver. Estou na ponta daqueles que entendem que o sistema deveria ter sido reformado de maneira incremental, melhorando alguns pontos — que são os entraves, por exemplo, do ICMS, do ISS e dos tributos federais —, e unificar o PIS e a

Cofins. Mas agora já temos uma emenda cujo caminho é mais revolucionário — de mudar o capítulo inteiro de Finanças e Tributação da Constituição de 1988 — e ainda tem a regulamentação. Fora a questão da tributação do consumo, não adianta querer que o gasto seja muito pequeno, porque o modelo de Estado aprovado, lá em 1988, é um modelo de bem-estar social — e esse pacto que não vai se alterar —, envolvendo despesas públicas elevadas. Eu penso que esse foi um erro do teto de gastos original, de 2016, e, por isso, gosto do arcabouço fiscal, que é um limite para o crescimento dos custos. O que é necessário é cumprir essa regra. Não haverá norma perfeita, mas existe um compromisso de que o gasto cresça de maneira controlada, além da regra de esforço fiscal — receita menos despesa —, o chamado resultado primário. Ótimo, vamos cumprir isso, já está bom demais, a dívida vai crescer menos e eu acredito que, no horizonte de oito a dez anos, volte a se estabilizar em relação ao PIB.

**E isso não vai comprometer o crescimento?**

Vai. Por isso que estamos crescendo pouco. Desde a estabilização em 1994, eu observo que o grande desafio do Brasil é o crescimento econômico, pois se perdeu a capacidade de se preparar. Planejamento virou um palavrão, o Estado brasileiro deixou de investir. Há quem diga que um país que passa de emergente para desenvolvido reduz o investimento do setor público e aumenta o privado. Só que o Brasil reduziu o investimento público e aumentou muito pouco o privado, então, o investimento total — chamado formação bruta de capital fixo — é muito baixo. Isso significa que enquanto se gastar dessa maneira, muito e mal, vai continuar havendo taxas de crescimento muito baixas. A agenda prioritária, a meu ver, é melhorar essa composição dos gastos, dado que não se conseguirá reduzi-los tão cedo. Caso se consiga diminuir, pelo menos um pouco, o peso do custeio da Previdência, de gastos supérfluos, dos programas que já não geram o resultado que prometiam, e aumentar o investimento, aí, sim, pode-se ter esperança de que, mesmo com um pouco mais de carga tributária — o que infelizmente é uma má notícia, mas vai acontecer —, tenhamos um pouco mais de crescimento econômico.



# Aberto a mais negócios

Entrevista **RAQUEL LANDIM**  
realizada em maio de 2024

Sem enfrentar o fantasma da baixa produtividade, o Brasil não voltará a ter períodos de expansão econômica consistente. A avaliação é do economista-chefe da XP Investimentos, **CAIO MEGALE**. A prescrição do especialista para o País crescer passa, ainda, por uma melhor integração comercial que facilite, de fato, a atuação das empresas, tanto no mercado interno quanto no externo; e uma agenda que melhore o ambiente para que possam fazer o necessário: negócios. “O papel do setor público é justamente reduzir as adversidades e criar um ambiente mais favorável para o crescimento e a inovação”, afirma.

## PRODUTIVIDADE

**AMBIENTE DE NEGÓCIOS.** O setor público precisa gerar um ambiente positivo para que floresçam a produtividade e a inovação na economia brasileira. “Com estabilidade macroeconômica, juros baixos, acesso a crédito, boas universidades e escolas básicas, naturalmente vão aparecer ideias que farão o Brasil crescer”, ressalta o economista.

**VIOLÊNCIA E SEGURANÇA.** Megale pondera que a criação de um ambiente de negócios mais favorável vai além de melhorar as questões macroeconômicas. Dois dos fatores que afetam diretamente a produtividade nacional são a violência e a insegurança.

**TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.** Na avaliação do economista-chefe da XP, falta conexão entre as pesquisas acadêmica e aplicada, especialmente nas pequenas e médias empresas. “O Brasil tem um estudo acadêmico muito forte, mas essas pesquisas não se traduzem, necessariamente, em melhor produtividade da economia”, analisa.

## INTEGRAÇÃO COMERCIAL

**REDUÇÃO DE TARIFAS.** A pauta da integração comercial, pontua Megale, tem de voltar a ser discutida — e o País precisa abrir a economia e reduzir tarifas. O economista enxerga com preocupação a tendência de adoção de medidas *antidumping* e protecionistas. “A proteção é um paliativo para resolver problemas no curto prazo, mas que vai perpetuando problemas no longo prazo”, pontua.

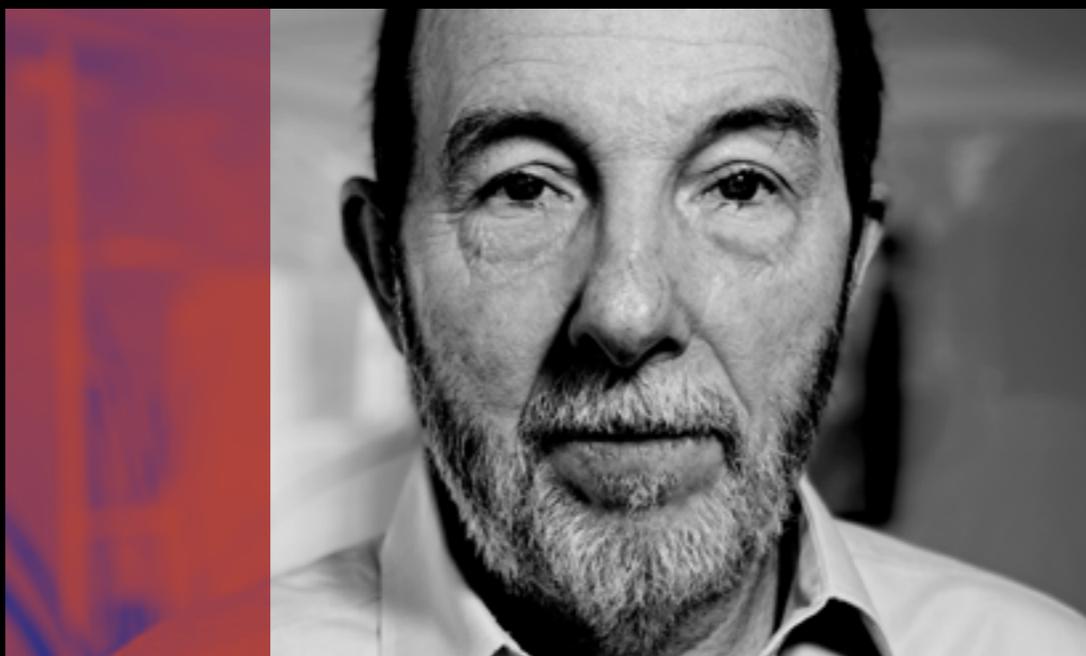
**PROTEÇÃO EXCESSIVA.** Megale ressalta, ainda, que a receita composta por proteção excessiva e tarifas comerciais elevadas, com baixa integração com o comércio internacional, prejudicam a produtividade doméstica a longo prazo. “Como o Brasil é um país muito grande, achamos que podemos nos resolver sozinhos. Isso não é uma boa prática, pois perdemos produtividade e as boas ideias lá de fora”, opina.

## REFORMAS

**REFORMA TRIBUTÁRIA.** O economista aponta que a Reforma Tributária só vai ter sucesso se o Brasil for capaz de conter e melhorar a estabilidade e a eficiência dos gastos públicos. “A reforma precisa, de fato, ser efetiva, e não forçar o País a voltar a criar novos penduricalhos tributários para pagar os gastos”, enfatiza.

**INFRAESTRUTURA.** De acordo com Megale, as reformas ajudam, mas o grande desafio é melhorar o ambiente de negócios e a infraestrutura para que o Brasil volte a crescer de forma sistemática e consistente. “Se não trouxermos essas agendas para a pauta, o País vai continuar com esse freio na economia e registrando voos de galinha”, conclui.

# O Brasil possível



Sentados lado a lado, **ARMÍNIO FRAGA**, economista, ex-presidente do Banco Central (Bacen) e sócio-fundador da Gávea Investimentos, e **PAULO HARTUNG**, também economista e ex-governador do Espírito Santo, refletem sobre as fragilidades e virtudes de dois aspectos fundamentais da vida brasileira: economia e política. Na pauta do debate — que contou com a parceria do RenovaBR e o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) —, questões que vão ditar os rumos nacionais nos próximos anos e inquietam quem já esteve no centro do poder.

Mediação **HUMBERTO DANTAS**  
realizada em julho de 2024

**Qual é a importância de se discutir o equilíbrio fiscal e o quanto estamos mais próximos ou distantes de algo minimamente sustentável?**

**Armínio Fraga** — O orçamento é um espaço no qual se definem prioridades. É também um espaço em que as finanças públicas, do ponto de vista mais macro, são definidas, e isso significa, em última instância, a vida financeira do Estado brasileiro — de longe, o maior devedor na economia. Essa discussão é muito árida, mas tem a realidade das pessoas na veia. E são coisas muito básicas. Em um mundo onde o orçamento é bagunçado e não apresentado de modo transparente, as prioridades não são adequadamente estabelecidas, e sabemos quem perde — o pobre, sempre. É muito curioso quando vemos um governo de esquerda reagindo mal ao orçamento. Nós sabemos que, no Brasil, a bagunça orçamentária tem um impacto tremendo e é uma fonte de incerteza para todo mundo. Pessoas têm medo de perder o emprego, porque a economia não está funcionando direito. Na minha opinião, poderia crescer 4% ao ano, mas luta por 2%. A ideia da disciplina fiscal conversa com alguns aspectos muito claros. Um exemplo: enquanto vigorou no País, em maior ou menor grau, a dupla responsabilidade fiscal, o que aconteceu com os juros após a Lei de Responsabilidade, promulgada em 2000, e o teto de gastos? Foram lá para baixo. Hoje, para pegar dinheiro emprestado por dez anos, o governo paga mais 6,3% de inflação. Naquele momento, pagava abaixo de 4%, chegando a 3%. Assim, é uma ideia maravilhosa. É benesse para todo mundo, não só para os favoritos do rei.

**Vivemos, por vezes, conflitos internos em governos, uma espécie de sinais trocados. Quão desafiador é esse cenário?**

**Paulo Hartung** — Acho que, primeiro, precisamos resgatar a função da política como uma atividade civilizatória. Esse é o primeiro ponto. Quando uma pessoa diz “Eu não gosto de política”, na verdade, está criando uma avenida para ser ocupada, muitas vezes, pelo pior que existe na atividade política. Por isso, é importante uma escola de formação de líderes. Precisamos de gente qualificada, que rom-

pa com o populismo, convença e motive o povo e siga uma caminhada certa, no rumo certo. O grande problema, inclusive da América Latina, é que, entre a certa e a fácil, estamos tomando a última direção. E está dando errado. Nós precisamos ousar e de líderes bem preparados, não importa se de esquerda, direita ou centro.

**Existe um desalinhamento do jogo democrático entre a agenda eleita para o Poder Executivo e a composição ideológica do Parlamento. O quanto isso também é um desafio para o equilíbrio econômico?**

**Hartung** — É evidente que tivemos um aprofundamento desse desequilíbrio entre poderes no Brasil. Por quê? Porque convivemos com governos fracos que tiveram graves problemas nos últimos anos, e o desequilíbrio entre poderes aprofundou-se. O País já foi chamado duas vezes às urnas para evoluir, mas, na minha visão, foi derrotado. Para evoluir para o parlamentarismo, e foi derrotado. No presidencialismo, é necessária muita relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. A experiência de oito eleições que disputei e oito mandatos que exerci me mostrou que, quando se está no Executivo, não se ganha poder ao ser eleito. Ganha-se um pedaço desse poder. É preciso ter capacidade de alinhar com as outras partes. E uma questão central no presidencialismo brasileiro, e isso está testado, é que os líderes do Executivo (presidentes, governadores e prefeitos) que cuidaram, no momento seguinte à eleição, de montar uma base parlamentar sólida, conseguiram equilibrar esse jogo.

**O quanto avançamos na agenda ambiental, olhando para catástrofes como as cheias no Rio Grande do Sul e a seca no Centro-Oeste? E o quanto isso nos ameaça?**

**Hartung** — Esse é um dos maiores desafios da caminhada humana na atualidade. E eu me baseio na ciência, que estudou o efeito dos Gases de Efeito Estufa (GEE) nas mudanças climáticas. É um baita desafio, porque o planeta precisa mudar a matriz energética, essencialmente sustentada por combustíveis fósseis. As soluções unilaterais — como a política de incentivo norte-americana, o Green



**Em um mundo onde o orçamento é bagunçado e não apresentado de modo transparente, as prioridades não são adequadamente estabelecidas. E sabemos quem perde com isso: o pobre.**

**ARMÍNIO FRAGA**, ex-presidente do Banco Central (Bacen)

Deal europeu ou os pesados investimentos chineses em energia solar e em carro elétrico — têm importância, mas não dão conta do problema, pois este não é unilateral, e, por isso, a sua solução também é multilateral. O Brasil precisa fazer a sua parte. E qual o maior desafio do País? Debelar a criminalidade exposta no desmatamento, na grilagem. Há um conjunto de questões, principalmente no bioma amazônico. Temos um dever de casa e estamos evoluindo nos últimos tempos, além das muitas oportunidades oferecidas. Podemos ser provedores de energia limpa e de produtos fabricados a partir dela, o que acho melhor ainda. Agora, para isso, precisamos cuidar das nossas obrigações e combater as ilegalidades, além de contar com boa regulamentação, bom ambiente de negócios e segurança jurídica nessas diversas regulamentações. Por exemplo, estamos discutindo a regulamentação do mercado de carbono. Precisamos atuar como craques na elaboração dessa lei e parar de inserir “jabutis”, de cada um colocar o próprio interesse na frente.

**Armínio, estamos testemunhando um protagonismo muito importante das suas reflexões acerca de temas de natureza social. O que é possível perceber como desafiador e como avanço no que diz respeito ao Sistema Único de Saúde (SUS)?**

**Fraga** — O espaço orçamentário da Saúde no Brasil é muito pequeno para a tarefa que a Constituição — portanto, nós mesmos — nos delega. É claro que existe também um espaço muito grande para o uso de tecnologia na gestão, mas é preciso elevar a Saúde ao rol de prioridades do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, é necessário tratar do orçamento. Para quê? Para ter dinheiro para uma vida macroeconômica mais tranquila, com juros mais baixos e sem crises recorrentes, e também para complementar um orçamento na área da Saúde, que é muito pequeno. Somos um país que tem 80% do seu gasto concentrados nas contas da Previdência e na folha de pagamentos. É o país dos subsídios, o que não faz o menor sentido. E, apesar de o nosso modelo de Saúde ter sido inspirado no inglês, temos, atualmente, um sistema mais privado que o norte-americano, dedicando poucos recursos ao sistema público. Ao fazermos a conta utilizando taxas de câmbio adequadas, cuidando da paridade do poder da moeda, o sistema inglês gasta, per capita, seis vezes mais do que o nosso — e está em crise. Vejo o governo discutindo cortes. Sinceramente, é coisa pequena. Chegar a um saldo primário zero daqui a três anos não resolve, porque o juro continua rodando. Não repensar as prioridades na Segurança, na Educação, na Saúde — para falar das questões mais gritantes — é criminoso. A necessidade de ajuste de prioridades é maior do que a de ajuste fiscal, mas isso está fora do radar. O que resolve é uma discussão profunda sobre a qualidade do nosso Estado, sobre para onde os recursos vão, de forma que o Brasil possa se desenvolver plenamente. Somos um país absurdamente desigual. No entanto, tratar dessa condição, a meu ver, infelizmente, está fora do radar, o que me preocupa bastante.

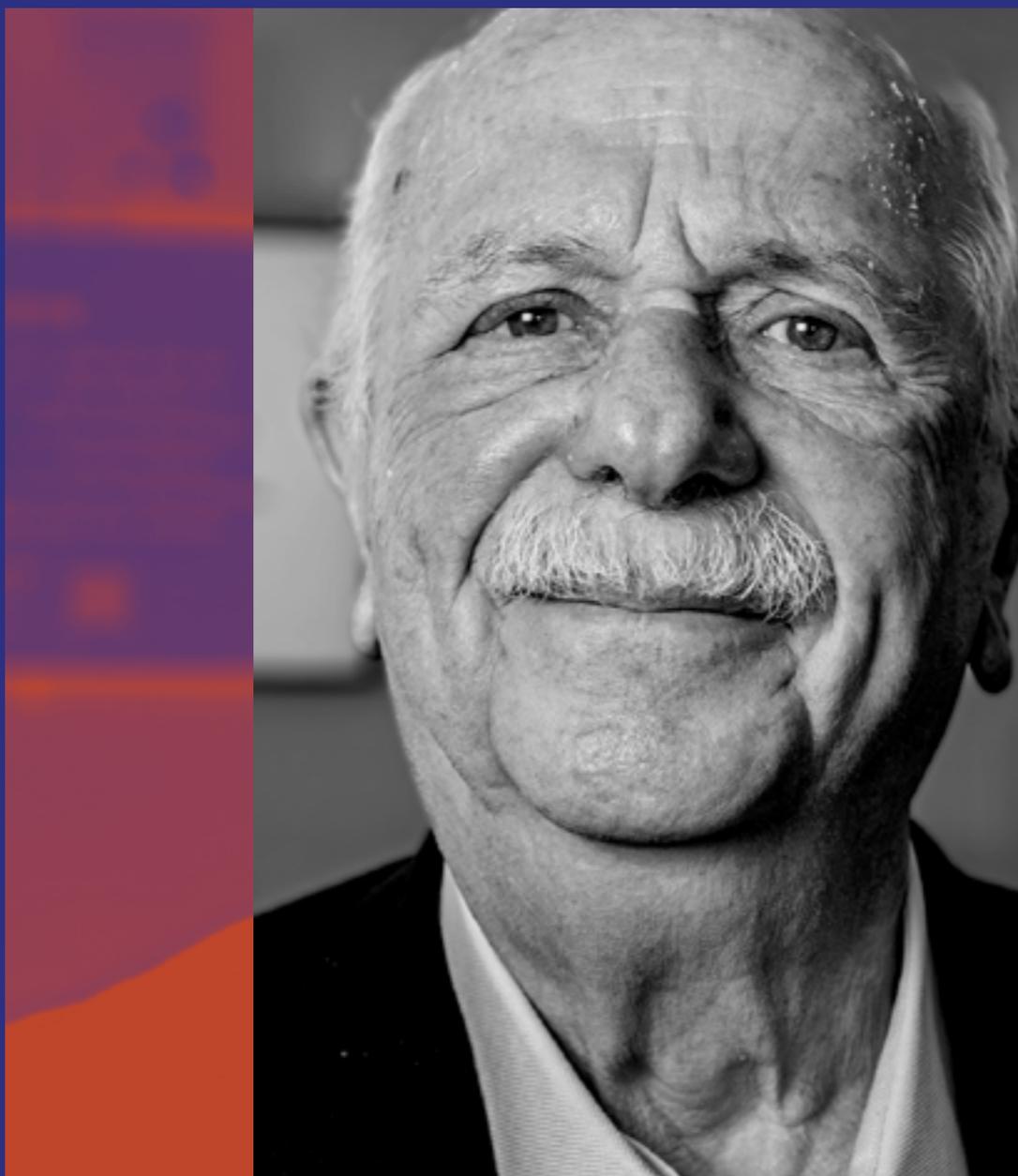


A BAIXA PRODUTIVIDADE DO  
TRABALHADOR BRASILEIRO  
É O MAIOR PROBLEMA  
ECONÔMICO DO PAÍS.  
SOMOS SUBDESENVOLVIDOS  
POR CAUSA DISSO.

SAMUEL PESSÔA, economista e pesquisador no Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e no Julius Baer Family Office



ADÃO ITURRUSGARAI



## Educação no centro da produtividade

Repensar a educação como alternativa para aumentar a produtividade, reduzir desigualdades e, de quebra, preparar-nos para os avanços da Inteligência Artificial (IA). Uma lista de itens que parecem distantes, mas estão intimamente ligados para quem se propõe a pensar em saídas para o desenvolvimento, como **HÉLIO ZYLBERSTAJN**, professor sênior na Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). A despeito dos pessimistas, o economista acredita que o Brasil tem todas as condições para lidar com esses obstáculos. “Percorreremos um caminho parecido com o que aconteceu na Coreia do Sul. Não tenho dúvida sobre isso”, afirma.

Entrevista **THAIS HERÉDIA**  
realizada em outubro de 2024

**Economistas estão tentado mapear se há ou não um ganho de produtividade com a educação. Qual é a sua análise?**

Para ter ganho de produtividade, precisamos ter investimento, crescimento e inovação tecnológica. Esta última necessita de mão de obra preparada para as novas vagas que cria — e esse é o grande nó. A nossa escola é, por razões históricas, acadêmica: forma, ou pretende formar, o aluno para a universidade, que tem sido vista, constantemente, como meio de ascensão social. Então, toda família gostaria que os filhos fossem para a universidade. O que a gente precisa é inverter essa chave e tornar o ensino médio eminentemente profissionalizante. A escola média precisa trabalhar ao lado do setor produtivo para formar profissionais. Há o modelo dual, que é vitorioso, principalmente na Alemanha e na Suíça, e foi copiado na Coreia do Sul. Essa é uma reforma básica que temos de fazer. A opção natural da escola média deveria ser o ensino profissionalizante, mas para valer, não esse do menor aprendiz, que tem um repertório curto. O que precisamos é de uma reforma, de fato, no ensino médio. A que foi realizada, finalmente aprovada e consolidada no Congresso, encaminha-nos para isso. Porque a produtividade permite que o fruto do trabalho e da produção seja mais bem dividido. Se não temos produtividade, não há muito o que dividir.

**Então o novo ensino médio pode ajudar a promover a produtividade do trabalhador?**

Sim, sem dúvida. É a base para o crescimento da produtividade. Porque, agora, o ensino médio vai poder formar alunos com menos aulas acadêmicas, e eles não terão filosofia e sociologia, por exemplo. Não que essas disciplinas não sejam importantes. Claro que são. Mas, nessa idade, é importante que os alunos saibam nossa língua, a matemática, as ciências, a história, a geografia. O ensino profissionalizante, o ensino técnico, reconhece a carga horária dessa parte. E as escolas vão poder optar. Vejo uma grande oportunidade para as empresas associarem-se às escolas e assumirem também uma parte do ônus de formar os profissionais.

**Como o senhor enxerga o caminhar do Brasil nos próximos anos? Temos musculatura suficiente para melhorar as questões de educação, produtividade e renda na próxima década?**

Eu não sei precisar quanto tempo, mas sei qual é a trajetória que vamos percorrer. Primeiro, se conseguirmos arrumar a regulação, as agências, a política fiscal e a Reforma Tributária, tudo isso vai alargar a confiança e teremos a volta do investimento. Não tenho dúvida de que isso vai acontecer. Não sei se neste governo ou no próximo, mas vai voltar, porque o Brasil é um mundo de oportunidades. Estamos aí. Precisamos melhorar os



**Já vimos a corrida da tecnologia e do trabalho, e, até hoje, quem ganha é sempre o segundo. A tecnologia destrói, mas cria.**

portos, as estradas, a energia, as comunicações, e o saneamento básico. Quer dizer, há muita coisa para fazer. Então, o primeiro passo é o investimento em infraestrutura e ocupar nossa mão de obra. Se começarmos a crescer um pouquinho durante três ou quatro anos, o salário vai começar a subir, porque vai haver uma disputa no mercado de trabalho por profissionais — o que, em parte, já está acontecendo hoje. E, daí, haverá demanda por mão de obra especializada. As empresas vão começar a participar ativamente desse processo de formação dessa mão de obra, que é o caminho que deu certo em todo o mundo. Isso levará alguns anos — talvez uma ou duas décadas, acredito —, mas percorreremos um caminho parecido com o que aconteceu na Coreia do Sul. Não tenho dúvida sobre isso.

**A IA, a automação e todos os elementos da modernidade chegam muito rapidamente.**

**O Brasil está preparado?**

O Brasil está de calça curta nessa história. Mas eu repito: se conseguirmos aumentar o investimento na infraestrutura, criaremos oportunidades de trabalho com ocupações que tenham o perfil da nossa mão de obra hoje. Pelo menos por uma década conseguiremos ocupar o que nós temos. Não é uma mão de obra de má qualidade, mas são empregos que não exigem muito, talvez um pouco mais de treinamento. Agora, olhando mais à frente, mais pluralmente, de fato, a IA e a inovação trazem cenários que não conseguimos imaginar. Fico muito preocupado, porque a tendência que se observa, hoje, é que essas inovações estejam criando um vazio no meio da escala ocupacional, ou seja, são danças que favorecem os altamente qualificados, que sabem lidar com essa tecnologia, deslocando uma parte desse meio para baixo. O que estamos vendo como primeiro impacto é o mercado de trabalho polarizar-se e tornar-se muito mais desigual. Em linhas gerais, na verdade, a ferramenta vai criar oportunidades ao miolo do mercado laboral, dado que o topo, ao usá-la para criar novos procedimentos (a serem operados pela tecnologia, mas com supervisão humana), abrirá espaços de decisão. Mesmo hoje, em uma fábrica moderna, os operadores de robôs precisam decidir. O que dizem é que a IA vai multiplicar espaços de decisão, e teremos retornos de oportunidades de qualificação média. É uma visão otimista. Já vimos a corrida da tecnologia e do trabalho, e, até hoje, quem ganha é sempre o segundo. A tecnologia destrói, mas cria. Quem sabe se essa tecnologia avassaladora vai não apenas destruir, mas também criar com muita intensidade?



**A produtividade permite que o fruto do trabalho e da produção seja mais bem dividido.**

**Se não temos produtividade, não há muito o que dividir.**

PARA UM PROCESSO  
DE PRIVATIZAÇÃO  
DAR CERTO, É  
PRECISO UM GOVERNO  
BOM. IRONICAMENTE,  
MUITA GENTE FALA:  
'OLHA, O GOVERNO  
É RUIM! PRIVATIZA'.  
MAS É O CONTRÁRIO.

---

SÉRGIO LAZZARINI, pesquisador sênior na Cátedra  
Chafi Haddad de Administração do Insper



---

ALBERTO BENETT

# Pressão inflacionária e incerteza fiscal



As expectativas quanto ao desempenho da economia brasileira podem ser analisadas a partir do comportamento dos indicadores analisados no fim de 2024. Nesse sentido, já se verificava no País um quadro de excesso de demanda, com o expansionismo da política fiscal se sobrepondo à ação contractionista da política monetária.

Essa conclusão é identificada com base em cinco pontos: crescimento do PIB superior a 3%, portanto acima do produto potencial; inflação em aceleração, que deve superar o teto da meta de 4,5% no ano, como mostra o boletim *Focus*; aumento substancial das importações, principalmente em *quantum*; maior nível de utilização da capacidade instalada da Indústria dos últimos dez anos, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e índices de desemprego no menor nível desde 2012, quando se iniciou o levantamento.

Considerando que a capacidade de resposta da oferta seja limitada pela reduzida taxa de investimento do País (abaixo de 17%) e que o crescimento da produtividade se mostre não significativo, a política econômica, em 2025, terá de “retirar” esse excesso de demanda, inclusive para evitar uma perigosa aceleração no ritmo de aumento dos preços. O objetivo deve ser alcançado por meio de corte nos gastos públicos e aumento das taxas de juros.

**ANTONIO LANZANA,** presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)

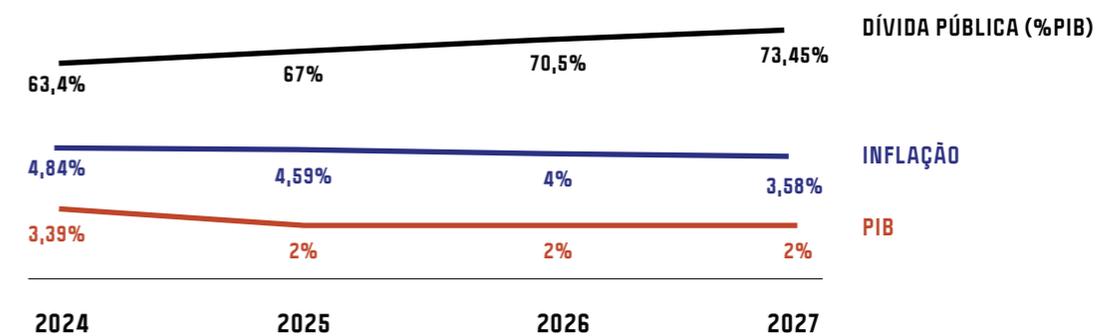
Embora as medidas fiscais anunciadas no fim de 2024 tenham sido muito mal recebidas pelo mercado, que esperava mudanças mais profundas, o impulso fiscal neste ano será menor do que o observado no ano passado. Por outro lado, considerando a defasagem entre a contração da política monetária e seus impactos sobre a inflação, deve-se esperar não somente elevações nas taxas de juros nestes primeiros meses, mas também a manutenção de juros reais muito elevados ao longo do ano, principalmente diante dos reflexos negativos na taxa de câmbio gerados pelo anúncio das medidas de política fiscal.

Como esse plano é insuficiente para evitar o crescimento da despesa pública, além das pressões sobre a taxa de câmbio, pode-se esperar elevação do risco-país e queda nos preços das ações e dos ativos brasileiros. Para o lado real da economia, a atividade será impactada com expansão menor que a registrada no ano passado, com crescimento esperado do PIB em torno de 2%. Como consequência, o mercado de trabalho, fortemente aquecido no ano que passou, vai perder fôlego, com redução no ritmo de crescimento das contratações e, consequentemente, menores pressões salariais.

**EM 2025, A POLÍTICA ECONÔMICA TERÁ DE “RETIRAR” EXCESSO DE DEMANDA PARA EVITAR UMA PERIGOSA ACELERAÇÃO NO RITMO DE AUMENTO DE PREÇOS**

Vale chamar a atenção para o fato de que o crescimento esperado para 2025 é muito superior ao 0,8% ao ano observado nos últimos dez anos (2015–2024). Além disso, é importante destacar que essa redução da expansão da atividade econômica no curto prazo é consequência da necessidade de se manter a inflação dentro das metas estabelecidas para o Banco Central — até porque o custo da aceleração inflacionária seria muito maior. Inflação controlada é pré-requisito para o crescimento sustentável.

## O que o mercado espera?



Fonte: Boletim Focus (semana de 9 de dezembro de 2024).

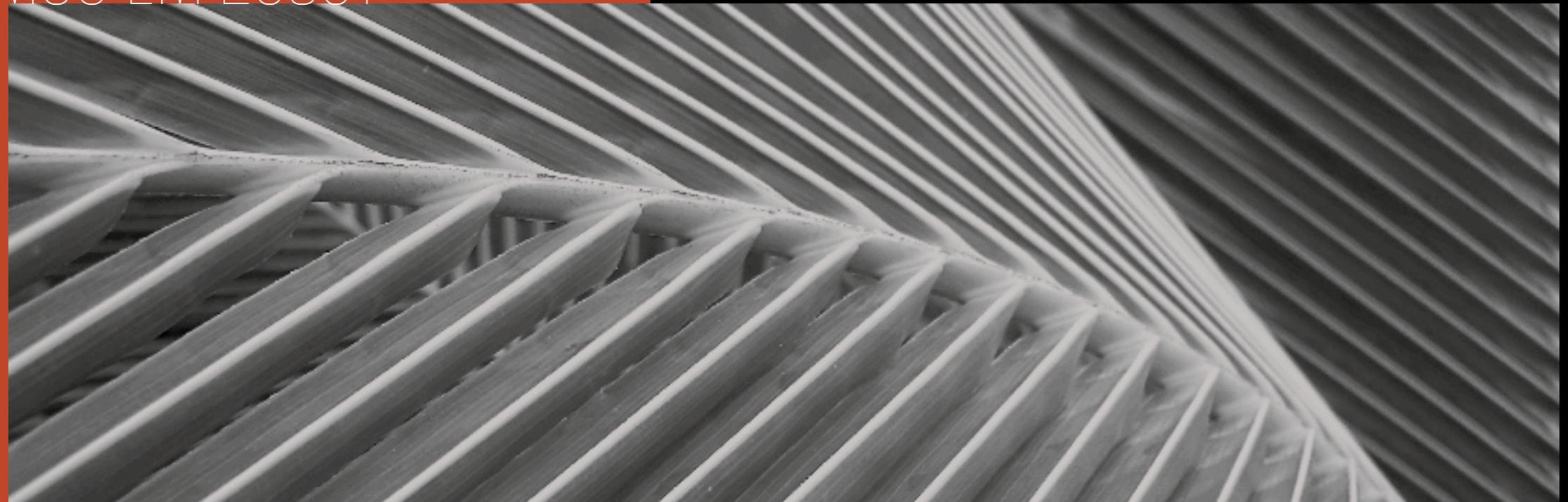


# QUÃO VERDES

# SEREMOS EM 2030?



Cinco anos. Este é o prazo que o Brasil tem — e sabe que tem — para avançar em uma profunda agenda ambiental e, então, chegar ao fim da década como protagonista de mudanças em um mundo em convulsão climática. É possível? A distância das próprias metas em relação ao contexto atual diz que não. Entretanto, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que acontecerá em Belém, em 2025, aparece como um suspiro depois de reuniões que viraram rodadas de negócios petrolíferos.



SEIS PONTOS SÃO INEGOCIÁVEIS:  
 REGULAR O MERCADO DE CARBONO,  
 ACELERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA,  
 BUSCAR UMA ECONOMIA MAIS  
 CIRCULAR, ZERAR AS EMISSÕES  
 PROVENIENTES DE DESMATAMENTO  
 ILEGAL E ADOPTAR PADRÕES  
 RESPONSÁVEIS DE CONSUMO DE  
 ÁGUA, ALÉM DE EXIGIR ATUAÇÃO MAIS  
 EFETIVA NO COMBATE A INCÊNDIOS  
 FLORESTAIS, POLUIÇÃO E DESMATE.

O Brasil tem até 2030 para mudar o patamar da sua postura climática, mas o horizonte já parece complexo demais para efetivar essas mudanças. Os países que assinaram o Acordo de Paris, em 2015, estão longe de cumprir a principal meta estabelecida no encontro: manter o aumento do aquecimento do planeta abaixo do teto de 1,5°C, em relação à era pré-industrial, até o fim deste século. Para se ter uma ideia, em 2023, a temperatura da Terra já estava 1,3°C maior do que na metade do século 19, segundo um relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) às vésperas da COP29, que aconteceu no ano passado em Baku, no Azerbaijão. O mesmo documento aponta que 2024 foi o ano mais quente da história terrestre em pelo menos 175 anos de medições da temperatura do planeta.

O mais intrigante de todos os dados apresentados é que, segundo a instituição, se todos os países implementarem de imediato e rigidamente as agendas definidas há dez anos, em Paris, conseguiriam reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em apenas 6%. Para que fosse possível atingir o objetivo estabelecido na capital francesa, considerando o ano de 2030 como um horizonte intermediário, esse corte deveria ser de, no mínimo, 42%. Em outras palavras, já não deu. Antes de embarcar para o Azerbaijão, para a COP29, o Brasil atualizou a meta de redução de emissões de GEE — uma das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês) —, modificando para um formato de intervalo, ao prometer diminuir suas emissões entre 59% e 67% até 2035. No relatório da ONU publicado antes da conferência, os diagnósticos do País não aparecem positivos, uma vez que houve um aumento tímido de 0,1% de gases jogados na atmosfera entre 2022 e 2023.

No documento, a ONU afirma que o Brasil não fornece informações transparentes sobre emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), por exemplo, nem elaborou ainda uma agenda verde com metas e

ferramentas para alcançá-las — tampouco tem publicado relatórios anuais apontando problemas e soluções. Parte disso se explica pelo fato de o grosso das emissões brasileiras ter como origem um desafio histórico: o desmatamento e a ilegalidade dessa prática. Segundo o Observatório do Clima, o Brasil despejou, no planeta, 2,3 bilhões de toneladas brutas de GEE em 2022, dos quais 1,12 bilhão foi resultante do gás carbônico de desmate. O número corresponde a quase metade das emissões (48%) daquele ano. O governo brasileiro insiste em dizer que vai zerá-las totalmente até 2030.

Por outro lado, o Brasil oferece, de fato, soluções possíveis para o mundo. A começar pela COP30, que será realizada em Belém, no coração da Amazônia, no Pará, sucedendo conferências criticadas antes mesmo de acontecerem — em Baku, em 2024, e em Dubai, nos Emirados Árabes, em 2023 —, com relatos de que países petrolíferos usaram os encontros para expandir negócios envolvendo combustível fóssil, justamente um dos principais causadores do aquecimento global. Nesse sentido, a reunião em Belém irrompe como um suspiro para o evento, que perdeu credibilidade nos últimos anos por causa desses episódios.

Além disso, o Brasil tem muito para mostrar. O principal é a sua matriz energética diversificada. Atualmente, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), quase a metade (49%) de toda energia produzida no País é oriunda de fontes renováveis, como captações solar e eólica. No mundo, essa taxa está pouco acima de 15%. Ademais, especialistas apontam que o Brasil tem condições reais de zerar as emissões originadas no desmatamento, porque muitas áreas já exploradas por esse tipo de ação estão abandonadas. Segundo esses profissionais, se essas regiões forem recuperadas, seria possível dobrar a produção atual de alimentos — reforçando uma demanda permanente do Agronegócio brasileiro — sem avançar sobre nenhuma região ainda intacta.

# Uma agenda possível

Em meio a todos esses dilemas, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) elaborou uma agenda com um conjunto de objetivos que o Brasil deve assumir para cumprir até o ano de 2030. São metas que podem não apenas lidar com os entraves ambientais que cruzam o cenário ambiental, como ainda catapultar ainda mais o País como um líder global nesse debate.

Na visão da Entidade, pelo menos seis pontos são inegociáveis de agora em diante: regular o mercado de carbono; acelerar políticas de transição energética; seguir em direção a uma economia circular; zerar as emissões de GEE provenientes de desmatamento ilegal; adotar padrões mais responsáveis de consumo de água; e exigir dos órgãos ambientais uma atuação mais efetiva para combater poluição, incêndios florestais e desmate.

Essas metas, que foram elaboradas após anos de discussões com entidades e empresas de vários setores produtivos, organizações da sociedade civil e especialistas, oferecem soluções para problemas que, em 2024, se intensificaram. Por exemplo, as queimadas anuais — que geralmente ocorrem em agosto — foram devastadoras, assolando áreas enormes de biomas fundamentais, como o Pantanal. Não à toa, esses incêndios fortaleceram o pleito de proibir totalmente o uso do fogo como método agrário. Antes disso, as enchentes, as quais destruíram quase a totalidade de algumas cidades do Rio Grande do

Sul, também foram gravíssimas, o que vai exigir anos para uma recuperação socioeconômica razoável.

Segundo o presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, o físico José Goldemberg, a maior frequência desses acontecimentos é explicada pelo fato de a atmosfera terrestre estar mais quente. É uma consequência do efeito estufa causado pelo aumento da quantidade de CO<sub>2</sub> no planeta, que, por sua vez, é resultado inevitável da queima de combustíveis fósseis, como carvão e derivados de petróleo e gás natural. “O dilema abrange, portanto, investir em medidas preventivas ao aquecimento e em reabsorção de parte do carbono na atmosfera — ou, então, conformar-se com a ideia de que a situação é inevitável e, assim, se adaptar”, alerta. Diante disso, se a adaptação não é uma escolha (ainda), o que fazer para mudar o quadro?



Acesse o código QR e conheça a Agenda Verde da FecomercioSP

## 1. CIRCULAR MAIS A ECONOMIA

Âmbito em que o Comércio mais pode contribuir para a agenda climática, o plano da FecomercioSP começa almejando realizar uma transição que, no contexto atual, parece desafiadora: romper com os moldes da economia linear — baseada em extração, transformação e descarte de produtos e embalagens — e migrar para um modelo circular, fundamentado no desenho de itens já com atributos de circularidade. Trata-se de uma maneira de reintroduzir os materiais como insumos na cadeia produtiva.

Esse processo depende da responsabilidade pós-consumo de toda a população quanto à correta destinação de mercadorias e pacotes recicláveis, por meio da separação e da entrega dessas peças para os Sistemas de Logística Reversa (SLRs), administrados pela iniciativa privada, e para a coleta seletiva de resíduos, de responsabilidade do Poder Público municipal.

Há meios de avançar desde já nessa pauta, como adotar incentivos de promoção de reciclagem, *upcycling* e produção de novos produtos a partir desses insumos — tudo até 2030.

## 2. REGULAR O MERCADO DE CARBONO

No fim de 2024, após uma prolongada discussão no Congresso, o governo avançou na regulamentação do mercado de crédito de carbono, embora com muitos problemas no texto. Ainda assim, a meta de dispor de um modelo regulatório até 2030 foi atendida. Dentre os pontos positivos da nova lei, destaca-se a inserção de algumas atividades, como geração de energia, transição energética e economia circular, no sistema de créditos comercializáveis. Isso sem contar a própria elaboração do Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões (SBCE), que representou um salto gigantesco nesse debate.

Contudo, a agenda da FecomercioSP almeja ir além. É preciso, por exemplo, definir regras de participação voluntária no mercado. Além disso, o varejo e os serviços não podem ficar de fora do novo modelo, incentivando-os a elaborar e pôr em prática as próprias ações de baixo carbono para, então, vender créditos excedentes a players atuantes nesse sistema. Assim, as empresas desses setores poderão fazer parte do processo por meio dos ativos gerados a partir de ações de redução das emissões. É preciso, ainda, que os créditos do SBCE sejam validados e disponibilizados para serem comercializados pelo setor voluntário dentro do SBCE antes da abertura do novo modelo, uma vez que seria uma forma de dinamizá-lo.

### 3. ZERAR O DESMATAMENTO ILEGAL

A grande contribuição do Brasil em curto prazo, bem como um dos seus principais compromissos com o mundo, é zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas até 2030. Essa meta segue animando as políticas ambientais e econômicas do governo. Precisamos, então, de princípios de contenção de redes ilícitas — que, hoje, vão das cadeias de comércio de madeira ou metais ilegais ao avanço de pastagens para gado em regiões de floresta.



### 4. AVANÇAR AINDA MAIS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Ainda que a matriz energética seja um dos poucos temas que ocupe lugar de destaque na pauta climática global, o Brasil ainda lida com alguns gargalos ao passar pela necessária transição. Por exemplo, um terço da energia de combustíveis fósseis ainda é utilizada no transporte de cargas ou de passageiros. Outro terço (32%) é demandado pela Indústria. Essa questão pode ser resolvida com ferramentas — políticas, projetos e medidas de estímulos — para avançar na transição energética, sobretudo com base nessas atividades, que ainda dependem de fontes de energia poluentes.

A prioridade deve ser a substituição do uso de combustíveis fósseis, como o óleo diesel, por combustíveis renováveis, muitos dos quais produzidos internamente, como biogás, biodiesel e etanol. Esse processo depende do desenvolvimento de tecnologias para a produção de combustíveis renováveis e de baixo carbono, e, em paralelo, da capacitação das cadeias produtivas em torno de energias limpas — o que, por sua vez, tende a estimular a substituição das atuais matrizes poluentes dos transportes públicos. Além disso, é o momento ideal de acelerar a reindustrialização verde, investindo na cadeia produtiva do hidrogênio de baixa emissão de carbono. Essa produção pode ser um ponto de partida no reposicionamento brasileiro no mercado global como líder na oferta de produtos verdes, como os fertilizantes, que já são altamente demandados por países da Europa e da Ásia.

### 5. CUIDAR DA QUALIDADE DO AR E DA ÁGUA

As propostas também passam por medidas que tornem o consumo da água mais responsável e por regras mais rígidas sobre poluentes atmosféricos. No primeiro caso, é curioso que o Brasil detenha cerca de 12% de toda a água doce do mundo, mas registre coleta, distribuição e consumo bastante desiguais. Tudo isso sem contar o desperdício, que exige, em períodos sem chuva, medidas emergenciais dos governos. Mecanismos como o IPTU Verde nos municípios se mostram a solução mais eficaz, porque incentivam os cidadãos e as empresas a adotarem práticas sustentáveis em troca de descontos no imposto. No caso da qualidade do ar, proibir totalmente o uso de fogo como método agrário é plano urgente.

Em síntese, ao voltar à pergunta do parágrafo inicial deste texto, se todas essas resoluções forem adotadas com seriedade e postas em prática desde já, sim, será plenamente possível o Brasil chegar ao fim da década como protagonista dessas mudanças.



### 6. ATUAÇÃO PÚBLICA

Por fim, as últimas tragédias ambientais brasileiras, como as inundações no Rio Grande do Sul e em São Paulo e as secas na Amazônia — entre outras regiões que convivem com chuvas fortes ou estiagens prolongadas — exigem ações mais vigorosas para fiscalizar os gatilhos de incêndios florestais e desmatamentos, que causam ou intensificam esses fenômenos. Os órgãos ambientais do País devem estar na linha de frente do combate aos incêndios criminosos, propagados com o objetivo de destruir a vegetação para transformá-la em pasto, ou no desmatamento que avança sobre áreas verdes. Da mesma forma, as instâncias públicas precisam ser mais firmes na adoção de metas que reduzam a poluição — sobretudo nas grandes cidades —, produzindo políticas de incentivo a medidas que usem energia limpa, por exemplo.



## Foco na vida das florestas



Com formação em Gestão e Políticas Públicas, **MÁRCIO ASTRINI** é secretário-executivo do Observatório do Clima, uma rede de organizações da sociedade civil debruçadas sobre a pauta ambiental. Durante 13 anos, trabalhou no Greenpeace Brasil, onde coordenou as áreas de clima. Nesta entrevista, Astrini constata que, hoje, a grilagem e o crime organizado lucram com o desmatamento no Brasil — e só um plano agressivo de investimento para manter a floresta viva vai inibir esse processo e a destruição da biodiversidade brasileira, além de conter o avanço dos eventos climáticos extremos.

Entrevista **VINÍCIUS MENDES**  
realizada em junho de 2024

### Quanto o Brasil avançou nas metas climáticas acordadas entre os países?

O grande avanço é exatamente haver as NDCs [as *Contribuições Nacionalmente Determinadas, do inglês Nationally Determined Contributions*] e o Brasil fazer a contribuição com consulta pública. Mas, em termos de emissões de carbono, tanto o Brasil quanto o restante do planeta não tiveram grandes avanços. As NDCs são promessas que os países depositam na ONU para divulgar o que farão para tentar resolver o problema do clima. Se todas essas promessas forem cumpridas, a temperatura global ainda aumentará entre 2,5°C e 2,7°C em relação à era pré-industrial, quando o ideal seria limitar esse aumento a 1,5°C. Portanto, o resumo é o seguinte: se tudo der certo, dará tudo errado, porque as promessas são insuficientes.

### Quais são os setores mais sensíveis quando pensamos em ações para limitar o aquecimento global?

São três os principais setores da economia que contam de forma definitiva no Brasil: o de energia — principalmente transporte, transporte de carga e transporte pesado —, que aumenta constantemente as emissões; e a agropecuária e a pecuária, que vêm emitindo também cada vez mais e avançam sobre florestas e outras áreas de vegetação. O desmatamento associado à agropecuária faz com que esse setor tenha um grau muito alto de emissões. Então, são essas as atividades que precisamos atacar de forma definitiva para reduzir as emissões no Brasil. A boa notícia é que temos como fazer isso, não apenas desenvolvendo o País como também tirando vantagens econômicas e produtivas dessa redução.

### Especialistas dizem que o Brasil tem grande potencial para liderar a agenda climática, principalmente na redução de emissões. É verdade?

O Brasil tem possibilidade de fazer isso — e fazer bem-feito. E, por meio dessa realização, ser um exemplo para os outros países, mostrar como é possível. O Brasil não é uma grande potência econômica capaz de preparar uma revolução climática no planeta. O que temos de valor nessa agenda

é que somos capazes de oferecer soluções. Se o País quiser realmente ser líder na agenda climática, precisará levá-la muito a sério e incorporá-la em todo o programa de desenvolvimento dessa questão. Enquanto estivermos desassociando o clima, e a agenda socioambiental do desenvolvimento, dos planos de avanço econômico, não conseguiremos aproveitar a vantagem que temos na área. O Brasil quer ser o grande campeão da agenda climática, e é possível ser um dos grandes exemplos globais, mas isso não vai acontecer frente ao discurso de explorar petróleo até a última gota. Em outras palavras, não é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

### Hoje, quais são os problemas ambientais que merecem prioridade?

O desmatamento é o principal fator de emissão do País. Foi publicado um relatório mostrando que houve uma queda na Amazônia, mas no Cerrado subiu muito. É importante conhecer os impactos climáticos do desmatamento sobre o bioma, porque sabemos que não são apenas efeitos locais. Quando o Cerrado é desmatado, há emissão de GEE. Outro problema é a questão das águas. O Cerrado é um berço das águas que alimentam o Pantanal e diversos rios Brasil afora. Então, quando há desmatamento nessa região, condenam-se as nascentes dos rios e a distribuição hidrológica ao redor do País. A biodiversidade também é extremamente afetada, pois o encolhimento das áreas de mata confina espécies nas regiões que não oferecem capacidade de sobrevivência.

### É possível cumprir a meta de zerar o desmatamento no Brasil até 2030?

É importante dizer que zerar não significa que não haverá qualquer tipo de desmatamento, mas que, se houver, será compensado com reflorestamento ou ações de conservação em outros lugares. Essa meta é possível de ser cumprida? Sim, é quantificável e temos tecnologia para isso. Recuperando áreas já desmatadas e abandonadas, poderemos dobrar a produção de alimentos no Brasil sem avançar nenhum palmo sobre terras preservadas.



## O Brasil pode ser carbono negativo antes de 2050, o que nos deixa em posição de solução climática extremamente privilegiada e única no mundo.

### O que falta para um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia?

A Amazônia Legal abrange cerca de metade do Brasil. E qual é o plano para essa área? Onde acomodar indústrias? Onde ter infraestrutura? O que será regularizado? O que será protegido? O que pode e o que não pode ser feito? Onde? Nós não temos isso. Não há um programa de incentivo sequer, uma legislação. Aquela terra não é de ninguém, é de quem chegar primeiro, um caos fundiário. E, em meio ao caos, não há ordenamentos econômico e jurídico, não há segurança para as pessoas, tampouco geração de emprego. Não existe um plano para a tomada daquela área ou para recuperar o que já foi desmatado. Precisamos de investimento pesado, estatal, com um plano de crescimento para a região.

### O Brasil tem uma outra grande meta que é reduzir as emissões em 43% até 2030. É factível?

É factível — e não é pouco, inclusive. Atingiríamos essa meta apenas acabando com o desmatamento, na sua grande maioria, na Amazônia. O Brasil tem possibilidade de ser carbono negativo antes de 2050. E ser uma grande economia com carbono negativo, num planeta em crise climática, deixa o

País em uma posição de solução extremamente privilegiada e única no mundo. A base das nossas emissões está no desmatamento. Então, zerá-lo significa deixa de emitir. Além disso, há um ganho de áreas que vão se regenerar, e floresta crescendo significa captura de carbono.

### Como gerar riqueza na Amazônia com a política de carbono zero?

É preciso dispor de planos mais robustos, não apenas para combater o desmatamento como também para investir na economia da floresta viva. Isso vai inibir a deflorestação e a destruição, porque, hoje, o que temos é uma luta contra o crime que lucra com a derrubada da floresta, enquanto há pouco lucro com a sua manutenção. Inibe-se quem gera, criminalmente, dinheiro com a destruição, mas não há incentivo para gerar dinheiro com a preservação. Essa é a grande diferença, pois temos uma série de riquezas em forma de frutos, tecnologia natural para cosméticos, biotecnologia, bioinsu- mos, tudo na natureza.



AS CIDADES ENFRENTAM  
DILEMAS PROFUNDOS — E  
A POLÍTICA HABITACIONAL  
AINDA ESTÁ NA PRODUÇÃO  
DE CASINHAS. É PRECISO  
ENXERGAR E INCORPORAR  
TODA ESSA COMPLEXIDADE.

---

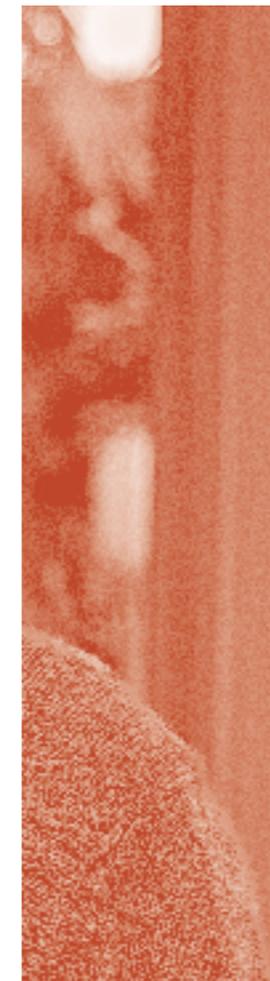
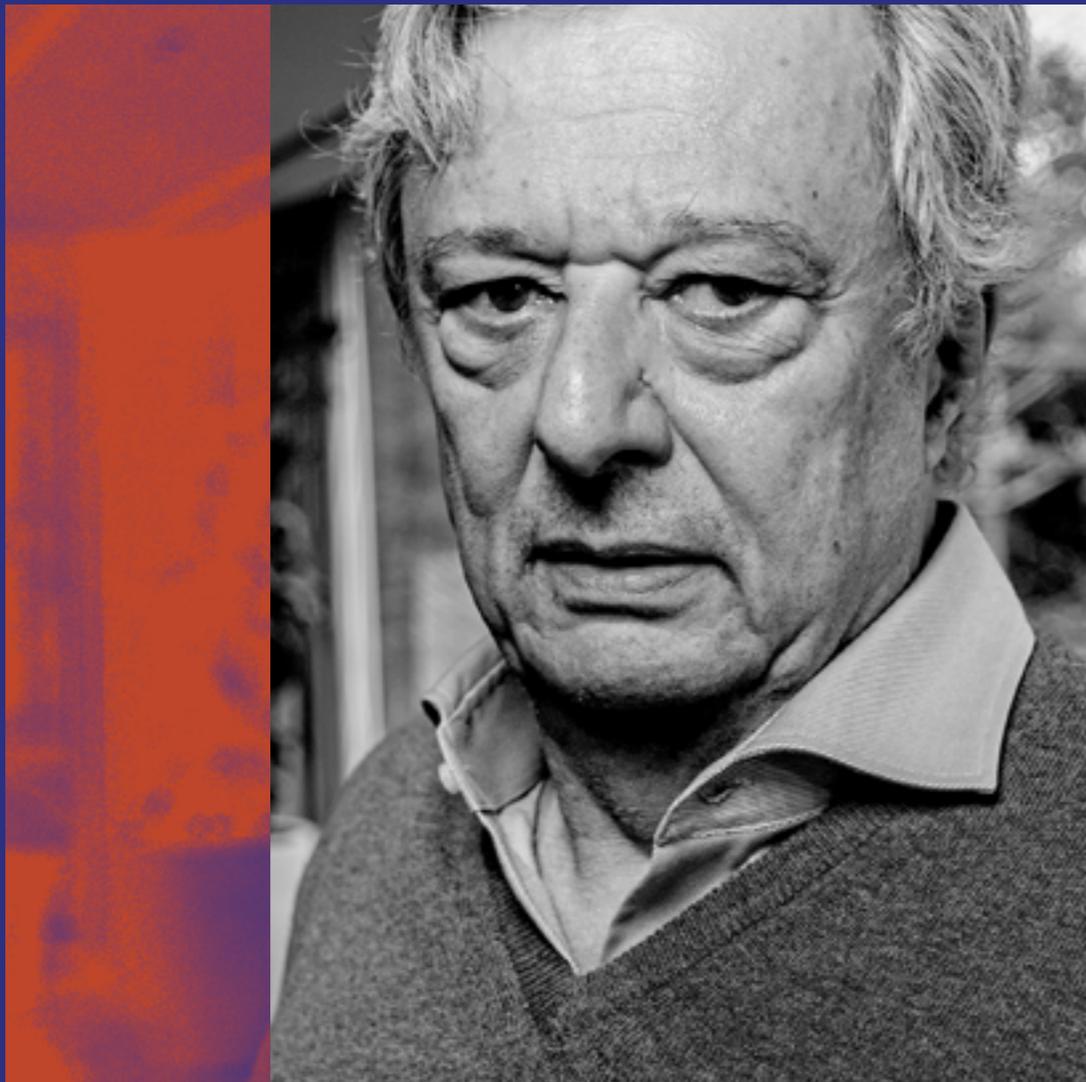
ANA CLÁUDIA ROSSBACH, diretora-executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)



---

ALBERTO BENETT

# Contribuição do Brasil é plantar árvores



O País se prepara para sediar, no fim deste ano, a COP30 sem um plano concreto de corte de emissões de carbono — e sem que isso seja uma prioridade política. De acordo com **JORGE CALDEIRA**, escritor, historiador e imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), a capacidade nacional para firmar os compromissos climáticos é nula. Segundo o escritor, se o Brasil seguir o caminho do carbono neutro, será o país mais beneficiado. Ele relata que a Nação tem 50% da capacidade mundial de retirar o composto da atmosfera, por meio da restauração das florestas.

Entrevista **MÔNICA SODRÉ**  
realizada em junho de 2024

### Como olha, hoje, para o desenvolvimento do Brasil e qual é o modelo que deveríamos perseguir?

Mudar o jeito de pensar a natureza é o ponto central da vida planetária. Isso está mudando. Em seis anos, foram construídas três Itaipus de energia solar no Brasil, uma transformação gigantesca. É preciso mudar o jeito que o homem produz e a sua relação com a natureza. O foco deve ser em tudo o que for carbono neutro. Essa transformação está em curso no planeta em uma velocidade espantosa. No entanto, a sociedade não tem percepção dessas mudanças.

### Quais são as vantagens do Brasil nesse cenário?

O País deve ser a economia mais beneficiada com essa mudança, porque aqui a natureza produz. Uma placa solar no Brasil gera 40 vezes mais energia que a mesma placa na Alemanha. Isso não é um prêmio de produtividade para a tecnologia brasileira, mas um prêmio de produtividade que a natureza dá ao Brasil.

### Quais desafios para um desenvolvimento focado em carbono neutro?

Os sistemas político e decisório da nação brasileira não foram montados para resolver esse problema. A mudança avança dentro do Brasil, na economia real, em vários lugares, mas as pessoas e as instituições simplesmente não reagem. Há um plano de energia solar no Brasil? Não, não há. Políticos, partidos, agrupamentos, enfim, ninguém fala que precisamos fazer energia solar por aqui. Como é que ela foi feita? Dois terços das placas solares estão instaladas no teto de 2,5 milhões de casas. É algo disseminado. R\$ 200 bilhões foram aplicados nessa mudança, o que é um investimento gigantesco.

### Qual é a prioridade para descarbonizar o Brasil?

Muito simples: o Brasil tem 50% da capacidade mundial de fixar carbono. Então, no momento que a humanidade precisa diminuir emissões e retirar carbono emitido da atmosfera, o País detém 50%. Trata-se de um potencial gigantesco. No entanto, apesar de o Brasil ter a natureza mais produtiva do mundo, se não pensarmos essa natureza de maneira diferente, não mudaremos de atitude.

### Como a nossa situação se compara com a de outros países?

O objetivo central da vida econômica chinesa é não emitir carbono. Aqui, no Brasil, nem sabemos o que é isso. Em oito anos, a China reflorestou 68 milhões de hectares, área somada de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Regiões que eram desertas, largadas, degradadas e que foram reflorestadas. O país asiático tornou-se líder em energia solar no planeta: a placa vendida no mundo é basicamente chinesa. E, numa velocidade semelhante ou maior que a instalação de energia solar no Brasil, começou a fazer carro elétrico. Há quatro anos, 1% do mercado chinês era carro elétrico. Hoje, são 50%. São 10 milhões de automóveis, cinco vezes a produção nacional. Os políticos, os planejadores do Brasil, economistas de grande qualidade e técnicos de excelência não conseguem transmitir para a sociedade essa mudança.

### Plantar árvores pode ser uma atividade rentável?

Criar e reconstruir florestas são atividades econômicas novas que têm potencial — e sobra dinheiro para isso, sobram muitos bilhões de dólares que estão aqui no Brasil parados à espera de como é que se resolve o problema. A contribuição real do País para a humanidade é plantar árvore.

**Graças à matriz elétrica consideravelmente renovável e ao potencial da energia oferecida pela natureza, o Brasil pode ser o país mais beneficiado por uma economia de carbono neutro.**



**Se uma árvore que retira carbono da atmosfera é derrubada ou queimada, um ativo de descarbonização se transforma em carbonização. Isso é o que se pratica no Brasil.**

### E a exploração mineral?

Boa parte das reservas minerais do mundo está em território nacional também. Como vamos nos beneficiar sem reproduzir o modelo que nos trouxe até aqui? Aí é uma questão de hierarquia. Atualmente, o mais importante para a sobrevivência da espécie humana é evitar a queima de combustíveis fósseis. Muita gente entendeu o recado e organizou a produção econômica com vistas a esse futuro. A política importante não é o que você vai fazer com o mineral, mas como vai plantar árvore. No Brasil, dois terços das emissões de carbono vêm da destruição e da queima de matas. Portanto, se uma árvore que retira carbono da atmosfera é derrubada ou queimada, um ativo de descarbonização se transforma em carbonização. Isso é o que se pratica no Brasil.

### Na sua avaliação, o que o Brasil pode levar para a COP30, que acontecerá no fim de 2025, em Belém?

Em primeiro lugar, dinheiro não resolve tudo. Está sobrando dinheiro dentro do Brasil para descarbonização. O País captou, em 2023, US\$ 2 bilhões, com juros menores que o título soberano, severamente menor, de 6%, melhor captação em décadas. Mas o dinheiro está parado no BNDES, uma vez que, ainda que se aprove, por exemplo, um projeto de restaurar a floresta, o montante não sairá de dentro do banco porque precisará de fiança bancária e de outros elementos de competência exclusiva da au-

toridade nacional. A COP movimentou US\$ 400 bilhões e 100 mil pessoas. Não adianta pedir dinheiro diretamente aos investidores. Deve haver uma lei nacional, ou algo instituído, que diga quais são as metas de cada projeto e como estas serão atingidas. Dentre os países do G20, 17 têm plano de carbono neutro. No Brasil, não há nem o começo disso. Então, o atraso é nosso.

### E em relação ao desmatamento?

Uma das coisas que mais flutua no Brasil é o desmatamento. Um terço das emissões brasileiras — às vezes a metade, dependendo do ano — vem desse processo. Aqui, a emissão não é da queima de petróleo, é da destruição de árvores. É melhor, como atitude, entender que isso é um problema, que a economia do futuro é descarbonizada. Não há como pensar essa economia sem ser do berço ao túmulo: do momento em que se arranca algo da natureza até a reciclagem para devolver para a própria natureza. Esse é outro jeito de se fazer economia. Chama-se economia de carbono neutro.

### Qual é o papel das empresas na corrida pela descarbonização?

Primeiro, tudo o que existe de mudança aconteceu, primeiro, no setor privado e, depois, no governo. Os critérios do ESG [*do inglês Environment, Social and Governance*] foram criados inteiramente no setor privado. A transição dos investimentos tradicionais para os calculados, segundo o impacto ambiental, foi criada no setor privado. Os capitais que financiam esses movimentos são privados. O mundo tem R\$ 150 trilhões de capital, e um terço é agenda ESG. Tudo privado. Os governos chegaram atrasados nessa mudança. No Brasil, o que é setor privado anda. Energia solar anda, carro elétrico vai andar, produção de combustível biológico no Brasil já é altíssima. Se o País conseguir, poderá fabricar hidrogênio verde com grande facilidade. O mundo privado pode se mexer muito nessa história — e se mexe muito. O mundo governamental, globalmente, está atrasado. E quanto à questão das lideranças políticas, é o seguinte: o mundo político se mexe por pressão do eleitor.



# As oportunidades do mercado de carbono

Entrevista **VINÍCIUS MENDES**  
realizada em setembro de 2024

Detentor de uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, o Brasil tem potencial para se tornar uma liderança no mercado internacional de carbono. Para isso, no entanto, é preciso tomar a frente na agenda da descarbonização. A avaliação é de **ALEXANDRE PRADO**, líder de Mudanças Climáticas do WWF-Brasil. “O País perde várias oportunidades — e o mercado de carbono é uma delas. Pela nossa matriz energética, podemos liderar a agenda ambiental, mas estamos atrasados na discussão para a implementação desse mercado”, adverte.

## CORRIDA CONTRA O TEMPO

O Poder Executivo aprovou, no fim de 2024, o Projeto de Lei (PL) que regulamenta esse mercado. A normatização vem a tempo de gerar efeitos e discussões antes da COP30, marcada para novembro de 2025, em Belém — porém a proposta ficou bastante tempo travada por tensões entre a Câmara Federal e o Senado. O Brasil firmou os compromissos no âmbito do Acordo de Paris e se comprometeu a chegar a 2030 emitindo 50% menos carbono que em 2005. Para 2050, precisa alcançar a neutralidade.

## NO TOPO DAS EMISSÕES

Hoje, o País é o sexto maior emissor de GEE do mundo — foram 2,3 bilhões de toneladas brutas em 2022, segundo o Observatório do Clima. Compensar emissões por meio do mercado de carbono poderia contribuir para essas metas. “A discussão recente está muito enviesada, há muito interesses de lobbys específicos, o que não nos coloca na vanguarda, mas na retaguarda”, avalia Prado. A implementação desse instrumento, discutida desde 2016, é pleiteada tanto por membros da sociedade civil quanto por entidades representativas do setor produtivo.

## EM BUSCA DE RESULTADOS

A expectativa é que a COP30 adote um tom mais incisivo, dada a gravidade da atual crise climática sem precedentes. “Mais do que grandes anúncios, o Brasil terá de mostrar grandes entregas, seja na discussão da redução do desmatamento, seja na eliminação das emissões no uso da terra, seja na redução de emissões do setor de energia”, aponta o líder da WWF-Brasil, que destaca que um dos papéis do País será o de pressionar as demais nações para que também se comprometam com anúncios de grandes compromissos. “Precisamos fazer os dois: entregar e anunciar. É isso que se espera do Brasil na COP30.”

## TRANSIÇÃO ENERGÉTICA AINDA DISTANTE

Em 2023, foram US\$ 34,8 bilhões investidos em transição energética, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME). Na avaliação de Prado, no entanto, a transição energética está distante de ser concretizada. “Não há alternativas. Se o País não eliminar o uso de combustíveis fósseis, correremos o risco de ficar para trás no debate energético. É fácil largar o petróleo? Claro que não, mas qual é a proposta?”, questiona. De acordo com o especialista, a transição também é tecnológica. “Como você acha que vai estar a economia daqui a 80 anos, em 2100?”, indaga. “Os carros movidos a combustão estão com os dias contados. Vamos liderar essa transição ou seremos deixados para trás?”, provoca Prado.

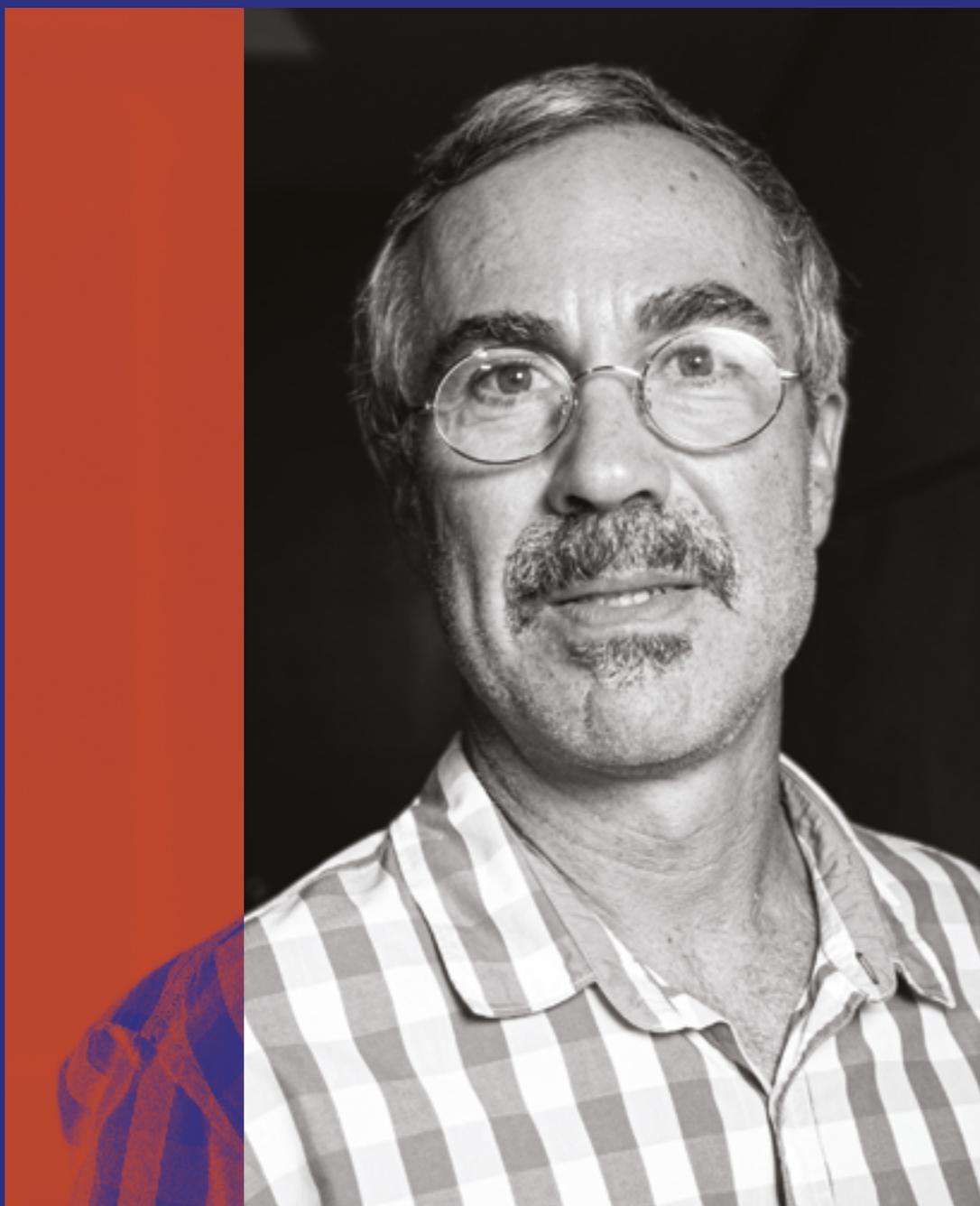


ESTAMOS NO  
PROCESSO DE  
RESSIGNIFICAR A  
ECONOMIA. NÃO  
ENXERGAMOS NA  
BIOECONOMIA APENAS  
O DESENVOLVIMENTO.  
ESSE MODELO SE  
REFLETE NA REDUÇÃO  
DE DESIGUALDADES  
E NA CONSERVAÇÃO  
DA BIODIVERSIDADE.

CARINA PIMENTA, secretária nacional de Bioeconomia do  
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)



ADÃO ITURRUSGARAI



## Como a religião transformou o crime



No livro *A fé e o fuzil*, o pesquisador **BRUNO PAES MANSO** mostra como a religião transformou o crime no Brasil. Se no começo da Nova República existia a utopia de criar uma sociedade justa, atualmente impera um certo cinismo sobre o papel do Estado, com uma visão pragmática de grupos que brigam por dinheiro e poder na política. A despeito desse panorama de descrença nas instituições e do fortalecimento do crime organizado, Manso acredita que a solução ainda seja pela via política.

Entrevista **HUMBERTO DANTAS**  
realizada em março de 2024

**No livro *A fé e o fuzil*, você apresenta um estudo que aborda como a religião transformou o crime no Brasil. Em que medida isso pode ser visto como um fenômeno generalizado ou estaria mais concentrado em algumas localidades?**

Religião e crime convivem em territórios semelhantes e cresceram em um momento de intensa urbanização das cidades brasileiras, com grande desordem nas periferias como resultado desse processo. De um lado, imaginava-se que a Nova República e o processo de educação e construção de um novo Estado mais justo, pregado durante a democratização, criariam uma nova civilidade urbana imposta de cima para baixo, mas o que se viu foi um Estado fragilizado, e organizações surgindo de baixo para cima como forma de lidar com os desafios da vida nas cidades.

Tanto o crime quanto as igrejas redefinem comportamentos a partir da construção de novos propósitos. O crime fala para os jovens que o inimigo é a polícia, que é preciso bater de frente com o Estado e com o sistema. A igreja fala da eternidade, do papel do dinheiro, da teologia da prosperidade, do controle político. A conversa entre esses dois mundos surgiu nas nossas franjas sem que percebêssemos.

**Como esses dois ambientes — crime organizado e organizações religiosas — convivem e disputam espaço?**

Eu comecei a achar que esse fenômeno tinha a ver com a política quando entrei em contato com a cena do Complexo de Israel, no Rio de Janeiro, comandado por um “traficante”, como os cariocas o apelidaram — ele é pastor, virou chefe de uma comunidade e diz que é profeta. Passou a usar a religião para governar, produzir obediência e construir legitimidade para a sua autoridade. Pertencente ao Terceiro Comando, consegui tomar várias comunidades do Comando Vermelho a partir de um discurso religioso. Então, é possível ver surgir esse discurso do confronto, contra o Estado de direito e a Constituição, com a religiosidade inserindo no debate valores, questões ou categorias como bem e mal. É uma nova forma de poder no Brasil, o poder criminal e econômico dos negócios ilegais, mas também o poder político e econômico dos defensores da indústria armamentista, da agroindústria

que destrói as matas e não respeita a legalidade, dos garimpeiros, da venda de madeira ilegal e por aí vai. Os negócios começaram a se misturar.

**Qual é a conexão desses universos com a política?**

Há um tipo de crime que ainda não consegue essa conexão: o das drogas, que ainda são tabu e estigma, porque as pessoas têm medo da desordem, e as drogas estão associadas a loucura e perda de controle, causam medo nas mães e nas famílias — e, por isso, não existem pessoas se colocando como defensores desse negócio na política. Mas você tem, por outro lado, o mundo do garimpo, de um tipo de agroindústria mais agressiva, o de uma polícia violenta e truculenta, ou mesmo de milicianos que pregam o discurso da guerra contra o crime, o do dinheiro e do empreendedorismo. Todos, de alguma forma, conseguem se articular na política. Você tem toda uma economia que começa a ser aquecida a partir da lavagem do dinheiro do crime, que passa a entrar no Estado, na economia, assim como as máfias entraram, disfarçado com uma nova identidade. Não é mais o traficante, é o empresário, é um cara que dá dinheiro para a igreja, frequenta o culto, é um “cidadão de bem”; não é mais aquele moleque da biqueira, de quem a gente tinha medo que nos assaltasse.

**Como é a relação entre ideologias políticas e o crime organizado?**

As ideias de reforma do Estado foram minguando. Se na Nova República havia uma espécie de utopia, formada pela Teologia da Libertação e pelos movimentos sociais, de estabelecer uma social-democracia com liberdade e justiça, hoje parece haver um certo ceticismo, cinismo e descrença no papel do Estado, e o mercado passa a ser cada vez mais forte. E ter dinheiro passa a ser o grande desafio de vida das pessoas. De que adianta fazer parte do movimento social, cobrar do Estado mais direitos, se não tem dinheiro nem para pagar a passagem de ônibus para ir a um protesto? As igrejas evangélicas entram muito nessa seara, oferecendo essa crença em si próprio, essa rede de apoio ao empreendedorismo. Ao mesmo tempo, há uma visão quase apocalíptica, que vem muito com os evangélicos, de que o mundo está fadado a acabar dessa forma e as



**O desafio é construir um projeto político que engaje as pessoas, desperte paixão e mude comportamentos, como os evangélicos e o PCC fizeram.**

reformas são impossíveis, que a gente precisa viver e sobreviver no presente. Então, há esse cinismo em relação a qualquer debate sobre projetos de Brasil. O que existe são grupos brigando por dinheiro e poder na política. É uma disputa muito vinculada ao dinheiro, à capacidade de financiar campanhas, e isso faz com que os recursos do crime, às vezes, sejam muito bem-vistos, independentemente da corrente ideológica.

**Existe uma alternativa que nos leve a um patamar de mais tranquilidade?**

Temos quase um compromisso ético de ter esperança. Quando falamos de ausência do Estado, temos também a sua presença distorcida. Então, ao existir uma polícia que mata e prende excessivamente determinados grupos e enche as cadeias, fomenta-se o discurso antissistema que o crime usa para mobilizar as facções. E há também uma nova ideia sobre política, que passou a ser vista como guerra, como confronto, por ser formada por alguns inimigos que atravancam o desenvolvimento do País, que podem ser os comunistas, os globalistas, as feministas ou os cidadãos que são contra os valores bíblicos. Vai surgindo uma guerra na qual você passa a se colo-

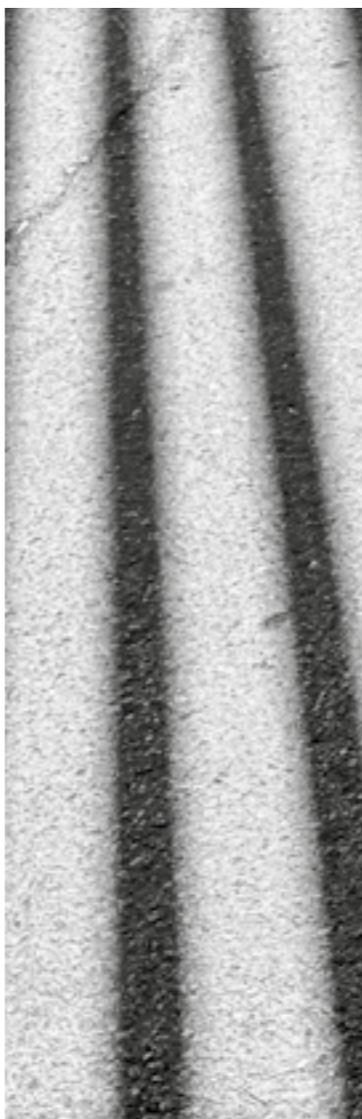
car como representante do grupo do bem, que vai vencer essa disputa contra um Estado que deixa de ser visto como representante do interesse coletivo. Esse papel é apropriado por esse grupo que representa determinados setores, como as bancadas da bíblia, do boi e da bala. A solução é a política, não a guerra. Não se pode pegar armas do outro lado e criar nosso próprio discurso contra esse grupo — é preciso descobrir uma forma de construir uma instituição que represente os interesses coletivos, que dialogue, inclusive, com a extrema direita.

**O discurso do “nós contra eles” não é novo e já marcou governos de diferentes ideologias. Quanto a política atual se serve da caracterização do brasileiro como violento?**

O Estado tem esse desafio de produzir obediência, só que isso depende de um propósito. As pessoas têm de se enxergarem fazendo parte desse projeto, que precisa conquistar os corações e as mentes. Mas isso depende de um plano de futuro, as pessoas precisam se sentir inseridas numa crença que contemple os diferentes grupos brigando entre si. Talvez a gente consiga romper essas bolhas, propor novas perspectivas de futuro, renovar a esperança do povo. O desafio é construir um projeto político que engaje as pessoas, que desperte essa paixão, que faça mudar comportamentos, como os evangélicos e o PCC fizeram.

**Há iniciativas bem-sucedidas capazes de atenuar a sensação de uma estrutura gigantesca do crime organizado?**

Temos algumas ações isoladas de segurança pública, como o Territórios Pela Paz, no Pará, e outras em Pernambuco, mas temos alguns caminhos que não foram tentados — falta um discurso progressista de segurança pública, acho que esse é o grande problema. Temos três medidas estratégicas que seriam importantes: foco na redução da taxa de homicídios, que é um sintoma de descontrole político dos territórios; monitoramento das taxas de letalidade policial, sintoma do descontrole da polícia; e um trabalho com inteligência econômica para reduzir o poder financeiro desses grupos.



# Segurança: prevenção em várias frentes

Nona economia do mundo, o Brasil investiu 1,6% de seu PIB em Segurança ao longo de 2023, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública — um terço do valor destinado à Saúde no mesmo período. Em 2024, o Congresso Nacional direcionou mais de R\$ 20 bilhões em emendas parlamentares para a Saúde, quase 70% do total, enquanto para a Segurança foi R\$ 1,5 bilhão. Muito pouco para um país de dimensões continentais e problemas monumentais.

#### DINHEIRO MAL DISTRIBUÍDO

Não bastasse a escassez de recursos, há uma má distribuição voltada mais para a repressão do que para a prevenção da criminalidade. O cenário é de avanço do crime organizado, aumento de roubos, alta letalidade, violência generalizada e sensação constante de medo. Para ser parte da solução, a FecomercioSP baseou-se em cinco eixos principais e elaborou as seguintes propostas para as esferas federal, estadual e municipal.

#### REFORÇO POLICIAL

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as polícias militares têm déficit de 180 mil agentes e operam com 69% do contingente que deveriam. Já as polícias civis têm 55 mil agentes a menos e trabalham com 63% do que seria ideal. Para preencher a lacuna, a FecomercioSP apoia o Projeto de Lei (PL) federal 391/15, que trata do mínimo de policiais por habitante no País, e o PL 1.702/2023, estadual, que confere competência investigatória à Guarda Civil Metropolitana (GCM).

#### PERIGO NA ESTRADA

De acordo com a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, o prejuízo com o roubo de cargas superou R\$ 1,2 bilhão em 2022. São 10 mil agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para fiscalizar 95 mil quilômetros de rodovias. A Federação defende o endurecimento do artigo 180 do Código Penal, que trata de receptação de carga roubada, além de apoiar um novo concurso para agentes da PRF.

#### VIAJAR É PRECISO

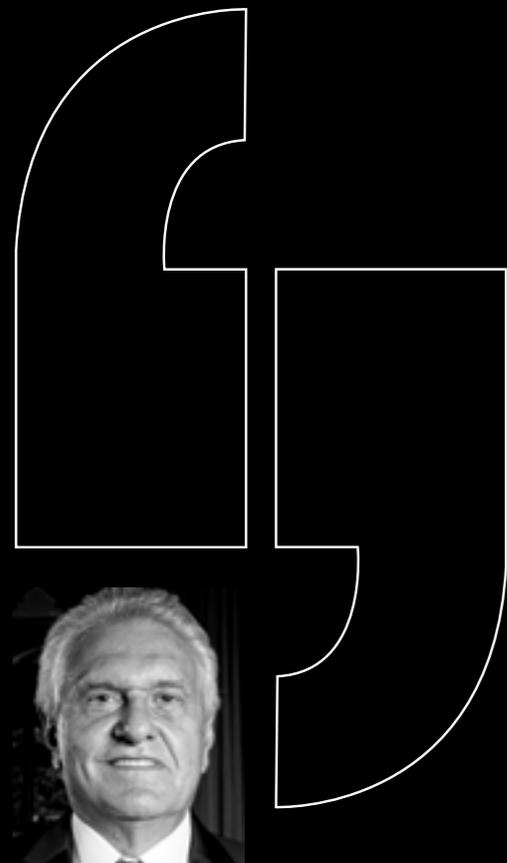
O Brasil recebeu 6 milhões de turistas estrangeiros em 2023, que injetaram US\$ 7 bilhões na economia local, segundo a Embratur. Poderia ser mais, se não fosse o impacto da violência. Somente o Rio de Janeiro deixou de arrecadar mais de R\$ 3 bilhões com o Turismo no período, segundo cálculo da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Para fomentar a atividade, a FecomercioSP apoia a veiculação internacional de campanhas permanentes que destaquem os pontos positivos do País.

#### COMÉRCIO EM RISCO

Conforme pesquisa de 2024 do Datafolha, 65% dos brasileiros das capitais ficam inseguros para circular à noite, sensação que acomete 31% das pessoas no interior. Além disso, o Brasil é o país com a maior frota de blindados do mundo. Ademais, poucos têm coragem para ocupar as ruas, e o Comércio deixa de faturar. Para diminuir o risco, a Entidade propõe aumentar o efetivo e a frota da GCM e das polícias militares, bem como o policiamento nas zonas com maior número de furtos e roubos.

#### PRESÍDIO PARA QUEM PRECISA

O Brasil prende muito, prende mal, mas não prende o suficiente. Conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), são mais de 700 mil presos, além de mais de 370 mil mandados de prisão em aberto, que, se cumpridos amanhã, fariam a população carcerária ultrapassar 1 milhão. Além de defender um banco de dados unificado sobre os encarcerados, a FecomercioSP apoia a proibição das saídas temporárias em datas comemorativas, no bojo do PL federal 2.253/2023.



SÃO OS CRIMES  
'FEDERAIS', COMO  
TRÁFICO DE DROGAS,  
ARMAS ILEGAIS E  
LAVAGEM DE DINHEIRO,  
QUE ESTÃO DOMINANDO  
E DESTRUINDO O BRASIL.  
NÃO EXISTE O 'ESTADO  
DO CRIME', MAS, EM  
MUITOS, É O CRIME QUEM  
COMANDA O TERRITÓRIO.

RONALDO CAIADO, governador do Estado de Goiás



ALBERTO BENETT



# POLÍCIA CIVIL EM EXTINÇÃO

Entrevista **VINÍCIUS MENDES**  
realizada em abril de 2024

Para entender a crise da segurança pública no Brasil, é preciso considerar a perda de poder de investigação das polícias civis. A corporação está deixando de investigar por falta de investimento e pela presença de um efetivo menor do que o necessário, além de envelhecido e burocratizado. O alerta é do analista criminal **GUARACY MINGARDI**, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Um dos principais especialistas no assunto, o cientista político avalia que o País vem perdendo gradualmente a capacidade de investigação, o que se expressa na grave crise enfrentada pela instituição. “O Brasil não investiga mais. As polícias civis estão desaparecendo. Converso com alguns agentes que sentem que a instituição está em via de extinção. E não se combate o crime profissional sem investigação”, explica o analista.

#### MERCADO PARALELO

Sem estrutura de investigação, os mercados ilícitos operam quase incólumes nas franjas do crime, enquanto ocorrências de roubos e furtos, muitas vezes violentas, acumulam-se no cotidiano dos grandes centros urbanos, alimentando-os. Exemplo disso é o imenso mercado ilegal de aparelhos celulares. “É o crime da moda”, observa Mingardi, que foi secretário de Segurança Pública de Guarulhos (SP) e atuou na Polícia Civil.

O especialista cita dados recentes do Rio de Janeiro e de São Paulo para corroborar sua análise. No Mercado Popular de Uruguaiana, na região central da capital carioca, em uma única operação, a Polícia Militar encontrou quase 600 dispositivos. Já na capital paulista, uma quadrilha desmantelada movimentou cerca de R\$ 10 milhões com o negócio de celulares roubados.

**FALTA DE PREPARO**

A ausência de qualificação das polícias civis para dismantelar toda a organização por trás dos furtos e roubos de smartphones, na avaliação de Mingardi, é um sinal de alerta para uma instituição de segurança pública cada vez menos eficiente e estruturalmente “enferrujada”. “A Polícia Civil tem duas funções: investigar e ser polícia judiciária. A segunda, a instituição faz, é a parte burocrática, interna; já a externa, de investigação, não está acontecendo. Para isso, é necessário contratar mais gente”, aponta.

Esse tipo de crime alimenta um mercado ilegal com forte demanda, nacional e internacional, por peças ou aparelhos baratos, fortalecendo as grandes conexões dos criminosos. E não há indicativo de que esteja em curso um combate elaborado com inteligência. Pelo contrário, as pessoas pouco enxergam razões para relatar o crime. “Existem grupos especializados em roubar e mandar para fora esses aparelhos. Assim como, em determinado momento, o carro roubado seguia para o Paraguai, agora há centros internacionais em outros países”, detalha o especialista.

**ROUBO DE CELULAR NÃO É PRIORIDADE**

Com base na análise de pesquisas, Mingardi destaca que roubo de celular não é um crime tratado pela polícia como prioridade. “Furto nunca foi prioridade, mesmo que seja continuado. Mas o roubo de celular, feito no picado, pode envolver muito dinheiro também, e deveria haver uma agenda política voltada para isso”, argumenta. Para o cientista político, o enfraquecimento da capacidade de investigação das polícias estaduais torna mais difícil o dismantelamento desses mercados. “O trabalho investigativo nos Estados, nesse tipo de caso, é da Polícia Civil. O efetivo está envelhecido, burocratizado e é menor do que o necessário”, enfatiza.

A falta de pessoal, assim como o tempo que se leva para treinar e colocar equipes nas ruas, são dois dos fatores que pesam na qualidade do que a polícia é realmente capaz de entregar à sociedade. “Para elucidar os crimes, é preciso trabalhar na região. Você precisa ter investigadores e informan-

tes. Mas, para construir essa rede de informantes, que podem ser o lojista ou o porteiro do hotel, é fundamental estar na rua. Sem investigação não se combate o crime profissional”, ressalta Mingardi.

**DESBUROCRATIZAR A POLÍCIA**

Uma das soluções seria desburocratizar a polícia, liberando mais efetivo para as ruas, dando mais tempo de dedicação para a investigação. Para isso, seria importante tirar algumas funções da responsabilidade da Polícia Civil. “É fazer com que determinados crimes não sejam mais obrigação da instituição. Por exemplo, o pessoal vai dar queixa na delegacia sobre barulho no prédio. O delegado tem que formalizar boletim de ocorrência e chamar a pessoa que está fazendo barulho e a que fez a reclamação. Isso toma muito tempo com uma coisa que deveria ser uma questão da prefeitura”, propõe o especialista.

A despeito de a falta de segurança pública ter se tornado uma das principais queixas dos cidadãos, Mingardi adverte que uma linha “mão dura” de atuação do Estado contra o crime não é eficiente. “Já tivemos isso em São Paulo, durante muito tempo. Funciona por um breve período, mas tudo volta a ser como antes. Os criminosos acabam encontrando brechas no sistema e o nível de corrupção estatal aumenta”, argumenta. Outro problema gerado por esse sistema é que, quando não são respeitadas as garantias legais, acaba-se por mandar para a prisão gente que não tem relação alguma com o crime, além de todas as mortes que ocorrem.

Sem uma segurança pública eficiente, os comerciantes são obrigados a investir em segurança privada, o que acaba aumentando seus custos. As empresas gastam, diretamente, quase R\$ 60 bilhões por ano com segurança, enquanto, indiretamente, o gasto social gira em torno de R\$ 200 bilhões, investidos em câmeras, seguros, escolta armada, carros blindados, entre outros itens, que inflam os preços praticados pelo setor de comércio e serviços, calcula a FecomercioSP.

**PARA A ENTIDADE, NO ENTANTO, ESSES GASTOS CONTÊM DISTORÇÕES E MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS...****DIAGNÓSTICO**

Recrudescimento no efetivo das polícias

Falta de tecnologia

Necessidade de integração do banco de dados

**PROPOSTAS**

Melhorias em equipamentos e armas e reposição de munições

Investimento em políticas públicas que tenham por objetivo prevenir a criminalidade, e não apenas e tão somente atuar na repressão policial, com fins de endurecimento penal

**Investimento em segurança pública no Brasil**

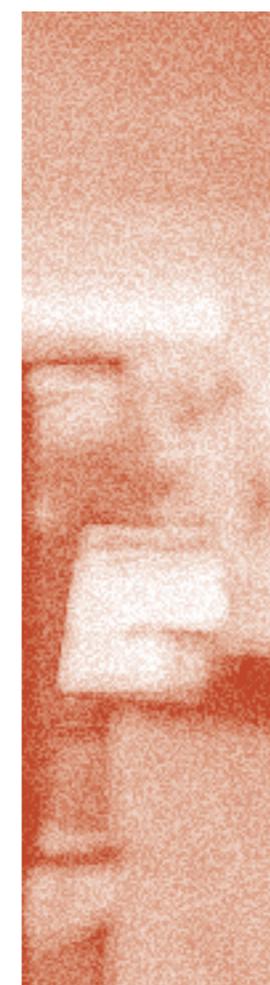
2022  R\$ 16,6 BILHÕES

2023  R\$ 18,7 BILHÕES

(aumento de 13%)

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

# Brasil de extremos



Enxergar o Brasil sob a óptica do copo meio cheio ou meio vazio? Essa é a reflexão de **PEDRO NERY**, economista e autor do livro *Extremos: um mapa para entender as desigualdades no Brasil* (Editora Zahar, 2024). Na obra, Nery analisa topos e bases da nossa estrutura social e traça um panorama para o entendimento da questão da desigualdade e seu reflexo no crescimento do País. “Até a pandemia, tínhamos reduzido a pobreza pela metade e a extrema pobreza para um terço”, exemplifica. Aí está o copo meio cheio, afirma. Por outro lado, ainda não conseguimos superar as profundas disparidades entre as classes sociais. “O copo meio vazio é este: uma desigualdade que persiste”.

Entrevista **MÔNICA SODRÉ**  
realizada em agosto de 2024



**A Reforma Administrativa sempre foi discutida como uma medida fiscal. Contudo, precisa ser entendida também como um plano para a otimização da economia e a equidade social.**

**Para o livro *Extremos*, você partiu da premissa de que era preciso conhecer os lugares retratados. Que Brasil é esse que você conheceu?**

É um livro sobre desigualdade, mas também um livro de viagens, um livro de turismo de estatísticas. Selecionei um determinado indicador, uma planilha, um ranking e fui à cidade que apresentava o menor índice de desenvolvimento ou o maior percentual de aposentados. Os roteiros saíram, de fato, de extremos da planilha, que são os limites da desigualdade nacional. Alimentava um desejo pessoal — creio eu que foi exacerbado pela pandemia e pelo isolamento — de conhecer esses lugares, e tive essa oportunidade. Também tive a chance de selecionar personagens e realidades que pudessem ser descritas e conversassem melhor com os leitores, porque são temas muito importantes, mas, por vezes, bem áridos. Cada capítulo é um extremo de alguma realidade nacional — são oito. Extremos que cobrem as cinco regiões com pessoas de verdade, de carne e osso, que ajudam a entender determinado problema.

**Olhando para a trajetória do combate às desigualdades, o que deu certo e o que ainda falta fazer?**

Precisamos ter otimismo para olhar adiante, mas também indignação com a realidade. Saber celebrar os avanços e reconhecer o que precisa ser feito é fundamental. A partir da Constituição de 1988, melhoramos muito em Saúde e Educação, que foram universalizadas. Houve uma queda expressiva na mortalidade infantil. Ganhamos, no conjunto

da população, dez anos em expectativa de vida, o que é muito. Reduzimos o analfabetismo em 80% e dobramos os anos de estudo. Até a pandemia, a pobreza tinha caído pela metade, e a extrema pobreza para um terço do que era. É possível julgarmos esse copo meio cheio — e, então, o Brasil está muito melhor do que era. O País avançou, se não mais rápido do que outras nações em desenvolvimento, muito entre os emergentes democráticos, porque essa é outra questão interessante: talvez seja mais complexo combater a desigualdade em uma democracia vibrante como a nossa. Agora, pela perspectiva do copo meio vazio, há muita coisa a ser feita. Se, por um lado, caiu a desigualdade de consumo entre famílias pobres e ricas — apontando para uma convergência no padrão de consumo de eletrodomésticos, geladeira, televisão, máquina de lavar, celular, computador —, ainda existe uma disparidade de renda muito grande. As 2 milhões de pessoas mais ricas, entre 1% e 2% da população, concentram uma proporção de rendimento praticamente sem igual no mundo. No Brasil, moram algumas das pessoas mais ricas e também das mais pobres do mundo. O País é uma síntese nesse sentido. Então, sim, muito pode ser feito. A própria Reforma Tributária, promulgada recentemente, prevê que o governo envie uma proposta de tributação da renda. Idealmente, isso precisa estar incluído na agenda de redução da tributação trabalhista. Ainda que grande parte dos países tribute salários antes de serem pagos, o Brasil faz isso demais, e, muitas vezes, o trabalhador não tem consciência do grande desconto sobre o que produz

antes de receber a sua parcela. E também há muito a ser feito na proteção à infância. Recentemente, o governo assinou um decreto prevendo a criação da política nacional para a primeira infância. Vamos torcer para que tudo saia da melhor forma possível, porque, de fato, ainda não contamos com uma política nacional que integre educação, saúde e assistência para famílias na primeira infância, que é onde a pobreza está muito concentrada e afeta de forma duradoura. Eis o copo meio vazio: a desigualdade que persiste. Mas precisamos manter um otimismo realista.

**Qual é a importância da Reforma Administrativa no contexto da redução da desigualdade?**

A Reforma Administrativa foi constantemente discutida como uma medida fiscal, mas precisa ser entendida também como um plano para a eficiência da economia ou a redução das desigualdades. É interessante que o Estado direcione mais recursos para os mais pobres, bem como que não haja grande apropriação por parte das elites. Se o Estado não está entregando educação de qualidade, estamos deixando os mais pobres para trás na corrida do mercado de trabalho, porque as famílias mais ricas investem melhor no ensino dos filhos. Existe certa convergência quanto a algumas necessidades para essa reforma, como limitar os salários acima do teto, um debate no qual estamos atrasados, porque a Constituição já prevê que esses supersalários não existam. É preciso segurar a parcela dos recursos direcionados ao 1% mais rico da população, com o objetivo de liberar espaço para gastar mais com os menos abastados.

**Você diz que não estamos condenados a concentrar renda no topo, que essa é uma escolha da sociedade ao, por exemplo, tributar pouco o capital. Como olharmos para isso comparando com outros países que conseguiram corrigir melhor as desigualdades, sobretudo em relação à renda?**

Os países que instituíram sistemas tributários progressivos e redes de proteção social, também progressivas e voltadas para os mais pobres, foram os anglo-saxões (menos os Estados Unidos) e outros países europeus. É claro que muitas nações asiáticas reduziram bastante a desigualdade, mas não com as estruturas democráticas que existem no Brasil.

Dinamarca e Nova Zelândia são dois exemplos muito interessantes que nos fornecem uma luz. Nessas duas nações, não há tributação sobre a folha de salários. Para compensar, tributam a renda. Ainda que eu não ache realista chegarmos a uma tributação zero sobre a folha, é possível imaginar um modelo semelhante ao que existe nesses países.

**Quando se trata da primeira infância, você menciona no livro que esta é uma corrida em direção ao futuro. Como estamos nessa corrida, sobretudo pela perspectiva de que a redução da desigualdade no longo prazo começa na infância?**

O Brasil reduziu bem a pobreza infantil nas últimas décadas, principalmente nos últimos anos, com a ampliação do Bolsa Família, mas ainda me preocupa não haver uma cobertura mais ampla e universal. Existem famílias que são pobres, mas não o suficiente para o Bolsa Família. Para além da transferência de renda, há uma dificuldade de cumprimento das metas de acesso a creches, onde temos 40% das crianças, abaixo da meta de 50%. Mas, fundamentalmente, a cobertura é muito dispar. Os mais pobres têm pouco acesso a creches, o que afeta o desenvolvimento da criança e a própria possibilidade de geração de renda no domicílio. O Brasil tornou obrigatória, recentemente, a pré-escola — outros países não têm isso —, e temos uma cobertura de quase 100%. Isso vai bem. Agora, temos o benefício de primeira infância para quem está no Bolsa Família, uma prioridade que antes não existia. E isso também vai bem. Mas, nos cálculos do Banco Mundial, desperdiçamos metade do potencial das crianças. Trata-se de uma questão de desigualdade, mas também de ineficiência. É um desperdício haver crianças que não estão sendo formadas, pois elas serão os trabalhadores do amanhã — e, nessa corrida, a futura economia estará menos forte se não conseguirmos cuidar do seu principal insumo, que são os cérebros. E este se forma na primeira infância.

**Como o Brasil pode responder aos desafios da descarbonização, contemplando todo o nosso cenário de desigualdade?**

Muitas vezes, não se percebe que a pauta verde e a agenda de redução das desigualdades podem andar juntas. É interessante constatar que, no Brasil,

quando pensamos em capital natural, imaginamos a Floresta Amazônica. E lá há índices de pobreza e extrema pobreza comparáveis aos do Nordeste. Há alguns anos, uma reportagem na televisão sobre pobreza teria a imagem de alguém no sertão andando para procurar água, e a gente esquece que, na verdade, há privações muito parecidas, em termos monetários, na região amazônica. É uma população pobre e uma economia que precisa crescer, que precisa prosperar. Mas ninguém quer desmatar aquela floresta para desenvolver a Agropecuária ou redes logísticas, o que seria um esforço contrário à descarbonização. Como permitir que essas pessoas tenham acesso a um bom padrão material sem desmatamento? Poderia haver uma integração melhor entre a assistência social e a política ambiental. Um bom modelo é o Bolsa Verde, federal, que paga para pessoas pobres que preservam sua propriedade. Faz todo o sentido que o esforço de preservação da Amazônia não recaia somente sobre uma população que já é muito pobre. Muitos da comunidade internacional, inclusive, defendem que as nações ricas deveriam ajudar os países sul-americanos a preservarem a floresta. Não os países sul-americanos em si, mas a população que está ali, porque aquele povo está prestando um serviço importante para a economia global, que é a preservação do clima, mas não está sendo remunerado por isso. É quase como se eu estivesse falando que temos de indenizar as pessoas que não vão poder desenvolver atividades econômicas como aquelas desenvolvidas em centros urbanos. Faz todo o sentido na busca por algo que promova convergência entre o combate à pobreza e o combate às mudanças climáticas.

**Há alguma experiência internacional exitosa com esse propósito?**

Ainda é em pequena escala, envolvendo florestas no Congo, na Indonésia. Em larga escala, o que é mais reconhecido é o antigo Bolsa Floresta, que agora se chama Guardiões da Floresta, um programa do Governo do Estado do Amazonas. Mas é algo que precisa ser ampliado. Para mim, faz todo o sentido um Bolsa Família maior, critérios mais generosos, ou outro tipo de programa específico para comunidades da Amazônia, por exemplo. O lugar menos desenvolvido no Brasil, o qual abordo em

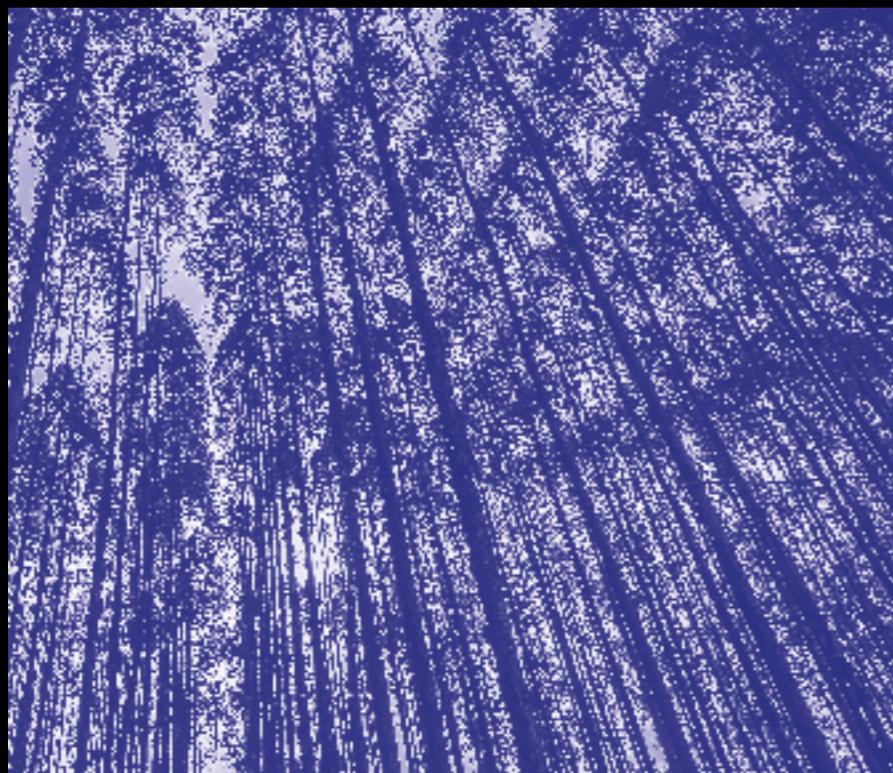
um dos extremos do livro, é Ipixuna, no Amazonas, perto da fronteira com o Acre. O município é pouco desenvolvido para os padrões estatísticos de educação, saúde e renda, mas, até por causa da pobreza, preserva 98% do seu território. Outras cidades da região, mais desenvolvidas, porque têm uma economia mais forte, desmataram muito mais. Então, até que ponto há lógica em dizer que desenvolvido é o município que tem um PIB per capita maior, mas que desmatou muito mais? Como permitir que lugares como Ipixuna possam ter uma realidade diferente sem desmatar o seu território, abrir fronteira agrícola ou construir estradas? Transferência de renda é algo que faz todo o sentido.

**Por que combater a desigualdade importa, especialmente num país democrático como o Brasil?**

Combater a desigualdade importa, não só pela questão ética e moral, mas também pelo crescimento da economia. Se não há investimento, por exemplo, em capital humano, a economia não cresce como deveria. É interessante observar que parte dos medalhistas olímpicos mais destacados vem de lares atendidos por programas sociais. E não só atletas olímpicos. Veja quantos engenheiros, inventores, cientistas, médicos, advogados, poetas, escritores, artistas deixamos de formar por falta de acesso a creche ou educação — ou porque passam fome. Ainda sofremos com a fome no Brasil. O cérebro não cresce como deveria, não se formam as habilidades cognitivas e socioemocionais importantes para o mercado de trabalho. Essa é uma questão de justiça social e de crescimento econômico. Imagine quantos talentos desperdiçamos! Além disso, num país muito desigual como o nosso, há mais frustração e muita rejeição, que podem contaminar a própria percepção de democracia. Junto com a concentração de poder econômico, vem o acúmulo de poder político, o que é muito ruim. Estou me referindo às pessoas extremamente ricas que, por meio de seu poder, obtêm privilégios no setor público e capturam as instituições democráticas. Por isso que reduzir a desigualdade é fundamental para o crescimento econômico e a preservação da democracia.



AS CRIANÇAS SÃO OS  
TRABALHADORES DO  
AMANHÃ. A ECONOMIA  
FICARÁ MENOS FORTE SE  
NÃO CONSEGUIRMOS CUIDAR  
DO PRINCIPAL INSUMO,  
QUE SÃO OS CÉREBROS.  
E ESTE SE FORMA NA  
PRIMEIRA INFÂNCIA.



## CRESCER PARA AMPLIAR ACESSO



Promover maior eficiência na gestão pública, com foco no crescimento econômico, é fundamental para assegurar políticas públicas verdadeiramente voltadas para a redução das desigualdades sociais. **RICARDO PAES DE BARROS** e **LAURA MÜLLER MACHADO**, respectivamente, doutor e mestre em Economia — e ambos professores no Insper —, opinam que apenas trilhando esse caminho o Brasil poderá fomentar uma melhor forma de acesso ao trabalho para as populações mais vulneráveis, gerando uma inclusão realmente produtiva.

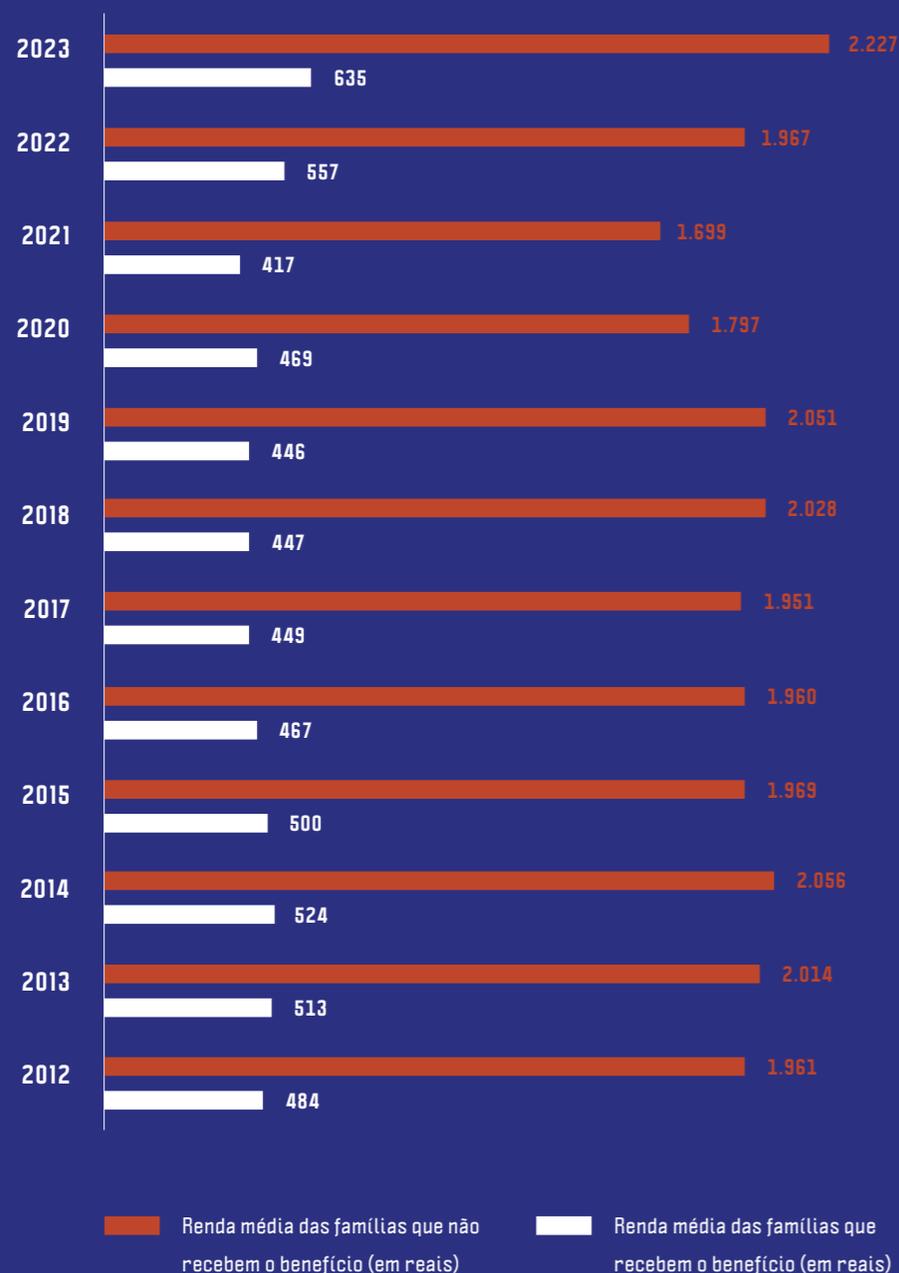
### TRABALHO DE MENOS

Modernizar o Estado é vital e não significa retirar direitos e deixar brasileiros à própria sorte. Segundo o diagnóstico de Barros, dos aproximadamente 3,8 milhões de cidadãos economicamente ativos considerados, cerca de 2,5 milhões estão subutilizados no mercado de trabalho. Em outras palavras, quem quer trabalhar está disponível, mas não consegue uma vaga. “O cerne é justamente como dar emprego para essas pessoas”, explica o doutor em Economia pela Universidade de Chicago, calculando que, se esse grupo fosse inserido no mercado, a insuficiência de renda seria reduzida em 47%. Isto é, um programa de transferência de renda precisaria de um orçamento de R\$ 13 bilhões, e não de R\$ 25 bilhões, aliviando as contas públicas. “Já se reduziria metade do problema”, afirma.

### AUXÍLIO PRODUTIVO

Cabe a um Estado moderno, portanto, ofertar práticas que auxiliem a população de baixa renda que empreende a encontrar caminhos, como a possibilidade de melhorar quesitos técnicos que a impeçam de gerar mais renda. “A ideia é que o Estado atue e apoie, ofertando insumos e serviços, dando suporte à comercialização. É muito comum a população ter condições de criar um produto específico, mas lidar com dificuldade de comercialização. As habilidades de produzir algo e a de comercializá-lo são completamente diferentes”, pontua Laura.

## Renda familiar e Bolsa Família



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012–2013.

### PRODUTIVIDADE

Para que as oportunidades de trabalho existam e os trabalhadores estejam preparados para aproveitá-las, é necessário incrementar a produtividade, com o objetivo de que seja possível competir no mercado internacional em meio a uma abertura comercial. “O problema do Brasil é, obviamente, aumentar a eficiência. Percebe-se uma estagnação no País, sem aumento de produtividade. Estamos sendo ultrapassados pela China, e, à medida que os trabalhadores chineses produzirem mais que os brasileiros, os pobres estarão conectados a uma locomotiva que enfrentará problemas para competir em nível mundial”, adverte Barros.

### INCLUSÃO INTEGRADA

A inclusão de pessoas no mercado passa, necessariamente, por uma política econômica que preze por juntar o melhor do Estado e do mercado. A lógica é que, se a economia estiver bem, naturalmente haverá mais empregos e, por consequência, também uma elevação produtiva. “Uma parte disso, a ‘mão invisível’ — ou seja, o mercado — consegue fazer sozinha: produzir, gerar empregos e desenvolver o Brasil. A outra depende de ajuda do Estado para criar arranjos produtivos e intermediar a demanda econômica por emprego para as pessoas que querem, de fato, trabalhar”, argumenta Laura.

### POLÍTICAS PÚBLICAS

Além disso, deveria haver um conjunto de políticas em torno do trabalho e da renda, que teria os papéis de realizar adaptação de competências dessas pessoas, conectá-las às oportunidades de mão de obra e, principalmente, garantir condições mínimas de vida em meio a esses processos — uma tarefa que hoje é cumprida pelo Bolsa Família. “As políticas estão interligadas, porque sem uma economia crescendo não há oportunidades. E sem uma política que as direcione de forma compartilhada, esse crescimento não vai atingir os mais pobres e, então, não afetará a desigualdade”, detalha Barros. “Em uma metáfora, precisamos de uma locomotiva andando, mas que conecte o vagão dos pobres a ela”, enfatiza.

### QUALIFICAÇÃO INTRAMUROS

Parte do empresariado aponta dificuldades para contratar até mesmo profissionais de baixa qualificação. Barros pontua que tal objeção pode ser amenizada pela capacitação desses trabalhadores depois da contratação, e não antes. “Se essa pessoa já tem um conjunto de competências socioemocionais, e quer trabalhar, então, essa seria uma etapa já superada para que a contratação aconteça”, sugere. “Até porque nosso modelo é baseado na confiança entre seres humanos. Isso significa que é preciso existir uma crença de base de que as pessoas envolvidas tenham competências compartilhadas”, finaliza.

### CRESCER E DISTRIBUIR

Para abrandar o abismo social que caracteriza o Brasil, uma das soluções seria focar na parcela da população que não está incluída no mercado de trabalho como gostaria — e deveria. Para isso, no entanto, é necessário crescimento do PIB, segundo Barros. “Há uma parte desse processo que é puramente econômica: o crescimento, que depende de uma política bem direcionada, mas também da ‘mão invisível’ do mercado. O papel do Estado é vital, elaborando políticas de trabalho e renda que façam a função de ligar as pessoas pobres que querem trabalhar às oportunidades geradas pela economia”, assegura.

### DESIGUALDADE

Na avaliação de Laura, apenas a busca pelo crescimento constante é insuficiente para que essa inclusão produtiva dê resultados na redução da desigualdade. Para isso, é necessário que o Estado promova políticas públicas que auxiliem essas pessoas a também serem incluídas na geração de riqueza. “O ponto principal é que o Brasil precisa gerar mais prosperidade, mas não é o suficiente. Uma vez que essa bonança aconteça, deve ser compartilhada”, ressalta.

Conteúdo produzido a partir de debate ocorrido no Fórum Empresarial de Modernização do Estado, realizado pelo Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP, em setembro de 2024.



# Ferramenta para formar cidadãos

Entrevista LUCAS MOTA  
realizada em dezembro de 2024

Se educar é uma das mais belas atividades, **DAVID JUSTINO**, professor catedrático na Universidade Nova de Lisboa, pode dizer que fez da sua vida uma bela peça. Justino, que foi ministro da Educação de Portugal e, mais tarde, presidente do Conselho Nacional de Educação do país europeu, vê o sistema de ensino como uma ferramenta para formar cidadãos e bons profissionais. Segundo ele, a tecnologia pode auxiliar nesse processo, sem precisar abrir mão do principal ator desse cenário: os professores.

**Como e por que a democracia em Portugal foi um motor de mudanças na Educação, que reduziu a evasão e aumentou o tempo de estudo?**

O regime do Estado Novo, autoritário, apostou na escolaridade primária, mas, depois, dificultava o acesso ao ensino superior. Isto é, o ensino superior era para uma elite muito restrita. A democracia favoreceu a própria democratização do acesso, e hoje temos uma taxa de frequência, por exemplo, no ensino superior, que é muito boa. Ao longo dos últimos 50 anos, conseguimos fazer do sistema de ensino algo que os portugueses não têm somente de se orgulhar, mas, acima de tudo, precisam reconhecer que evoluiu bem. Isso não quer dizer que não possamos ou não deveríamos estar melhor. Mas sei que a escola e a universidade, atualmente, estão abertas a um número imenso de pessoas e chegam a uma porcentagem elevadíssima da população portuguesa.

**A escolaridade melhorou, mas ainda há o desafio da qualidade do ensino e da aprendizagem. O Brasil também convive com esse problema. Como o senhor analisa essa questão?**

Os problemas atuais de aprendizagem decorrem, em grande parte, do fato de continuarmos a ser

um país de “pobres e remediados”, ou seja, uma classe média ainda frágil, que investe tudo o que pode na formação de seus filhos, mas depois não vê a economia crescer o suficiente para criar oportunidades e absorver essa população. Nos últimos 20 a 25 anos, o crescimento econômico foi muito modesto, e a educação continuou a produzir gente qualificada. Portanto, enquanto não voltarmos ao equilíbrio, dificilmente teremos oportunidade de reter alguns dos cérebros.

**Como a grade programática do ensino básico português está conectada às necessidades do mercado atual?**

É uma questão problemática, pois o sistema de ensino não tem de produzir apenas para o mercado. Esse sistema produz, em primeiro lugar, pessoas. Em outras palavras, há uma diferença entre ser pessoa e ser indivíduo. Isso tem a ver com o desenvolvimento de valores e com a formação que esses indivíduos têm para criar uma identidade, uma personalidade própria. Em segundo lugar, nós, o sistema de ensino, temos de formar cidadãos, ou seja, pessoas que vivam em sociedade, tenham conjuntos de valores e responsabilidades para com os outros. E em terceiro lugar, precisamos formar profissionais. Portanto, esses três elementos não são incompatíveis.

**A tecnologia tem um impacto sobre a formação das pessoas. Como o senhor vê esse quadro na Europa atualmente?**

Defendo que as novas tecnologias podem, e devem, estar na escola, mas é necessário desenvolver uma pedagogia do digital. Não podemos nos tornar meros utilizadores. A escola não pode ter uma formação orientada para o consumo das tecnologias, mas para a capacidade de refletir e utilizá-las para fins e objetivos claros. Se não for assim, seremos escravos das tecnologias, o que não queremos. Sempre sem prescindir do papel do professor, porque o processo de ensinar e aprender é humano. Há uma dimensão humana no aprender que não é respondida nem pela IA, nem pela ação tecnológica. Portanto, o professor é sempre indispensável.

# Educação deficiente limita liberdades



A educação é um dos temas que inquietam **EDUARDO GIANNETTI** — economista, filósofo, professor em instituições como a Universidade de Cambridge e autor de livros premiados —, um dos intelectuais mais relevantes do Brasil. Na sua avaliação, uma educação que falha restringe o horizonte de oportunidades dos cidadãos. “A liberdade genuína, profunda, é aquela em que a pessoa tem meios para exercer escolhas”, destaca. E afirma que “o escândalo da má qualidade do ensino no País, no século 21, é análogo à escravidão”.

Entrevista **RENATO GALENO**  
realizada em agosto de 2024

### Qual é a dimensão humana da falta de educação de qualidade?

As faltas de educação e de domínio do instrumento de comunicação e de pensamento, que é a linguagem, tolhem a capacidade de expressão e de articulação interna de raciocínio e de desejos. A pessoa não consegue formular exatamente o que se passa com ela. Ninguém consegue fazer isso plenamente, a linguagem é limitada. Mas um certo domínio do instrumento linguístico, e das possibilidades da linguagem nas relações interpessoais, é fundamental, porque a riqueza dessa relação vai passar, necessariamente, pelas trocas verbais — e também, de forma interna, para a pessoa quando pensar sobre o que está acontecendo com ela mesma e o que pode fazer a respeito disso.

### O senhor poderia dar um exemplo?

Vou dar um exemplo bem concreto de algo que aconteceu comigo. Eu não tenho carro, gosto muito de andar a pé. Estava passando em frente a uma obra de construção civil e vi que havia um sujeito andando de um lado para o outro sem saber o que fazer. De repente, ele criou coragem, percebeu que eu o observava e perguntou: “Posso fazer uma pergunta?”. Respondi que sim, claro. “Essa placa aqui é para contratar alguém?”, perguntou. O sujeito não conseguia ler a placa e não sabia se poderia ter um emprego naquela obra. Imagine o grau de tolhimento, de cerceamento da liberdade que representa a pessoa não ser capaz de ler uma placa para saber se há emprego.

### Se não sabe ler, a pessoa perde oportunidades...

Claro, imagine você pegar uma condução na rua sem conseguir ler direito o roteiro do ônibus. A vida fica muito limitada. A minha mais antiga lembrança é de uma placa de néon, com algumas coisas escritas, que eu não consegui ler, porque ainda não sabia como. A dor ficou. Até hoje é uma lembrança dolorosa. É o equivalente a uma grave deficiência sensorial. Muito grave. A pessoa fica muito tolhida. Por isso, essa ideia de liberdade como ausência de restrições é muito limitada. A liberdade não é apenas ausência de restrições — embora também seja —, mas a capacidade de fazer escolhas. Não adianta dizer para uma pessoa

analfabeta que ela é livre para ler Machado de Assis, ou Nelson Rodrigues, ou Guimarães Rosa. É uma liberdade completamente diferente, absolutamente vazia. Assim como dizer para um mendigo que está passando fome que ele é livre para ir ao melhor restaurante da cidade. Isso não diz absolutamente nada. Essa liberdade é muito rasa.

### O que seria a verdadeira liberdade?

A verdadeira liberdade é ter os meios para escolher, seja ler, seja gastar dinheiro da forma que bem entender; sem isso, torna-se quase uma piada de mau gosto. Como dizer que um analfabeto é livre para fazer o que ele quer. Ele não é, pois vive numa situação, eu diria — exagerando um pouco na tintura —, análoga à escravidão. A escravidão da ignorância. O escândalo da má qualidade do ensino no Brasil no século 21 é de analogia à escravidão.

### Qual é a importância do capital humano para a prosperidade?

A primeira geração de economistas clássicos abordava o crescimento econômico como resultado da acumulação de capital físico. É o mundo de Adam Smith, John Stuart Mill, [Karl] Marx e [David] Ricardo. Quando eles pensam em crescimento, a acumulação de capital físico é o nome do jogo. O que aumenta a produtividade é o trabalhador acordar de manhã e acionar uma máquina poderosa com o seu trabalho. Com a Segunda Revolução Industrial, que ocorreu no último quarto do século 19, começa a ficar claro que há um outro componente na formação de capital tão importante quanto o físico, material, tangível (ou até mais): o capital humano. O grande pioneiro na abertura dessa dimensão da formação de capital foi o economista inglês Alfred Marshall, que se deu conta, durante a Segunda Revolução Industrial, de que a inovação tecnológica, dentre outras coisas, passava a depender — diferentemente da Primeira Revolução Industrial — de insumos de conhecimento científico. Se, na primeira revolução, a ciência veio depois da tecnologia, na segunda, a ciência veio antes da tecnologia. Dessa forma, o capital humano ganha muito mais força como agente de crescimento e de prosperidade das nações.



**O capital humano é central no processo dos desenvolvimentos econômico e social de qualquer país. E a educação é um dos pilares da formação de um capital humano qualificado.**

### É possível avaliar o valor econômico do conhecimento?

Não é possível tirar o conhecimento que está no nosso cérebro e vendê-lo, como fazemos com uma máquina, uma casa, um pedaço de terra. É muito difícil de avaliar. Mas é possível, por meio de uma metodologia bastante sofisticada, chegar a uma ordem de grandeza sobre a presença do capital humano no estoque total de capital norte-americano. O número é muito surpreendente. Segundo a estimativa de Becker e Fogel [*Robert Fogel e Gary Becker, economistas estadunienses*], do estoque total de capital dos Estados Unidos — máquinas, prédios, infraestrutura, terra —, cerca de dois terços são formados por capital humano.

### E o Brasil está muito distante da realidade norte-americana...

A economia dos Estados Unidos, que é muito intensa em capital humano, com universidades, centros de pesquisa, design, inovação, realmente me surpreendeu. É mais do que eu imaginava. Mas não há a menor dúvida quanto à presença e à centralidade do capital humano no processo de crescimento. É curioso que Celso Furtado, um dos grandes economistas desenvolvimentistas do pensamento econômico brasileiro, conseguiu um feito extraordinário: escrever sobre a formação econômica nacional sem falar de capital humano. Não há educação na formação econômica do País. É como escrever [*A tragédia de Hamlet* sem o príncipe dinamarquês.

### A inovação tecnológica pode resolver a maior parte de nossos problemas?

Por mais otimista que eu seja em relação à inovação

tecnológica, acredito que vamos ter de repensar profundamente a questão do que dá sentido e realização existencial para o ser humano. Esta lógica muito calcada no modelo iluminista, mas que se exacerbou muito nos Estados Unidos — de que o sucesso na vida é ser rico e próspero —, terá de ser reavaliada, até porque não entrega essa felicidade. Mais um dado impactante: para um jovem de 18 anos norte-americano, o risco de morrer antes dos 50 é maior do que em Bangladesh, um sinal claro da crise da ecologia psíquica. São mortes por desespero. No país mais rico, com a melhor tecnologia de medicina, mais pujante, com altíssima renda per capita, as pessoas estão completamente sem perspectiva, sem sentido, recorrendo a métodos completamente prejudiciais à própria saúde para se manterem minimamente à tona na vida — e se autodestruindo no processo. Então, esse modelo realmente se esgotou.

### Por fim, gostaríamos de saber se, na sua opinião, o processo de hiperglobalização vai prevalecer?

Esse período de furiosa globalização encerrou-se. Começou a sofrer um resfriamento na crise financeira entre 2008 e 2009. Todos os indicadores mostram que, a partir de então, o crescimento das trocas internacionais e dos fluxos transnacionais de capital está menor. Com a pandemia, esse processo sofreu uma breca bem mais contundente, bem mais profunda. E eu acredito que, agora, nós estejamos testemunhando o fim daquela vertiginosa hiperglobalização.





# IA deve limitar riscos, e não oportunidades

Entrevista **LUCAS MOTA**  
realizada em fevereiro de 2024

Advogado especialista em proteção de dados e consultor de cibersegurança da FecomercioSP, **RONY VAINZOF** observa que a Inteligência Artificial (IA) será fundamental no enfrentamento dos grandes desafios da humanidade. Vainzof alerta que é preciso reduzir os riscos que a tecnologia traz consigo, ressaltando que os controles não podem restringir as extraordinárias oportunidades que a ferramenta pode proporcionar para pessoas e empresas.

**Você defende um plano nacional de IA e gestão de dados com foco na competitividade. Em que estágio estamos de entendimento dos setores público e privado sobre os impactos, riscos e benefícios da tecnologia?**

A IA é efetivamente condicionante quanto à competitividade de qualquer empresa e de qualquer nação. E existem vários índices que medem globalmente qual é a posição de determinado tipo de tecnologia em alguns países em relação aos investimentos. Esses índices medem, por exemplo, o quanto um país está investindo em IA, em infraestrutura, em educação, em capacitação e em requalificação e qualificação dos profissionais, além dos números de patentes e como está a questão regulatória para o acesso de dados que servem para o treinar e potencializar a ferramenta.

**E qual é a posição do Brasil nesse cenário?**

Infelizmente, em todos esses quesitos, o Brasil ainda está muito atrás de várias outras nações. Em um desses renomados índices, o País está na 35ª

posição; em outro, na 13ª. Isso significa que estamos atrasados se quisermos, de alguma forma, ser uma potência em IA.

**Como é possível reduzir os riscos que envolvem a IA?**

Regular, mas sem impedir a evolução da tecnologia, tem sido o mote principal das discussões sobre o tema. Porque, se há riscos, deve ser regulada, avaliando se as normas já existentes não cobrem essas ameaças. Não se pode generalizar e criar uma regra muito rígida que acabe impedindo a inovação. A abordagem regulatória do Marco Civil da Internet é uma ótima referência para a discussão sobre IA.

**Como a FecomercioSP tem encarado a questão dessa tecnologia no ambiente das pequenas empresas?**

A IA para pequenas empresas é uma grande chance de elevar a competitividade. Muitas vezes, com um preço mais acessível, é possível conseguir mais eficiência. Marketing, vendas, relacionamento com clientes, ideias de novos produtos e serviços, enfim, absolutamente tudo. Quando se observam o índice de competitividade e os níveis de investimento e políticas públicas, constata-se que o Brasil está muito atrás. São necessários mais investimento, mais infraestrutura, mais acesso a dados em português e qualificação dos talentos brasileiros.



**A Inteligência Artificial é uma grande chance de elevar a competitividade. Muitas vezes, com um custo acessível, é possível ter eficiência nas mais variadas finalidades.**



# SERVIÇO PÚBLICO NA PALMA DA MÃO

Os brasileiros acostumaram-se com serviços públicos de qualidade questionável, consequência de uma máquina burocrática cara, que dificulta a vida de quem emprega, trabalha e gera renda. Até um passado recente, o Brasil era um dos países mais atrasados quanto à transformação digital. Felizmente, uma série de iniciativas, como a plataforma Gov.br, vem revertendo esse cenário. Na última edição do E-Government Survey, levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para mensurar a digitalização governamental dos países, o País ocupava a 49ª posição. Em 2016, estava na 51ª colocação. Apesar dessa tímida melhora, ainda está atrás de vizinhos como o Uruguai (35º) e o Chile (36º). Na prática, há um longo caminho a ser percorrido para a gestão digital alcançar municípios e Estados.

## TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A plataforma digital do governo federal, que já conta com mais de 160 milhões de usuários, oferta 4,2 mil serviços. E os programas de digitalização de serviços públicos crescem em todos os poderes e níveis governamentais. O Mapa Govtech Brasil 2024, estudo do BrazilLAB — *hub* que conecta empreendedores com o Poder Público —, identificou 338 programas de inovação. Em 2019, não passavam de 20.

## LONGE DA PONTA

O Brasil é, atualmente, referência em maturidade de governo digital, segundo o Banco Mundial. Os serviços públicos digitais avançam na esfera federal, mas dependem de maturidade institucional para chegar a Estados e municípios, justamente onde os cidadãos estão localizados e demandam por mais agilidade. É necessário acelerar o processo. De acordo com o Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGISP), 4 em cada 10 unidades federativas (44%) dispõem de estratégias digitais definidas, número que cai para 28% quando se observa o universo das cidades. Por isso, um dos pilares da transformação digital brasileira passa por uma integração de plataformas entre as três esferas de governo — federal, estadual e municipal.

**POR MAIS QUALIFICAÇÃO**

Para o desenvolvimento do processo de transformação digital e inovação no setor público, o principal desafio apontado pelo BrazilLab é cultural e adaptativo, o que inclui a necessidade de qualificação dos gestores e o estímulo à cultura de inovação na administração.

**ECONOMIA PARA OS COFRES PÚBLICOS**

A aceleração na transformação digital representa dinheiro nos cofres públicos. Estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2022, com base em dados da Prefeitura de São Paulo, indica que cada R\$ 1 investido na digitalização gera uma economia anual de R\$ 27. Em termos percentuais, a pesquisa aponta que a transformação digital gera, para a sociedade, uma redução média de 74% no custo unitário de uma solicitação de serviço público.

**PARA MODERNIZAR O ESTADO**

O processo de transformação digital é uma das bandeiras inseridas na agenda institucional da FecomercioSP em torno da modernização do Estado brasileiro. Apresentadas às autoridades em Brasília, essas propostas foram elaboradas a partir de encontros com os setores produtivos do ambiente digital e estudos técnicos elaborados, principalmente, pelos integrantes do Conselho de Economia Digital e Inovação da Entidade, composto por especialistas em tecnologia, inovação e economia digital e representantes de empresas do Comércio e dos Serviços. A Federação entende que, se esse caminho for seguido desde já, haverá uma possibilidade real de o Brasil avançar na agenda de eficiência estatal e de melhoria dos serviços para os cidadãos — o que, no longo prazo, significa um Poder Público menos burocrático e mais acessível para a população.

**BASE COMUM DE DADOS**

Uma das principais propostas da FecomercioSP é a de avançar na interoperabilidade de dados entre bases públicas e setor privado, o que depende, em primeiro lugar, da abertura dessas informações por parte do governo — com base no consenso dos usuários, seguindo as regras da Lei Geral de Pro-

teção de Dados (LGPD). A partir daí, poderia haver integração e padronização entre esses dados e os serviços oferecidos pelo ambiente empresarial, que, assim, teria condições de criar e oferecer produtos e serviços mais personalizados e eficientes. A autenticação das informações pode ser realizada por meio da plataforma Gov.br.

**CNPJ ÚNICO**

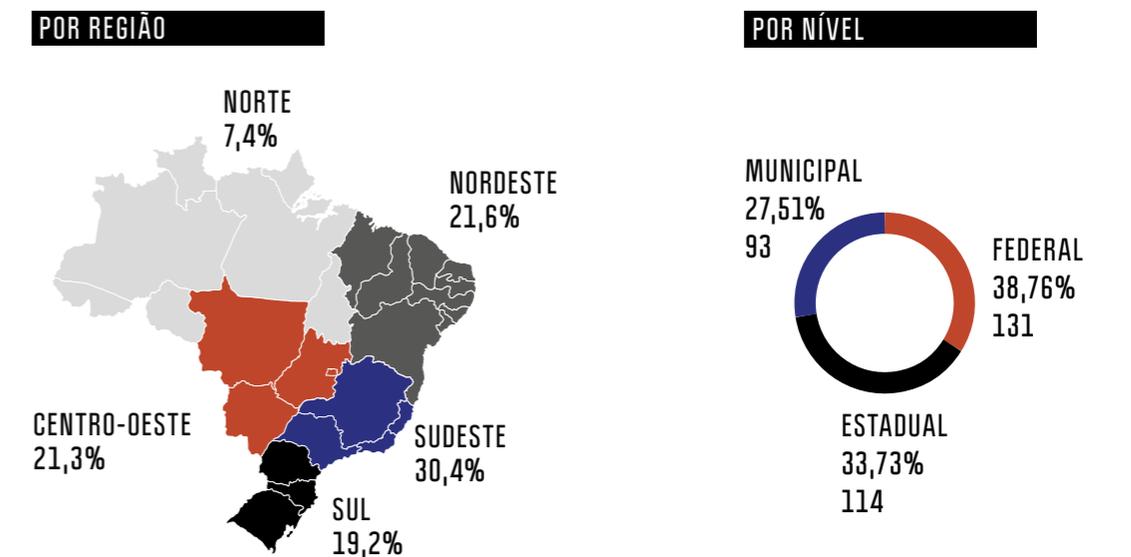
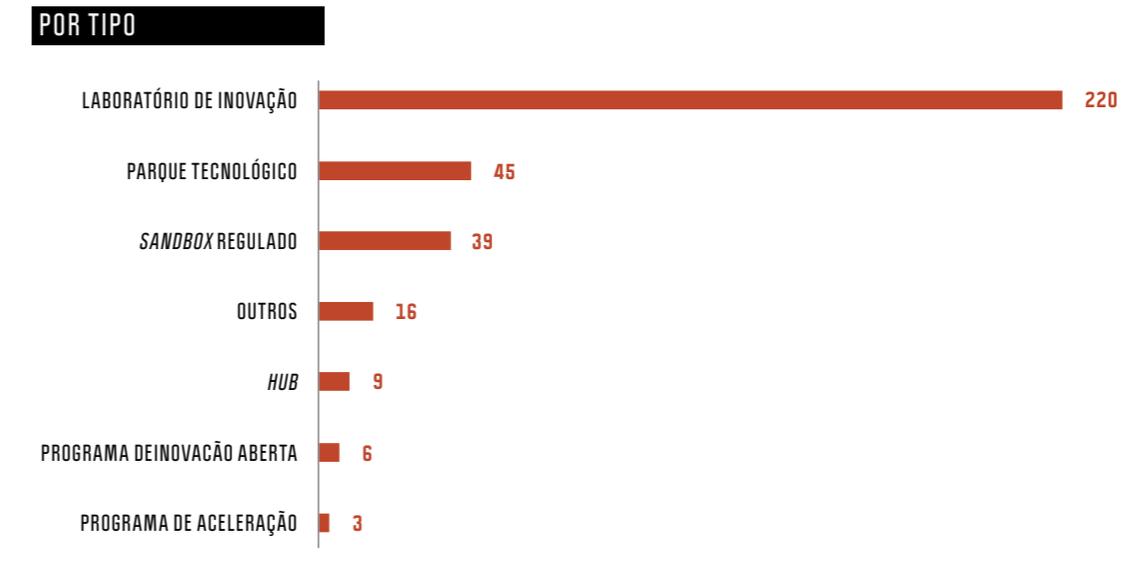
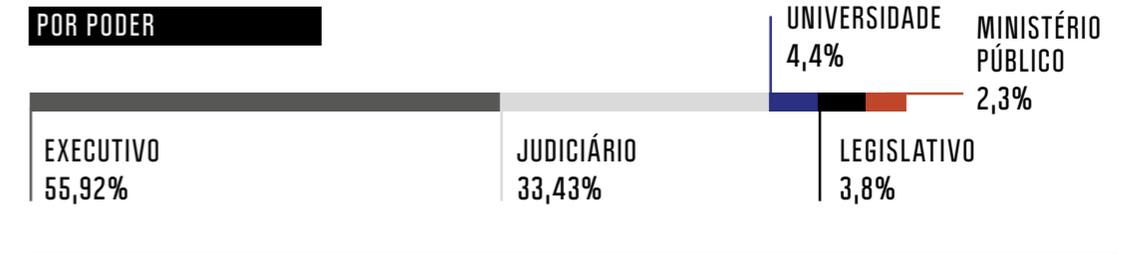
Outra medida fundamental é transformar o CNPJ em um identificador único da inscrição cadastral de negócios. Hoje, cada empreendimento depende de uma série de certidões e documentos oficiais que dizem respeito a diferentes padrões de interação com o Estado. Ao unificar o cadastro, seria mais fácil pagar tributos, entregar obrigações acessórias e solicitar serviços.

**CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NO GOV.BR**

O aplicativo Gov.br, na visão da Entidade, poderia concentrar todos as atividades de classificação de risco das atividades econômicas que, hoje, estão dispersos em legislações municipais. A digitalização desse processo, da qual depende a liberação de alvarás de funcionamento, não apenas traria celeridade à abertura de empresas como também tornaria o ambiente de negócios mais transparente.

Essas são algumas das medidas que poderiam fazer o Brasil avançar na digitalização do Estado, gerando melhoria dos serviços oferecidos para os cidadãos e para o ambiente de negócios. São sugestões que, se postas em prática, podem acelerar a digitalização, democratizando o acesso a serviços digitais e aprimorando as ferramentas existentes.

**INOVAÇÃO DO PODER PÚBLICO**



Fonte: Mapa GovTech 2024/BrazilLab.



# Estado em transformação

Entrevista **MÔNICA SODRÉ**  
realizada em setembro de 2024

O Executivo vem perdendo um poder que, aos poucos, está sendo capturado por outros segmentos do próprio Estado e da sociedade, o que dificulta a sua reestruturação. A constatação é do secretário extraordinário para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços (MGISP), **FRANCISCO GAETANI**. Administrador público de carreira e doutor em Administração pela London School of Economics, trabalhou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

## Quais são os desafios para transformar o Estado brasileiro?

No mundo inteiro, as pessoas tentam fazer com que o Estado não seja um ônus, mas um facilitador de soluções da vida social que assegure um bom ambiente de negócios, acesso aos benefícios sociais, qualidade e produtividade dos serviços públicos e uma certa coesão social. Temos fracassado em construir um país mais justo, mais democrático, com um Estado mais profissionalizado, que atenda às necessidades da população. O nosso Estado é o espelho da sociedade brasileira, com uma série de desigualdades e de injustiças inaceitáveis. Somos muito desinformados a respeito desse Estado — e essa desinformação é funcional para a reprodução das estruturas de desigualdade.

## Houve mudanças recentes na estrutura do Estado? Quais?

Sim. O Executivo foi perdendo poder, o qual está sendo capturado por outros segmentos do próprio Estado e da sociedade. O peso do Congresso é absolutamente maior do que há 10 ou 15 anos; o Tribunal de Contas tornou-se um protagonista da vida pública; por bem e por mal, o Ministério Público passou por um momento difícil de descrever; e o

Supremo é um protagonista da vida política nacional como jamais se pensou que pudesse acontecer. Isso tudo deu margem a uma série de questões sobre a vida pública no Brasil. A entrega dos serviços e a qualidade do governo, tudo está em xeque. O governo, atualmente, está muito mais impotente para lidar com entraves, além dos processos de desmonte institucional e de desabilitação de capacidades. A administração pública é muito mais frágil.

## Houve aspectos positivos nessa mudança?

A tecnologia tem ajudado o governo, aos trancos e barrancos, a melhorar as entregas. Apesar da desinformação, da confusão e da desorientação, as pessoas estão mais atentas, mais conscientes de seus direitos. O Agronegócio, o setor financeiro, os movimentos sociais, as ONGs, os *think tanks* e a sociedade como um todo têm um peso na vida pública muito maior do que no passado. E isso é positivo. As transformações profundas do Estado envolvem as pessoas, as instituições, os sistemas, as legislações. Quando falamos do Estado, estamos falando de pessoas, organizações, tecnologia, políticas, programas e do nosso direito. Então, esse complexo de problemas tem muitos entrelaçamentos que são pouco conhecidos.

## Quais são os obstáculos às mudanças que o Brasil enfrenta?

A Constituição de 1988 embaralhou o jogo, porque praticamente colocou a administração direta e quase toda a indireta subordinadas às mesmas regras de pessoal, de financiamento, de execuções orçamentária e financeira, bem como às mesmas regras de compras públicas. Isso enrijeceu muito a administração, e a propensão é achar que as leis vão resolver isso. As leis não produzem realidade, mas disciplinam o organismo. A tendência, para qualquer problema, é propor a criação de um órgão e fazer uma lei.



É ALTÍSSIMA A DEMANDA ELÉTRICA PARA FAZER UM PROVEDOR DE PROCESSAMENTO DE DADOS FUNCIONAR. UMA COISA QUE SERÁ MUITO DO NOSSO MODELO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL É QUE ESTE, PROVAVELMENTE, SERÁ O MAIS SUSTENTÁVEL DO MUNDO.

---

LÍLIAN CINTRA DE MELO, secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)



---

ADÃO ITURRUSGARAI



# A Inteligência Artificial e o futuro do trabalho

Entrevista **JULIANA RANGEL**  
realizada em junho de 2024

A IA, considerada a tecnologia do século 21, deverá alterar a lógica de funcionamento da sociedade — tal como ocorreu com o carvão, a eletricidade e a computação. A ferramenta, porém, avança com potenciais danos e questões éticas — e, por isso, cabe ao Poder Público regulamentá-la, segundo **DORA KAUFMAN**, professora do Programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Ouvimos muito falar das grandes empresas que já estão utilizando essas tecnologias, mas quando estas devem se popularizar um pouco também para os pequenos varejistas, para os lojistas e para o setor de Serviços, por exemplo?

As Big Techs têm recursos para realizar investimentos enormes, com muitos cientistas trabalhando internamente, e, por isso, é muito difícil competir com essas companhias. Hoje, a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), além da implementação de IA, estão nas mãos das Big Techs norte-americanas. Proporcionalmente, a IA está ajudando muito mais as pequenas empresas, as microempresas e as pessoas do que as grandes. Por quê? Porque é a mesma situação das pessoas: a IA generativa ajuda a escrever, ajuda a criar uma imagem, por exemplo. Uma microempresa não conta com um aparato, não tem equipe, não se relaciona com uma agência para produzir uma campanha, uma imagem para divulgar o seu produto ou seu serviço, ou até mesmo para fazer um texto pequeno. Então, a IA generativa está oferecendo todas essas funções, essas situações importantes na divulgação da microempresa. É uma ajuda enorme, porque, de repente, de graça, existe o acesso a uma tecnologia que ajuda a melhorar o que tem que ser feito.

Há um medo em relação à IA, principalmente acerca do mercado de trabalho, já que existe uma discussão sobre o quanto a automação e as novas tecnologias podem suprimir algumas posições, inclusive as que exigem um tempo de estudo maior. Como vê isso?

Não há evidência alguma de que uma profissão vai ser substituída [pela IA]. O que está acontecendo são substituições de tarefas ou funções dentro das profissões.

É preciso lembrar que já acontece, desde meados do século passado, um processo de automação programada cada vez mais intenso. Basta observar a indústria automobilística, na qual, basicamente, é uma máquina fazendo outra máquina. Então, esse processo de automação programada, sem usar IA, já está em curso. A novidade é a automação inteligente, que está se expandindo e entrando em tarefas cognitivas, atingindo um outro segmento de profissionais, qualquer que seja a área.

Avalio que as pessoas, em geral, têm de estar atentas ao fato de que o básico está dominado, não adianta competir com isso. O que é necessário é se preparar para fazer o melhor possível, e que não seja o básico.

Há riscos de o parâmetro de criação da IA reproduzir preconceitos, racismo, misoginia, entre outros fatores. Diante disso, pensa que é preciso regulá-la?

Eu não tenho a menor dúvida de que é preciso regular. A IA é considerada uma tecnologia de propósito geral, que muda o modo de funcionamento da sociedade. Quando a ferramenta muda a lógica, afeta todos nós. Então, a IA tem benefícios extraordinários, mas também potenciais danos quanto a questões éticas e do próprio funcionamento, cabendo ao Poder Público regulamentar. Regimentar a IA não traz nada novo ao funcionamento da sociedade, pois já vivemos em um ambiente completamente regulado. Não se lança um remédio, um carro, um brinquedo ou um equipamento hospitalar que não passe por esse processo. Aliás, o novo seria ter uma tecnologia com essa importância sem isso.



A INICIATIVA PRIVADA ESTÁ SEMPRE PENSANDO NO FUTURO. A GESTÃO PÚBLICA OLHA PELO RETROVISOR E REAGE AO PRESENTE. E QUANDO PENSA NO FUTURO, É NO PERÍODO DE GESTÃO DAQUELE GOVERNO. TRATA-SE DE UM PLANEJAMENTO DE GOVERNO, E NÃO DE ESTADO.

---

REGINA ESTEVES, diretora-presidente da Comunitas



---

ADÃO ITURRUSGARAI



# EFEITO CASCATA

A insegurança jurídica na área Trabalhista gera prejuízos não apenas para as empresas, como também para o Estado. Leis ambíguas, mal interpretadas e decisões voluntaristas figuram entre os obstáculos aos investimentos e à geração de empregos qualificados no Brasil. Um estudo da **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMERCIO-SP)** calculou os custos diretos de decisões que divergem da legislação — e até a contradizem —, além dos efeitos nocivos sobre o ambiente de negócios.

A imprevisibilidade das decisões judiciais no campo trabalhista é um obstáculo relevante para o ambiente de negócios. Investidores tendem a evitar mercados nos quais acordos legais sejam anulados ou ocorram penalidades sem base legal. O capital migra à procura de ambientes seguros. Por outro lado, consumidores e trabalhadores não têm essa opção e acabam arcando com as consequências da insegurança e do baixo crescimento econômico.

Um dos principais motivos dessa insegurança é o ativismo judicial, cujo efeito sobre as despesas corporativas supera R\$ 9 bilhões, de acordo com a estimativa da FecomercioSP. A primeira consequência desse ativismo ocorre na empresa que recebe condenações onerosas, mas se desdobra em efeito cascata ao longo de uma cadeia produtiva.

Na prática, os investimentos são sensíveis aos sinais do Poder Judiciário, com reflexos imediatos no crescimento do PIB. Essa foi a conclusão do estudo multidisciplinar da Entidade, realizado com apoio de ferramentas de jurimetria da consultoria Data Lawyer. O trabalho teve como base dez casos reais e projetou o impacto financeiro da tendência paternalista apresentada pela maioria dos tribunais trabalhistas brasileiros.

### GRATUITA PARA QUEM?

A distorção começa na gratuidade da Justiça do Trabalho, que concede isenção de custas processuais com base na mera declaração de ausência de recursos, sem necessidade de comprovação, a despeito da Reforma Trabalhista. Hoje, 79,8% dos reclamantes que apresentam essa declaração têm o direito à gratuidade reconhecido, mesmo sem comprovação de carência de recursos e, por vezes, contando com boa condição financeira.

O estudo apresenta casos reais de requerentes a quem foi concedido o benefício, dentre os quais um com salário de R\$ 43 mil e outro que é proprietário de veículos de luxo cujos valores somam quase R\$ 2 milhões. Nesse contexto de gratuidade, a despesa referente às custas processuais é transferida para o Estado, totalizando mais de R\$ 5,59 bilhões nos últimos cinco anos. A esse valor total de gratuidade concedida soma-se, ainda, o pagamento de peritos, que absorveram anualmente cerca de R\$ 100 milhões em verbas públicas no mesmo período.

Quando aprovadas, a Lei da Terceirização e a própria Reforma Trabalhista passaram a regulamentar as relações de emprego com efeitos imediatos. Ao contrário da Constituição de 1988, que contém conceitos indeterminados e direitos de compreensão subjetiva, as leis 13.429 e 13.467, ambas de 2017, são claras e elucidam regras ainda passíveis de interpretação nas relações entre empregados e empregadores. Apesar disso, as concepções humanitárias, paternalistas e até ideológicas dos juízes ultrapassam as construções institucionais presentes no texto legal. O ativismo judicial, muito presente na Justiça do Trabalho, não se restringe às sentenças, mas

## O CUSTO DA INSEGURANÇA JURÍDICA

# R\$ 1,4 BILHÃO

é o passivo trabalhista de empresas envolvidas em 40 mil ações de terceirização nos últimos cinco anos

# 14 MIL

ações pedem indenização e reintegração em dispensas sem justa causa

# R\$ 900 MILHÕES

é a soma da dívida dessas empresas

# R\$ 1,2 BILHÃO

é o custo estimado para negócios envolvidos em 25 mil ações em que o negociado não prevaleceu sobre o legislado

frutifica por meio da jurisprudência, que ganha força de lei. A excessiva judicialização dos conflitos laborais no Brasil resulta em elevada insegurança jurídica para os empreendedores, que ficam apreensivos com as decisões que se afastam do fundamento legal, ainda que sob o argumento de defender trabalhadores.

### O COMBINADO NÃO SAI CARO

Diversas decisões judiciais apresentam resistência ao reconhecimento da prevalência do negociado sobre o legislado, o que tem levado à anulação de acordos e convenções coletivas, contrariando a espinha dorsal da Reforma Trabalhista. Algumas decisões são proferidas num esforço de fundamento muito elástico, com o objetivo de tentar igualar pessoas com condições e situações de trabalho diferentes. Sob esse enfoque, por exemplo, o empregado que trabalha para uma empresa prestadora de serviços deve ter salário e benefícios iguais aos de um funcionário com a mesma profissão, mas que atua na empresa tomadora dos respectivos serviços, sem considerar que são empreendimentos de portes e características diferentes. Trata-se de uma visão impulsiva, que busca nivelar os desiguais no processo de subcontratação ou terceirização.

A busca por um ideal de justiça social norteia muitas decisões judiciais que se afastam das leis em que deveriam se basear — ou até mesmo as negam. Especialistas apontam que a lógica por trás do fenômeno é a de que o empregado seria o elo fraco em uma relação de trabalho, incapaz de se defender do empregador. Por isso, o papel do juiz seria reparar essa injustiça. Ocorre que, no afã de corrigi-la, o julgador, por vezes, afasta-se da lei, causando um desequilíbrio sistêmico ainda maior. O estudo ressalta que essas decisões desconsideram a realidade complexa e tridimensional do mundo contemporâneo. Na prática, essa abordagem acaba por inibir a geração de novos postos de trabalho, na medida em que desnorteia os empreendedores e inibe os investimentos.

### LIMBO PREVIDENCIÁRIO

Usada para se referir à divergência de conclusão entre peritos médicos do INSS e médicos das empre-

sas, a respeito do estado de saúde do trabalhador que é atendido por auxílio em razão de incapacidade temporária, a expressão “limbo previdenciário” tem se tornado rotineira no mundo do trabalho. Nesses casos, um perito do INSS dá alta ao funcionário por considerá-lo apto para o trabalho, e o médico contratado pelo empregador discorda e nega o retorno à função. Diante do impasse, o empregado fica sem o benefício do INSS e sem o salário da empresa. Nessa situação, pede ao órgão uma revisão e recorre ao Poder Judiciário para solicitar o amparo.

Os tribunais trabalhistas, em sua maioria, entendem que o período em que o empregado aguarda a revisão é de responsabilidade da empresa, pois ele “fica à disposição do empregador”. Por essa razão, empresas têm sido obrigadas a pagar salários com encargos sociais para empregados que não podem trabalhar durante um longo período. Dados da Data Lawyer indicam a existência de 19.117 ações desse tipo entre janeiro de 2019 e julho de 2024, cujo valor chega a R\$ 2,62 bilhões. Apesar de envolver vários tipos de pedidos, o principal é a demanda para o pagamento dos dias não trabalhados por inaptidão confirmada por médicos das empresas. Isto é, o gatilho é a questão do limbo previdenciário. Considerando-se que 20% dos recursos sejam para cobrir as condenações nesse campo específico, chega-se a um valor de mais de R\$ 524 milhões.

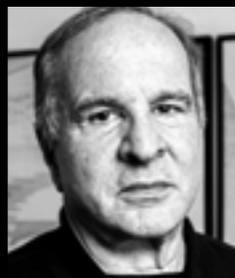
Segurança jurídica é um pilar essencial para a estabilidade e o desenvolvimento do País. Quando o Judiciário assume posições interpretativas, avançando no campo legislativo, surgem incertezas que afetam negativamente a confiança de investidores e cidadãos. Em compensação, quando os poderes trabalham em harmonia e respeitam as próprias competências, cidadãos e instituições beneficiam-se. Para constituir uma sociedade democrática e livre, os cidadãos precisam de expectativas normativas estáveis sobre os seus direitos e obrigações.



NO BRASIL TEMOS O  
COSTUME DE ACHAR QUE  
VAMOS RESOLVER OS  
PROBLEMAS CRIANDO  
MAIS REGRAS, MAIS LEIS,  
MAIS NORMAS. MAS NÃO,  
ISSO ACABA PIORANDO A  
INSEGURANÇA JURÍDICA.

---

LUCIANA VEUNG, economista e professora associada do Insper,  
especialista nas relações entre Direito e Economia



O BRASIL  
TEM INSTITUIÇÕES  
PÚBLICAS E PRIVADAS.  
A QUALIDADE DESSAS  
INSTITUIÇÕES EVITOU  
QUE O PAÍS VIRASSE  
UMA ARGENTINA OU  
UMA VENEZUELA.

---

MURILLO DE ARAGÃO, cientista político,  
advogado e CEO da Arko Advice



---

ADÃO ITURRUSGARAI



# Reforma Tributária no país dos penduricalhos

Entrevista THAIS HERÉDIA  
realizada em novembro de 2024

Há um certo otimismo quanto à Reforma Tributária. No entanto, gera preocupação uma quantidade enorme de detalhes deixados para depois, que terão de ser encarados. A advertência é do advogado tributarista **LUIZ GUSTAVO BICHARA**. Há ainda um outro sinal de alerta: o projeto inclui mudanças que podem afetar negativamente as micro e pequenas empresas, em especial as optantes pelo Simples Nacional. Esses pormenores podem, inclusive, empurrar essas empresas para a informalidade. Bichara ressalta que o projeto atual não caminha para ajustar desníveis na distribuição de renda. A solução, defende, seria atacar o Imposto de Renda (IR), e não a tributação sobre o consumo.

## Qual é a sua avaliação da Reforma Tributária que foi aprovada?

Diria que o caminho deveria ter sido o de discutir, antes, sobre o tamanho do Estado, e talvez o Brasil devesse ter priorizado a Reforma Administrativa em vez da Tributária. Uma vez priorizada a Tributária, deveria ter sido encaminhada a reforma da renda. Essa é uma reforma do consumo, não trata de tributação de renda, patrimônio ou folha de pagamento — altera somente o modelo de taxaço do consumo, o que não é o mais adequado, porque os verdadeiros *gaps* de tributação no Brasil estão no IR. Para corrigir a chaga da péssima distribuição de renda, é imprescindível atacar esse imposto. Foram extintos PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI para se criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que é dual — há uma perna federal, que é a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e uma estadual e municipal, que é o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Não é o ideal que esse IVA seja dual, poderia ser apenas um, como funciona quase no mundo inteiro. O IVA repartido tem potencial para gerar confusão, mas isso aconteceu por uma razão de desconfiança federativa, uma vez que Estados e municípios não confiam no governo central para administrar esses recursos. Então, haverá uma arrecadação unificada posteriormente dividida pelo Comitê Gestor, que também é um tanto novo. É necessário esperar e ver como vai funcionar. De maneira geral, a Reforma Tributária era benéfica, com pontos positivos. Os negativos vieram depois, no trâmite legislativo.



**O quanto as exceções distorcem o objetivo de uma reforma da tributação sobre o consumo?**

Lá atrás, o desenho da Reforma Tributária era lindo, mas foi ficando um pouco menos bonito por várias razões, não só pelas exceções. Houve um custo político para a aprovação, que embutiu tributos que ninguém imaginava que existiriam, como uma contribuição incidente sobre produtos primários ou semielaborados votada aos 49 minutos do segundo tempo. Portanto, foram incluídos muitos penduricalhos ruins, como um tributo que incide sobre mineração e petróleo. No mundo inteiro, há um tratamento diferenciado para alguns setores, como Educação, Saúde e Transporte. Há pouco mais de dez anos, a tarifa de ônibus subiu R\$ 0,20, e todo mundo lembra o que aconteceu. Então, pode-se achar que dá para jogar 27,28% de IVA em cima de alguns serviços e vai ficar tudo bem. É por isso que no mundo inteiro existe alíquota diferenciada. Alguns economistas dizem que o ideal seria como na Nova Zelândia, com uma alíquota única, mas o país tem o tamanho do Piauí. Não dá para imaginar ser possível fazer a Reforma Tributária no Brasil com essa simplicidade toda.

**O que você está dizendo é que não precisaríamos discutir tanto esse aspecto?**

O debate da alíquota sequestrou o assunto da Reforma Tributária — e, sinceramente, não acredito que foi por acaso, mas uma estratégia bem desenhada pelo governo, em termos de marketing político, que sequestrou as redações e os jornalistas ficaram no debate raso do *press release* enviado. O debate da alíquota ganhou as ruas em uma discussão cercada de desinformação. Será a alíquota necessária, a que a União, os Estados e os municípios quiserem, porque a transição é longa. Vai começar em 2026, com a mudança para o IVA federal, com a União operando no tradicional módulo “farinha pouca, meu pirão primeiro”. Essa transição vai ser complicada. E há um aspecto que pouca gente percebeu, uma alteração de última hora, autorizando que os novos tributos fiquem na base dos antigos enquanto estes são extintos. Então, serão pagos ICMS e ISS com o IVA na base até que acabem, em uma trajetória nebulosa. Vai cair 20% de um tributo; começar a vir 20% do outro; e no outro ano, 40%.

Portanto, será inevitável fazer a conta da alíquota do tributo velho, calculada na proporção, somada ao tributo novo na sua respectiva proporção, para conseguir entender qual é a carga.

**Do ponto de vista do contribuinte, a vida vai ficar mais simples?**

Acredito que a simplificação virá daqui a dez anos. Porque, nesse momento, em tese, haverá um IVA funcionando de forma plena, totalmente não cumulativo. Até lá, será necessário calcular os tributos que conhecemos hoje mais os tributos novos. E com um detalhe: a apuração dos tributos novos é complicada. Como exemplo, haveria a situação de um comerciante médio hoje, que paga físico ou físico calculado sobre o faturamento. Então, ele soma nota fiscal, calcula 3,65% e paga, é simples. A partir da reforma, ele terá de administrar a contabilidade como uma grande empresa que lida somente com o lucro real, além de apurar cada despesa e receita, bem como o crédito alusivo a cada entrada. Complica um pouco a vida dele. Lá na frente, será bom, vai simplificar, mas, até lá, será complexo, quer na apuração, quer na compreensão da regra tributária. A transição é confusa em termos de acomodação também, porque é preciso lembrar que os contratos estão em vigor, a vida está acontecendo e implantar a reforma não vai parar o País. Vai ser como trocar o pneu com o carro andando.

**E quais são os instrumentos que o contribuinte vai precisar ter para dar conta dessa transição?**

O contribuinte vai precisar entendê-la e adaptar-se. E um embate que pode gerar litígios é o reflexo da reforma nos contratos em andamento.

**Qual é a sua expectativa sobre a judicialização das questões tributárias e quando teremos a segurança jurídica desejada pela simplificação da tributação?**

A litigiosidade vai ser reduzida, porque toda a discussão que se tem hoje sobre, por exemplo, a não cumulatividade — responsável por uma boa parte do litígio — será encerrada. Mas não podemos fechar os olhos para a complexidade da transição, que vai afetar os contratos em andamento. E também haverá aumento de carga para muitos setores, o que vai gerar negociação e, talvez, litígio entre os

VEIO MUITO PENDURICALHO  
JUNTO COM A REFORMA  
TRIBUTÁRIA, EM ALTERAÇÕES  
FEITAS AOS 49 MINUTOS DO  
SEGUNDO TEMPO. HÁ MUITOS  
DETALHES QUE PIORARAM  
A SUA QUALIDADE, E  
TEREMOS DE ENCARÁ-LOS  
AO LONGO DOS ANOS.



## Para compensar a injustiça na renda, é preciso alterar as regras do IR, e não do imposto sobre o consumo.

contribuintes. Imagine um empresário de serviço médio que tenha um comércio e pague, hoje, 8,65% de tributo sobre o consumo, mais 5% de ISS e 3,65% de PIS e Cofins. Esse imposto vai subir para 27,28%, um aumento nada desprezível. Os técnicos dizem que isso não é cumulativo, é só repassar no preço. É uma premissa de ingenuidade comovente pensar que todo mundo tenha essa elasticidade de preço. Se tiver, haverá efeito inflacionário. Até avalio que dilui um pouco no tempo, porque a transição é longa, mas há poder inflacionário. Será importante uma acomodação da economia, porque o tributo, sobretudo para Serviço e Comércio, vai aumentar muito. Não pode haver ilusões a esse respeito.

### Teremos uma readaptação da justiça tributária?

Para compensar a injustiça na renda, é fundamental alterar as regras do IR, e não do imposto do consumo. Há muitos serviços que são procurados em casos de necessidade, não por prazer ou diletantismo. Então, essa crítica à tributação do serviço, de ser muito baixa, deve ser um pouco relativizada. Eu concordo que deve ser uniforme com a do Comércio, é mais ou menos assim no mundo todo, mas não é possível negar que haverá um aumento brutal.

### Qual é a sua percepção, entre os empresários, sobre a boa expectativa e o receio ou insegurança com relação ao processo de criação e finalização da reforma?

Há um certo otimismo, e partilho desse sentimento positivo. No entanto, há muitos pontos que ninguém está olhando — e, quando a ficha desses detalhes cair, vai gerar preocupação.

### Por exemplo?

Os penduricalhos que vieram junto com o IVA. Na prática, essa não é uma reforma apenas para o IVA. Vem junto um imposto sobre mineração e petróleo, que apareceu na última hora e não tem nada a ver com a discussão sobre consumo. E sem falar do “imposto do pecado”. O Brasil inventou o “pecado-jabuticaba”, porque seria maldade abranger somente as atividades de mineração e petróleo, segundo e terceiro maiores setores da balança comercial.

### Sobre o Simples Nacional e a quantidade de negócios que estão sob esse guarda-chuva, qual é a sua avaliação?

Sobre o Simples, eu daria um alerta. Durante toda a discussão sobre a reforma, ouviu-se o mantra de

que o Simples ficará intocado, o que não é verdade. Houve uma alteração discreta, mas que pode ter um efeito negativo para as empresas. Hoje, quando uma empresa grande, submetida a um lucro real, contrata uma empresa do Simples, obtém um crédito cheio, paga a fatura do jeito que está no Simples e toma crédito cheio de PIS e Cofins a 9,25%. No futuro, o crédito será correspondente apenas à parcela do tributo recolhido pela empresa do Simples, ou seja, mínima. Então, o contribuinte vai preferir contratar uma empresa que não esteja no Simples, porque vai gerar crédito para ele. O Simples levou uma desvantagem na reforma. Alguém pode dizer que está certo, porque todo mundo, agora, ficou nivelado, mas a Constituição não manda nivelar, mas beneficiar as empresas do Simples.

### O sistema, então, vai ficar meio “manco” do ponto de vista da relação entre os agentes?

Sim, porque a empresa do Simples vai ter a opção de ir (ou não) para o chamado ciclo do IVA, e poderá recolher (ou não) o IVA que quiser, mas perderá a vantagem competitiva. Ainda, ao analisarmos um modelo teórico, de manual, veremos que o Simples está errado, porque o limite de receitas de mais de R\$ 3 milhões é muito alto, precisaria ser menor, no mundo inteiro é assim. Compreendo a crítica sobre a renúncia tributária, mas precisamos sair um pouco do manual e olhar para a vida real. Se esses milhões de contribuintes que estão no Simples forem jogados para uma sistemática de lucro real ou lucro presumido, será que realmente recolherão esses tributos, ou serão empurrados para a informalidade? Acredito que esse seja o verdadeiro debate.

### Qual é a sua análise sobre o papel do Congresso Nacional?

Tenho uma crítica veemente à sofreguidão do debate no Congresso. Podem dizer que estava parada há não sei quantos anos, mas a PEC 45/2019, quando realmente voltou para o trilho, andou muito rápido. Fui à maioria das audiências públicas e vi como acontecem. Serviu muito pouco para a discussão e a evolução no tema. E, no fim, foi votado com muita pressa, no último dia de funcionamento do Congresso, porque Arthur Lira [em novembro

de 2024, Lira era o presidente da Câmara] queria ir para o show do Wesley Safadão. A quem interessa isso? A reforma tem de ser feita com reflexão, e não no reflexo.

### O que é ser otimista com o resultado da Reforma Tributária?

Homens e mulheres serão os mesmos no Brasil em 2033, então, é preciso ter muita fé para crer que esse sistema levará a uma evolução tributária. Ainda há muitos detalhes encaminhados de maneira imperfeita, e o contribuinte deve se manter vigilante na transição. Essa ideia de aumentar a carga tributária prometendo reduzir depois é como dizer ao filho no shopping que “na volta, a gente compra”. Isso não vai acontecer. Ninguém vai diminuir a carga no Brasil, e o que está acontecendo no governo federal é esse desespero por arrecadação, então não há como se iludir. A reforma, por mais que ninguém fale, tem um viés de aumento de carga. Por isso, é fundamental estar vigilante e ter muito cuidado para não cair no discurso fácil da simplificação, pois há mais questões envolvidas.



TEMOS DE RECONHECER  
NOSSAS FALHAS — COMO  
O EMPREGO DO GASTO  
PÚBLICO, QUE DEVE SER MAIS  
QUALIFICADO — E COMBATER  
O DESPERDÍCIO, EXIGINDO  
EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

---

RODRIGO PACHECO, presidente do Senado Federal (2021-2025)

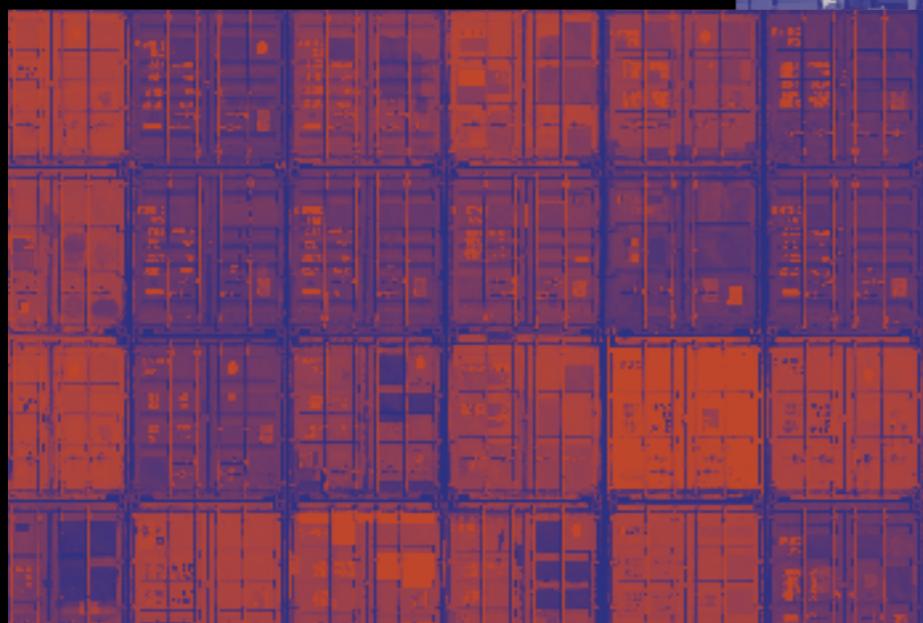


QUANDO SE COLOCA  
A PESSOA CERTA NO  
LUGAR CERTO, AS  
COISAS FUNCIONAM  
BEM. O GRANDE  
PROBLEMA É A  
MEDIOCRIDADE,  
QUE, SOMADA À  
CORRUPÇÃO, É  
UM DESASTRE  
COMPLETO.

---

LUÍS ROBERTO BARROSO, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

# NOVOS CAMINHOS PARA A PRODUTIVIDADE



A abertura comercial é o caminho mais curto para reduzir o Custo Brasil, pois possibilita a economia de recursos e o acesso tecnológico, propiciando ganhos de escala e aumento de produtividade. Além disso, os consumidores são duplamente beneficiados: por um lado, os preços baixam; por outro, renda e emprego aumentam. Outrora tida como estratégica, a proteção à Indústria nacional já dura mais de meio século sem refletir em qualquer ganho real. Não há país exportador que não seja também grande importador.

## INSERÇÃO TÍMIDA

A participação do Brasil na corrente do Comércio internacional flutuou cerca de 1,5% ao longo dos últimos 60 anos. Até o fim da década de 1980, os países em desenvolvimento utilizavam os modelos de substituição de importações — para incentivar a produção interna — e de escalada tarifária, que consiste no aumento das tarifas de importação conforme o estágio de produção. Essa política protecionista provocava o chamado adensamento das cadeias domésticas, ou seja, o produto era inteiramente produzido dentro do país.

Ao evidenciar a concentração da cadeia de produção no continente asiático, e o consequente desabastecimento de determinados itens no mundo todo, a pandemia descortinou uma nova oportunidade. Desde então, há um rearranjo em curso, com o surgimento de cadeias locais e regionais de valor, movimento que pode beneficiar o Brasil — caso o País altere a própria estrutura tarifária, amplie acordos de livre-comércio e avance nas reformas estruturais e de melhoria do ambiente de negócios.

Ao longo da década de 1990, os avanços tecnológicos permitiram o gerenciamento a distância da produção e reduziram os custos de transporte, fragmentando a cadeia industrial internacionalmente. Já em 2014, os produtos intermediários (ou seja, partes e peças) correspondiam a dois terços das exportações mundiais. Contam também os acordos estabelecidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que reduziram tarifas sobretudo nas nações desenvolvidas. Hoje, grande parte dos países abandonou o modelo de escalada tarifária, reduzindo taxas sobre bens de capital e intermediários, resultando nas cadeias globais de valor e nos produtos *made in world*.

## DESMISTIFICANDO A ABERTURA COMERCIAL

### MITO 1:

“As multinacionais estão saindo do Brasil por falta de proteção”.

Muitas empresas saem porque o crescimento do País é baixo: nos últimos 40 anos, o PIB nacional subiu 2,1%, contra 3,5% da média mundial e 4,6% dos emergentes — tendência que vai se manter enquanto não houver forte aumento de investimento. Pesa ainda a baixa produtividade da economia brasileira, uma das mais fechadas do planeta.

### MITO 2:

“Abertura comercial destrói empregos”.

Pelo contrário, maior inserção internacional impacta positivamente os setores de Comércio e Serviços, que representam quase 73% do PIB e são grandes geradores de empregos. Como a abertura comercial viabiliza o crescimento do PIB, a tendência é a ampliação do mercado de trabalho, variando apenas a composição dos postos, por meio da eliminação de algumas vagas e da criação de outras.

### MITO 3:

“Redução das alíquotas de importação leva à desindustrialização”.

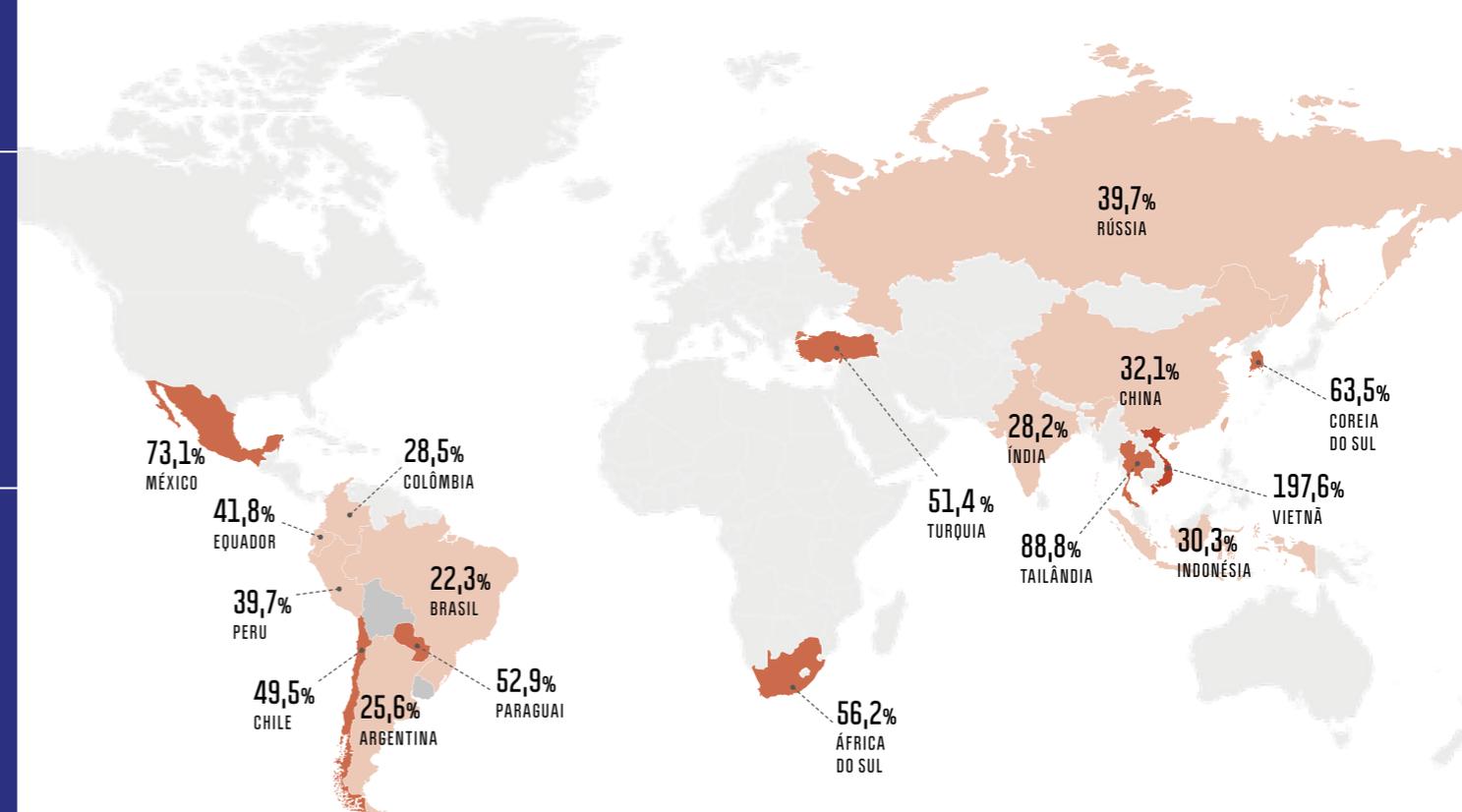
A causa desse quadro foi a sobrevalorização da taxa de câmbio por um longo período. A proposta atual é gradual e em situação bem diferente, com juros condizentes com a realidade da economia brasileira. Além disso, a depender da trajetória dos juros nos Estados Unidos, o câmbio pode se desvalorizar ainda mais, beneficiando a abertura.

### MITO 4:

“Os países desenvolvidos estão se fechando e criando políticas protecionistas”.

Esse neoprotecionismo está ocorrendo nos países que já têm alto grau de abertura comercial e integração às cadeias globais de valor, o que não é o caso do Brasil. Ademais, esse movimento de desglobalização e de surgimento de cadeias regionais de valor pode, inclusive, ser oportuno.

## NÍVEL DE ABERTURA COMERCIAL POR PAÍS



## AÇÕES GRADUAIS, TRANSVERSAIS E PREVISÍVEIS

Além de desconstruir argumentos equivocados, a FecomercioSP lista uma série de medidas fundamentais para uma abertura comercial efetiva.

### INTENSIFICAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES DE ACORDOS DE LIVRE-COMÉRCIO

Ratificar tratados já assinados, que lidam com atrasos na aprovação pelo Congresso e pela Casa Civil, e aprofundar negociações para formar novos acordos ou expandir os já existentes, como o Mercosul.

### REDUÇÃO PROGRESSIVA DAS TARIFAS SOBRE BIT E BK

Equiparar o Brasil à média global das tarifas sobre Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) e Bens de Capital (BK), que é de 4%, num processo gradual ao longo de quatro anos, eliminando um gargalo da nossa economia.

### REFORMAS NO MERCOSUL

Mudar as regras de negociação, principalmente a Tarifa Externa Comum (TEC), que segue modelo de escalada tarifária, criando distorções e protegendo excessivamente alguns setores.

### RETOMADA DA OFERTA BRASILEIRA AO ACORDO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS (GPA) DA OMC

Atrair empresas estrangeiras, garantindo tratamento igualitário na compra de bens, serviços e obras públicas, sem exigir que tenham representantes legais no País para participar de licitações.

### EXTINÇÃO DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (AFRMM)

Extinguir o tributo, que não cumpre o objetivo pelo qual foi criado e é mais uma medida protecionista que encarece a importação e penaliza os consumidores, sobretudo os de baixa renda.

### ACELERAR A PRIVATIZAÇÃO DE PORTOS

Proporcionar um ambiente seguro e atrativo ao setor privado, com o objetivo de fazer os investimentos necessários à extinção do gargalo de infraestrutura, cujo aporte público representa 2% do PIB.

### PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

Focar na desoneração de exportação de serviços, incluindo Tecnologia da Informação (TI), serviços financeiros e turismo.

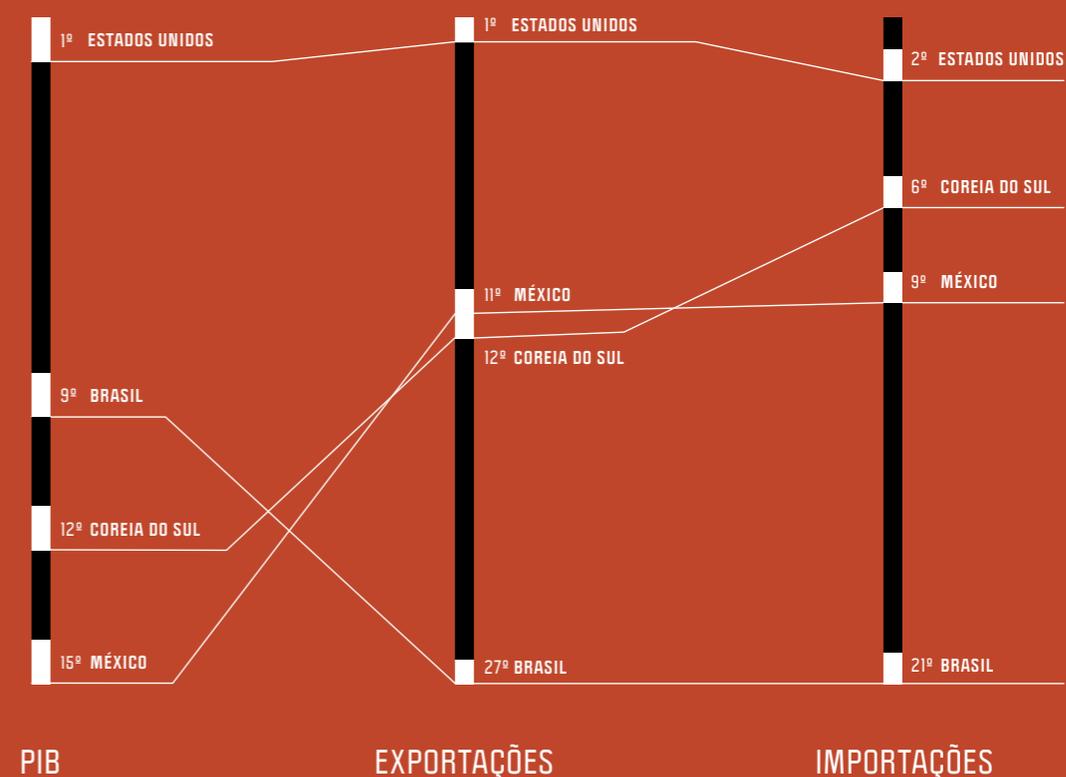
### CONCLUSÃO PRIORITÁRIA DO PORTAL ÚNICO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Finalizar o módulo de importação do portal, que, mesmo operando só com o processo de exportação, já acelerou os trâmites envolvidos no comércio exterior com a digitalização de protocolos aduaneiros e a criação de uma janela única de informações.

### FORTALECIMENTO DO PROGRAMA OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO (OEA)

Deve-se regulamentar e expandir programas de facilitação de importações e exportações, que promovem mais agilidade e previsibilidade no fluxo do comércio internacional, como o OEA, o Confia e o Sintonia.

## CRESCIMENTO ECONÔMICO E ABERTURA COMERCIAL



Fonte: Ornelas, Pessoa e Ferraz (2020).



# A nova fase do protecionismo norte-americano

Entrevista **RENATO GALENO**  
realizada em novembro de 2024

O novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, promete fechar o cerco às importações para conter a entrada de itens da China e reerguer a Indústria nacional. Mas os efeitos podem extrapolar as fronteiras e ensejar retaliações sem promover a reindustrialização, avalia o economista **OTAVIANO CANUTO**, pesquisador sênior no Policy Center for the New South e na Brookings Institution. Canuto também foi vice-presidente do Banco Mundial e diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

**Assim que foi eleito, Trump anunciou medidas protecionistas. Quais serão as consequências dessa política?**

É uma má notícia para todos. No caso dos Estados Unidos, a consequência negativa será vista um pouco depois, mas no restante do mundo será imediata. Impor tarifas para todos tem, simplesmente, foco específico na China, em mais um capítulo do processo de rivalidade entre os dois países. Na cabeça de alguns trumpistas, existe a ideia de que seria possível repetir com a China uma espécie de sufoco como aquele imposto à União Soviética no fim da Guerra Fria — com o detalhe de que a economia da União Soviética não era sólida e integrada com o resto do mundo em termos de produtividade.

**O que deve mudar em relação ao governo anterior, de Joe Biden?**

É verdade que Biden manteve as tarifas que Trump elevou no primeiro mandato e deu passos adicionais, em setores muito específicos e estratégicos, como semicondutores e energia limpa. A dificuldade sempre é demarcar o que é estratégico, mas, em princípio, é uma abordagem claramente diferente do primeiro mandato de Trump, quando foram estabelecidas tarifas gerais sobre produtos chineses. Agora, o que ele promete são tarifas de 60%.

**Como os outros países serão afetados?**

É impensável que Trump não estenda as tarifas mais elevadas para os países conectores. Isso é importante, particularmente nos casos do México e do Vietnã. Já no seu primeiro mandato, quando a guerra comercial com a China começou, a estratégia dos chineses foi deslocar a parte final de suas cadeias de valor para países conectores, justamente para evitar que as tarifas fossem aplicadas integralmente. O esperado agora é que Trump decrete restrições também para esses países.

**E qual será o impacto para os consumidores norte-americanos?**

Quando o volume de comércio entre Estados Unidos e China diminuiu, sobe o volume de exportações de México, Vietnã, Malásia, entre outros — e, consequentemente, o valor das importações norte-americanas. A questão é: isso permitirá que o país obtenha o resultado esperado, que é a reindustrialização? A resposta é não.

**Pode haver repercussão sobre a inflação dos Estados Unidos?**

Haverá um encarecimento. A competitividade de segmentos da indústria norte-americana, que hoje dependem de insumos importados, pode desacelerar. Os consumidores vão ter de trocar produtos que consomem por itens mais caros. O deslocamento de trabalhadores de outros setores para as nações produtoras tem um resultado negativo sobre a eficiência. Em última instância, em médio e longo prazos, essas tarifas serão ruins para a própria economia dos Estados Unidos.

**É esperada alguma retaliação por parte da China e de outros países?**

Como no primeiro mandato de Trump, os chineses serão obrigados a estipular retaliações. Os europeus estabeleceram represálias depois que suas importações foram coibidas, e assim por diante. Então, essa guerra expande-se e atinge negativamente a produtividade de todo mundo, o que não será nada bom para o desempenho econômico global.

## Mais ambição para exportar



Se quiser agregar valor às exportações e saber responder ao processo de desindustrialização decorrente dos problemas de competitividade, o Brasil precisa ir além do papel de exportador de commodities. A advertência é de **LARISSA WACHHOLZ**, *senior fellow* do Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Na visão da especialista, uma das oportunidades que o País não consegue aproveitar como deveria é o intercâmbio comercial com a China, que conta, atualmente, com uma capacidade de consumo que permite ao cidadão chinês buscar produtos com diversos graus de industrialização. “Há uma demanda crescente do país asiático impulsionada pelo comércio eletrônico e pelos diferentes níveis de renda”, afirma.

Entrevista **JAIME SPITZCOVSKY**  
realizada em fevereiro de 2024

**A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. Qual é a sua leitura sobre as relações entre os dois países ao longo dos últimos 50 anos?**

Existem características peculiares, como a ausência de conflitos políticos e uma complementaridade econômica, que tornam essa relação muito satisfatória e benéfica para os dois lados. A China é a segunda maior economia do mundo, o que acaba permitindo ao Brasil ter um superávit comercial enorme que não teria se não fosse por meio desse intercâmbio. O país asiático viveu uma grande migração do campo para a cidade, que provocou o desenvolvimento do mercado imobiliário, no qual entra o minério de ferro brasileiro, que lá vira aço para a construção dessas estruturas. Ao mesmo tempo, uma parte da população que se alimentava de forma bastante básica, com muito carboidrato, ascendeu à classe média e passou a consumir mais proteína animal — e, então, entra novamente o Brasil, um grande produtor de grãos (usado na alimentação animal) que consegue satisfazer essa demanda.

**Quando se discute a pauta comercial, o fato de o Brasil vender commodities e a China vender manufaturados levanta a possibilidade de mudar essa equação. Seria benéfico que isso ocorresse?** O Brasil precisa ser mais ambicioso do que se conformar com o papel de ser apenas um exportador de commodities. É preciso lembrar que não é somente porque exportamos produtos primários e sofremos a concorrência da China nos produtos manufaturados que o País se desindustrializa —

também existem problemas de falta de competitividade. Agora, não podemos nos conformar com essa situação, somos um país grande e almejamos ser uma economia diversa. A questão é como tornar nossa economia mais competitiva e agregar valor às exportações.

A China tem, hoje, uma capacidade de consumo e renda que permite ao seu cidadão comprar produtos importados de outros países, com diversos graus de industrialização. A questão é como o Brasil consegue se posicionar no mercado internacional com marcas que façam sentido para um consumidor que quer comprar de tudo. O gigante asiático é um grande importador da Agroindústria da Alemanha, França, Austrália e de outros países que são mais caros do que o Brasil, mas que vendem produtos com marca, são referência e conquistaram o consumidor chinês. Precisamos melhorar nossa competitividade, seja por meio de maior abertura comercial, seja aprimorando nossa infraestrutura para ter mais competitividade nas exportações. Um dos desafios para ganhar produtividade é melhorar o grau educacional dos trabalhadores, sem falar da Reforma Tributária.

**A China pode representar oportunidades para micro e pequenas empresas brasileiras?**

Sim, por ser um mercado em que se consegue encontrar todo o tipo de demanda, inclusive para produtos de nicho. Nutrição e saúde são preocupações muito presentes na vida de uma família chinesa, que tem um perfil de gastar muito, que valoriza as questões relativas à alimentação e à preservação da saúde. Se uma família puder consumir um

produto, ela tende a confiar mais nas marcas importadas, então já há uma predisposição para comprar esse tipo de item, desde que a renda permita. A China tem um desenvolvimento muito acelerado do mercado de comércio eletrônico. Uma das marcas líderes na venda de açaí nessas plataformas é uma empresa belga, e o açaí é brasileiro — então, como essa empresa tem a visão e a capacidade de desenvolver uma marca para vender açaí na China por uma plataforma de comércio eletrônico, e no Brasil não se consegue fazer isso? As plataformas de e-commerce representam uma grande oportunidade para as empresas de pequeno porte, porque não estamos falando de grandes volumes, mas de mercadorias de nicho, como frutas brasileiras consideradas superalimentos, própolis, mel, sucos ou lácteos de maior valor agregado, que são itens que têm apelo para as famílias que buscam produtos para os seus filhos e que têm renda extra para gastar.

As plataformas de comércio eletrônico são o meio ideal para comercializar esses produtos, mas não há marcas ou estas têm dificuldade para se posicionarem, começando pela própria marca “Brasil”. Existe um desconhecimento muito grande dos chineses em relação ao que o País tem para oferecer, falta um trabalho de marketing realizado de forma mais estratégica.

**Esse trabalho de marketing caberia ao setor público ou ao setor privado?**

O passo inicial é normalmente governamental, em especial nesse campo da Agroindústria, porque, muitas vezes, depende de acordos entre governos para que se abram as primeiras portas. No entanto, a partir do momento em que esses acordos são feitos, decisivamente, é um trabalho do setor privado posicionar-se, estar presente nas cidades chinesas, não só Pequim e Xangai, mas também Guangzhou, Shenzhen, Chengdu, Tianjin e Chongqing, cidades enormes com populações com renda para consumir produtos importados. Existem iniciativas governamentais de outros países em plataformas de comércio eletrônico chinesas, como Reino Unido, Nova Zelândia, Equador e Peru, que chamam a atenção para o país em primeiro lugar e, depois, para as marcas.

**Um pequeno empresário, que queira estudar a possibilidade de ingressar no mercado chinês, por onde deve começar?**

Definitivamente, deveria começar pela plataforma de e-commerce como uma alavanca para esse primeiro contato, porque é muito difícil exportar diretamente para a China — é necessário ter uma estrutura local, um distribuidor e mandar amostras, às vezes em grande quantidade, o que significa que o empreendedor brasileiro vai ter de cobrir esse custo inicial, que geralmente pode ser alto para um mercado tão grande.

**Qual é a situação atual dos investimentos chineses no Brasil?**

Os chineses começaram a investir no Brasil a partir de meados dos anos 2000, sobretudo no setor de Energia, o que inclui tanto óleo e gás quanto geração e transmissão. Há cada vez mais investimentos nas novas indústrias relacionadas à transição energética, como carros elétricos, baterias e outros segmentos que são consequência da transição ecológica, mas o grande volume está na energia. O País acabou sendo um grande receptor desses investimentos, ficando entre a quarta e a quinta colocações. O que eu vejo para os próximos anos é uma expansão desses aportes em energias renováveis, principalmente solar. Penso que o exercício seria avaliar de que forma esse potencial brasileiro para a produção de energia renovável poderia também ser utilizado como grande motivador para a atração de investimentos que agreguem valor a essa cadeia produtiva dentro do Brasil.



**Du não temos marcas ou elas têm dificuldade para se posicionarem. Isso começa pela própria marca ‘Brasil’: há um desconhecimento dos chineses sobre o que o País tem a oferecer.**



VOCÊ ESTÁ COMPETINDO COM OUTROS PRODUTOS SIMILARES, DE OUTROS PAÍSES. SE O SEU NÃO FOR MELHOR, POR QUE AS PESSOAS VÃO COMPRAR? ATUAR NO MERCADO INTERNO É BOM E MAIS FÁCIL. MAS QUEM EXPORTA NUNCA SE ARREPENDE.

FLORIANO PESARO, diretor de Gestão  
Corporativa da ApexBrasil



ADÃO ITURRUSGARAI



# Cruzar fronteiras

Entrevista LUCAS MOTA  
realizada em novembro de 2024

**LUCIANO MENEZES**, CEO do World Trade Center (WTC) Lisboa, tem uma mensagem clara para as empresas brasileiras: é preciso manter-se atento às oportunidades de internacionalização. Para o executivo, o setor produtivo nacional é altamente qualificado, e fazer negócios no exterior pode ser menos complicado do que parece. Planejamento e adaptação cultural são fatores determinantes. Vivendo em Lisboa, uma das missões de Menezes é justamente incentivar a ida de empresas brasileiras para Portugal, enquanto busca oportunidades de negócios no Brasil, e em outros países, para companhias portuguesas.

## O que torna Portugal um destino atrativo para empresas brasileiras e de outros países?

No caso do empresário brasileiro, é natural que talvez fosse mais fácil fazer essa internacionalização nos países da América do Sul. Mas essas nações falam espanhol — o que parece ser fácil, mas não é. Os Estados Unidos poderiam ser um segundo passo, mas o país é enorme, para onde ir? Então, apesar das diferenças culturais, a língua portuguesa mantém uma comunicação mais fácil. Portugal está incluído na comunidade europeia, então, o fato de estar aqui permite se transicionar mais fácil na Europa.

## Existem muitos obstáculos à internacionalização em Portugal?

Nem tudo são flores, claro que existem obstáculos. Há dificuldades burocráticas e tributárias. Como toda nação europeia, existem regulações, mas também há muita oportunidade. A característica do português é que ele demora para fechar o primeiro contrato, mas, quando fecha, é um negócio duradouro, de longo prazo, diferente da forma brasileira. No Brasil, às vezes, um contrato fechado rapidamente pode ser perdido na mesma rapidez.

## Há oportunidades no setor de Serviços?

Eu acho que, principalmente nos Serviços — e tecnologia é serviço —, há agências de propaganda e escritórios de advocacia, contabilidade e eventos, call center etc. A internacionalização pode ser feita por um representante, comprando uma empresa — por meio de uma *joint-venture* — de licenciamento ou franquia. Ou até mesmo fazer uma internacionalização de forma orgânica.

## E no sentido contrário, as empresas portuguesas querem vir para o Brasil?

Há muitos negócios portugueses que desejam abrir novos mercados no Brasil. Acredito que o português tenha um certo receio, porque o País é muito grande. Os brasileiros também podem ajudar a desnudar um pouco o Brasil: por onde entrar, como entrar, como funciona o ICMS em cada Estado. As próprias empresas de contabilidade podem desmistificar isso. Então, há uma grande oportunidade para empresas — não só portuguesas, mas espanholas e holandesas — que queiram vir para o Brasil.

## Como estão, hoje, as empresas brasileiras quando pensamos em internacionalização?

O fator internacionalização deve estar na cabeça de todo o empresariado brasileiro. Hoje, vemos poucos internacionalizados. Acho um erro investir todos os ovos numa cesta só. Apenas 5% do PIB nacional são exportados, internacionalizados. No caso de Portugal, são 50% do PIB. Então, é muito importante entender que a internacionalização, além de agregar valor e moeda forte para o negócio, é fundamental para o crescimento da empresa brasileira.

## No ambiente do Clube de Negócios do WTC, quais segmentos têm se destacado?

Começamos o clube com algumas áreas importantes. Primeiro, o Mercado Imobiliário. Depois, Turismo e Entretenimento, Comércio Exterior, Smart Cities e Tecnologia.

# Falta competitividade à América Latina



Custos do trabalho, deficiência na infraestrutura e falta de capacitação dos profissionais fazem com que a América Latina perca competitividade no cenário internacional, avalia o economista-chefe para América Latina e Caribe do Banco Mundial, WILLIAM F. MALONEY. Entretanto, a região conta com uma clara vantagem: a matriz energética, predominantemente verde e renovável. Ainda assim, para que esse fator contribua para melhorar o ambiente de negócios, políticas de inovação precisam estar presentes na agenda de desenvolvimento. Um exemplo a ser seguido é o dos Tigres Asiáticos.

Entrevista **RENATO GALENO**  
realizada em novembro de 2024



## A distância não importa muito, ou não haveria tanta indústria na China nos últimos 30 anos.

### Quando se fala em reordenação das cadeias globais de valor, em que sentido o Brasil e a América Latina representam uma oportunidade?

Estamos falando de potencial em teoria, pois a reordenação global das cadeias de valor está no início. O Brasil tem uma matriz energética importante, e faz sentido para algumas indústrias voltarem-se para a região, mas ainda não vejo isso acontecer. Se analisarmos os números do Investimento Estrangeiro Direto (IED), há algum avanço nos últimos anos, mas não é significativo. Os investimentos no País, em projetos iniciados do zero, crescem paulatinamente desde 2017. Há muita demanda para indústrias no México, mas os números ainda não mostram isso. A distância não importa muito, ou não haveria tanta indústria na China nos últimos 30 anos. A escolha é: sair do país asiático e ir para o Brasil ou para o Vietnã? Neste último, os custos laborais são menores, a força de trabalho recebe uma educação melhor e a infraestrutura também é melhor do que em muitos países da América Latina. Então, quando se colocam todos esses aspectos na balança, adicionados a algumas incertezas — por exemplo, o aumento do crime organizado —, o movimento para a região parece menos óbvio. É necessário aproveitar a vantagem de uma matriz de energia verde e renovável, mas isso não vai acontecer automaticamente. Vamos ter muito trabalho, é preciso fazer o dever de casa.

### Quais são as vantagens do Brasil?

O Brasil tem todas as vantagens da região — no sentido de que sua matriz energética é 80% verde

e a matriz elétrica é 45%, o que é mais ou menos o dobro do que vemos no mundo. Então, se considerarmos que o País será o exportador verde para a Europa, que agora está adotando mecanismos de ajustamento, podemos nos posicionar. Há essa vantagem comparativa, mas será imprescindível trabalhar todas as questões.

### Por que a América Latina e o Brasil não alcançaram outras regiões do planeta em relação à inovação como um instrumento para o desenvolvimento econômico?

A região ainda não tem as capacidades necessárias para gerenciar as novas tecnologias. Houve progresso, mas, se observarmos a quantidade de engenheiros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) per capita, por exemplo, a América Latina está abaixo do que se espera para países do seu nível de renda, com exceção do Brasil, que está um pouco acima. No entanto, há muita discussão sobre se os recursos estão sendo direcionados para o lugar certo. Se tomarmos como modelo o Vale do Silício, nos Estados Unidos, há muito financiamento do governo para as universidades, como Stanford e Berkeley, e a ligação entre o setor privado e essas instituições é próxima. Isso não acontece tanto na América Latina. Em termos de copropriedades de patentes entre universidades e setor privado, ou do número de companhias que pagam para universidades desenvolverem pesquisas, a região está muito abaixo. Será que o dinheiro está chegando aonde deve? Para haver mais inovação, tanto nas empresas em atividade como nas que ainda não nasceram, é essencial reivindicar novas políticas de inovação. Esse é o desafio para o futuro.

### Estamos falando de políticas governamentais e do setor privado também?

Por que o setor privado na América Latina não está demandando mais conhecimento, não está inovando mais? O ambiente de negócios não é fácil nesses países. Cerca de 30% das firmas da região declaram que não podem se expandir por falta de força de trabalho qualificada. Embora o risco tenha diminuído nos últimos 30 anos, uma vez que a volatilidade macroeconômica foi reduzida, o ambiente de negócios permanece desalentador. As economias

permanecem fechadas, não apenas por causa de tarifas, mas também por muitas barreiras não tarifárias e dificuldades que fazem com que as grandes empresas não sintam um ambiente competitivo. Algumas estão exportando, isso é verdade — e, para exportar, é preciso estar na fronteira tecnológica. Por outro lado, em razão do tamanho da economia brasileira, temos um mercado interno fabuloso. O Brasil dispõe de uma enorme quantidade de talentos, tradição de indústria forte e bons setores financeiros, poderia estar mais longe. Para avançar, porém, deve lidar com a capacitação do capital humano. A América Latina tem falhado em oferecer uma educação básica de qualidade. Do ponto de vista da produtividade, quem vai ser o grande cientista ou o próximo grande empreendedor, se apenas 30% das pessoas têm uma educação decente? Ao observarmos o número de técnicos — pessoas com treinamento que não são, necessariamente, engenheiros —, veremos que a região também está devendo. Se há uma ideia fantástica de P&D, existe alguém que pode levá-la ao mercado? Se não existirem essas pessoas e não for adotada uma visão de longo prazo para gerenciar o risco envolvido na inovação, isso não ocorrerá.

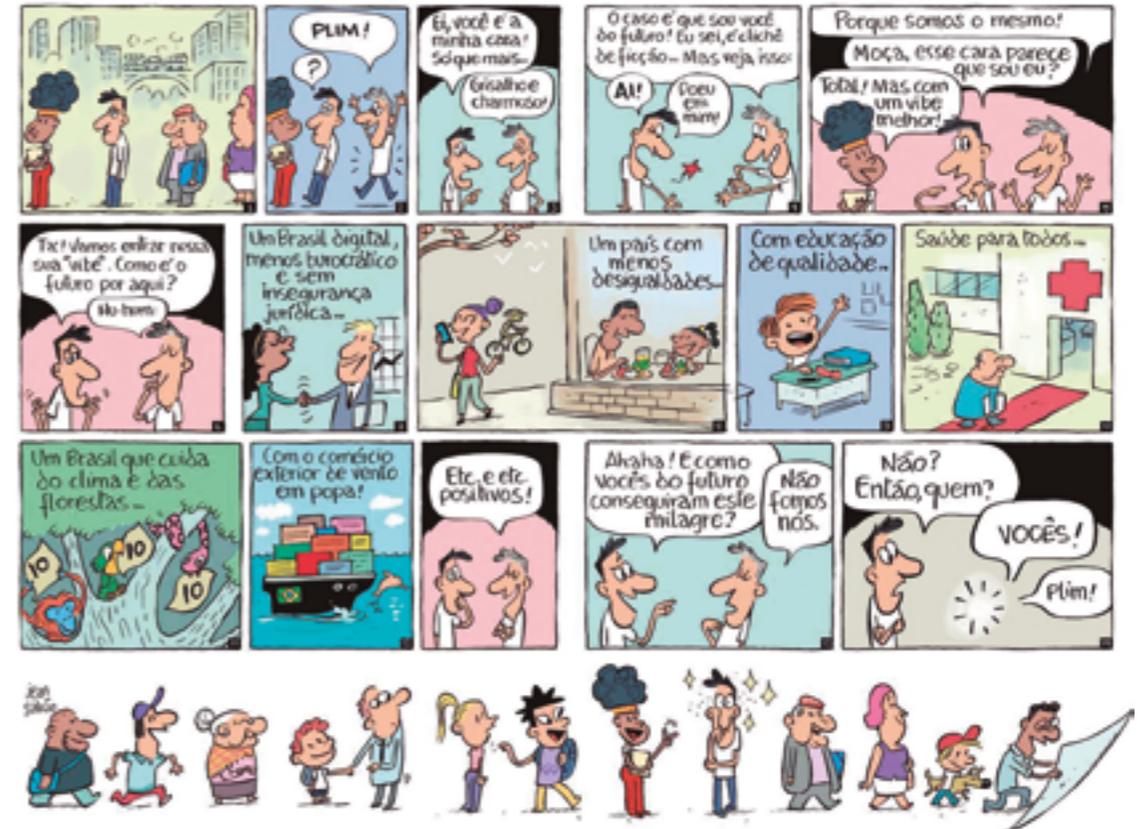
### Apesar disso tudo, a América Latina está melhor do que há 30 ou 40 anos?

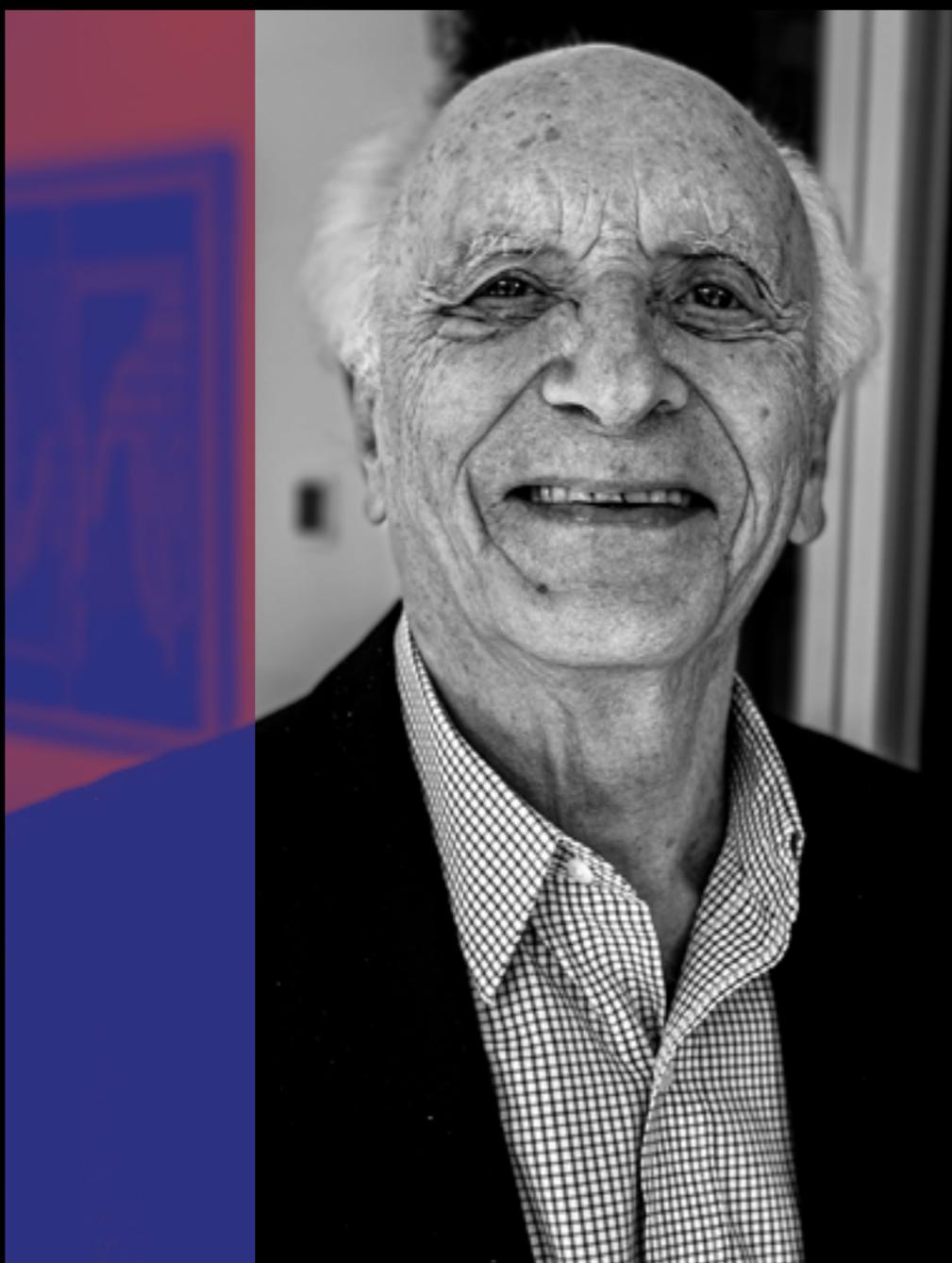
Está havendo uma profissionalização dos ministérios de finanças e dos bancos centrais, e um maior respeito por sua institucionalidade. Têm ocorrido também, nos últimos dez anos, um grande salto no número de unicórnios — as empresas de um bilhão de dólares — e o crescimento de negócios de alta tecnologia e de novas indústrias. Isso mostra que estão surgindo novos setores, as pessoas estão pensando estrategicamente e com visão, acessando fontes estrangeiras de capital. A maioria dos unicórnios foi financiada com capital de risco estrangeiro. O Brasil conta com pesquisadores na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV) que, muitas vezes, passaram tempo em Stanford, Vale do Silício ou Route 128, trabalharam no exterior. Então, há uma abertura maior para o que está acontecendo fora e novas tecnologias chegam à região. Mas é preciso muito mais investimento. A maior parte está indo para

e-commerce ou e-banking, segmentos que não requerem muito capital. Não estão sendo instaladas empresas de carros elétricos ou supercomputadores, o que significa que o investimento é menor e que, se algo ruim acontecer na economia local, pode sair do País.

### Quais são os principais desafios para a América Latina?

Deve haver uma visão de onde a região quer estar em 50 anos. O que se quer exportar? Quais tipos de indústrias ter? Em qual modelo de serviços estar envolvida? É fundamental essa visão de futuro, que requer saber qual lição de casa precisa ser feita. A América Latina está atrás da Ásia e da Europa Ocidental em todos os aspectos do capital humano. Não haverá unicórnios de alta tecnologia sem trabalhadores que possam fazer testes e experimentos. É primordial sair mais, ser mais receptivo ao mundo, a tecnologia está lá fora. Fazer como fizeram Coreia, Taiwan, Vietnã e México: adotar novas políticas para alcançar a fronteira tecnológica o mais rápido possível, o que significa sermos realmente abertos e buscar ativamente o aprendizado. Se analisarmos o comércio da América Latina, considerando o quão próximo está dos Estados Unidos (e não tão longe da Europa) e os acordos de livre-comércio existentes, constatamos que a região está se subestimando, sem aproveitar as vantagens de acesso aos mercados. Não faz copropriedades em patentes, não está conectada como deveria. Quando se analisa o sucesso dos Tigres Asiáticos [*Singapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan*], o que houve foi que estes decidiram ser tão bons quanto os “gringos”. E fizeram isso. Temos de pensar de forma semelhante, o que significa sermos mais abertos e competitivos, livrando-nos de todas as dificuldades de trabalhar com os nossos governos, acessar recursos e atravessar fronteiras. É preciso superarmos todas essas barreiras para sermos mais capazes de competir.





## Os bastidores do Plano Real

O embaixador **RUBENS RICUPERO** não é apenas testemunha privilegiada, mas também protagonista de momentos decisivos da política brasileira ocorridos nas últimas seis décadas. Uma das suas principais contribuições para o País foi como ministro da Fazenda na consolidação do Plano Real, que completou 30 anos em 2024. Diplomata de carreira, foi embaixador na Itália, nos Estados Unidos e na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi também ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal no governo de Itamar Franco. No livro *Memórias* (Editora Unesp, 2024), ele relembra os bastidores do plano que pôs um fim à hiperinflação que atingia o Brasil no início dos anos 1990. Dentre as reminiscências que apenas o olhar apurado de quem participou poderia captar, Ricupero analisa o ontem e o que falta para um país em permanente construção.

Entrevista **RENATO GALENO**  
realizada em junho de 2024

**O senhor já havia sido convidado para ser ministro da Fazenda antes do governo de Fernando Henrique Cardoso. Como se deram essas conversas?**

Eu era embaixador em Washington, nos Estados Unidos, fui para o lugar do Marcílio Márquez Moreira, que substituiu Zélia Cardoso de Mello no Ministério da Fazenda, no governo Collor. E eu estava lá na época do impeachment dele. No dia em que ele foi afastado [2 de outubro de 1992], o Fernando Henrique telefonou para mim, de Brasília, para transmitir o convite do Itamar Franco para a Fazenda. Curioso, porque o Fernando Henrique tinha sido convidado para ser ministro das Relações Exteriores e aceitou. Eu disse a ele: “Olha, Fernando, eu acho que ele está cometendo um erro. Ele pensa que sou o Marcílio, que saiu daqui para substituir o ministro da Fazenda, mas ele era banqueiro, tinha trabalhado com o Moreira Salles, conhecia esse meio. Eu não conheço, estou fora do Brasil há muito tempo. Diga a ele que não, que seria um erro”. Logo depois, o presidente Itamar ligou, insistiu. E eu disse: “Eu não sou dessa área, não saberia o que fazer”. O Itamar persistiu. Então, pedi tempo para pensar, fui até a igreja, pedi a Deus uma luz. Eu tinha medo, havia muita pressão. Telefonaram para os senadores Pedro Simão e José Sarney, o governador Fleury [Luiz Antônio Fleury Filho, então governador

de São Paulo], uma porção de gente. A cada um eu dizia que não podia. E foi um dia complicado: estava hospedando a atriz Shirley MacLaine, serviria o almoço mensal para todos os embaixadores da América Latina, que também estavam na minha casa. E toda hora alguém me chamava ao telefone, de Brasília, para insistir. À noite, depois de toda aquela agitação, fui com minha esposa ao espetáculo da Shirley e do Frank Sinatra, que nos convidou para jantar num restaurante chinês. Quando eu estava chegando, tocou o telefone. Era o jornalista Elio Gaspari, que me deu a notícia de que Itamar tinha convidado Gustavo Krause, porque viu que eu não aceitaria. E, aí, passaram-se os tempos e houve o massacre dos ianomâmis. Alguém deve ter dito ao Itamar que eu era o negociador do Tratado Amazônico, e ele me convidou para ser ministro da Amazônia, uma pasta que não existia. E fiquei como ministro do Meio Ambiente.

**O que mudou para o senhor assumir o Ministério da Fazenda, pouco tempo depois?**

Fernando Henrique era o quarto ministro da Fazenda no governo Itamar e estava com a equipe do Plano Real, um time maravilhoso. A grande dúvida era se Fernando sairia ou não para candidatar-se à Presidência. Então, no fim de março, ele saiu e o Itamar confirmou o meu nome para o cargo.

EM 2 DE OUTUBRO DE 1992, O EMBAIXADOR AMANHECEU HOSPEDANDO A ATRIZ SHIRLEY MACLAINE EM WASHINGTON, ALMOÇOU COM DIPLOMATAS E JANTOU COM FRANK SINATRA. ENTRE UM E OUTRO COMPROMISSO, RECUSOU CINCO VEZES O CONVITE PARA SER MINISTRO DA FAZENDA

**Em que pé estava o Plano Real?**

Ainda não havia data para o lançamento da moeda. Eu tive de reunir a equipe, muitos queriam esperar um ano. E disse: “Mas, então, quem vai lançar a moeda será o Lula”, porque ele estava com 42% nas pesquisas de opinião. Disse também: “Olha, não há escolha, porque Lula já falou que é contra o Plano Real. Então, nós precisamos lançar a moeda. Qual é o tempo mínimo?”. Pediram três meses — e começamos o trabalho para o lançamento da nova moeda.

**Qual era a sua relação com a equipe do Plano Real?**

Minha relação com eles era muito boa, mas tinha de forçar um pouco o lado político. Quando o real foi para as ruas, e até antes disso, houve um período em que a população precisava ser convencida de que daria certo. Havia uma descrença generalizada por causa dos fracassos anteriores no combate à inflação. E havia também uma série de pressões, pois cheguei quando o plano já tinha começado. E, no começo, eles não entediam bem a minha função, e logo vi que se eu cedesse às pressões, a equipe desistiria e o plano fracassaria. O meu dever era defender a equipe dessas pressões, por mais bem-intencionadas que fossem. Foi um desgaste permanente, porque o Itamar teimava em aumentar o salário mínimo, o que teria sido inviável. Ele também queria dar aumento para a Polícia Federal. Em maio daquele ano, os policiais federais revoltaram-se por causa dos salários e ocuparam, com revólveres, a sede da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. O governo teve de chamar tanques do Exército para expulsar os policiais. Então, Itamar queria dar o aumento, e eu disse que não seria possível, porque, desse jeito, teria que dar para todo mundo — os militares pressionavam, os funcionários civis também. Havia mil coisas que me pressionavam, o que não daria certo. Eu era a pessoa que tinha de negar, um algodão entre cristais. Aguardei aquela pressão com muito desgaste. Mas foi o que preservou o Plano Real.

**E como a opinião pública reagia?**

Num certo momento, pedi a dois colegas do Itamaraty que fossem a São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte para conversar com os donos de empresas de pesquisa de opinião pública e marqueteiros

políticos, com o objetivo de assuntar o clima e o que as pessoas achavam do Plano Real. Voltaram dizendo que todos tinham uma boa impressão, opinavam que era bem-feito e bem conduzido, mas ninguém entendia o que era a URV — a Unidade Real de Valor, base para a transição para a nova moeda. Alguém tinha de levar essa informação para o público. Naquele tempo, o publicitário Nizan Guanaes sugeriu: “Coloquem um quadro e façam esse velhinho explicar, porque ninguém entende” [na época, Ricupero tinha 57 anos]. Disseram que o plano precisava ter um rosto e que deveria ser o meu. Afirmei que tinha de ser o do presidente Itamar — que gostou da ideia, mas achava que eu era quem tinha de fazer esse papel.

**E como foi feita a comunicação do plano?**

No começo, pensei em contratar agências de publicidade — até descobrir que não havia verba, nem do Ministério da Fazenda, nem do Banco Central. Outro problema era o prazo de licitação, porque faltavam apenas três meses para o lançamento. Acabamos contratando a Radiobrás [Empresa Brasileira de Comunicação, encerrada em 2008]. A primeira gravação foi no gabinete do Ministério da Fazenda. Era meio pobre, não tinha boa iluminação nem movimento de câmera. Aos poucos, passamos a gravar no estúdio da própria Radiobrás, que ficava no Palácio do Planalto, tudo feito com muito cuidado.

**Foi difícil explicar o Plano Real para a população?**

Uma pessoa me assessorava, o que ajudou muito: Maria Clara do Prado — que, depois, foi para o jornal *Valor Econômico* e escreveu um livro fundamental, *A real história do Plano Real* (editora e-galáxia, 2020). Consultávamos a equipe para definir o tema da semana. A primeira gravação foi para explicar que o salário em URV não derreteria no bolso do trabalhador, porque havia esse medo. Preparávamos o tema com todas as informações, gráficos, várias versões eram escritas. Até hoje estou convencido de que uma das razões fundamentais do sucesso da moeda foi o apoio da população, o qual acabou sendo facilitado porque não era propaganda, mas informação. Na Copa do Mundo de 1994, por exemplo, naquelas horas mortas em que



ATÉ HOJE ESTOU  
CONVENCIDO DE QUE  
UMA DAS RAZÕES  
FUNDAMENTAIS DO  
SUCESSO DO PLANO  
REAL, DA MOEDA, FOI  
O APOIO DA POPULAÇÃO.

a bola sai, em que o locutor dá o nome da emissora, preparávamos uns “torpedos”, como chamavam, que diziam “Acredite, agora a moeda vai dar certo”. Olha, foi muito bom.

**E como foi o episódio da entrevista que levou o senhor a sair do governo?**

Dois meses depois que a moeda estava em circulação, resolvi desencadear uma verdadeira ofensiva para convencer as pessoas de que o problema principal não eram os aumentos de aluguéis, nem de tarifas, mas a metodologia do cálculo da inflação. O desafio era fazer com que os formadores de opinião não criassem a falsa ideia de que a moeda tinha fracassado — porque a inflação ainda incomodava, mas começaria a cair. Acordei de madrugada, fui a uma porção de programas, dei entrevistas a jornais, a revistas e a correspondentes estrangeiros. Era um dia muito quente em Brasília, lembro que não almocei nem jantei, estava sob efeito de medicação, não estava bem. No fim das contas, a função de ministro da Fazenda subiu à minha cabeça, eu era muito endeusado. Pensava que a moeda dependia mais de mim do que de qualquer outra coisa. Então, nesse dia, após várias entrevistas, aguardava o sinal para a última. Já eram nove e pouco da noite, as luzes estavam apagadas, a câmera com a luz vermelha, e o repórter da TV Globo que me entrevistaria estava lá, ao lado, e eu conversando com ele. Em um determinado momento, perguntou se eu achava que o plano tinha fracassado por causa das taxas de inflação. Respondi negativamente. Ele disse que daria essa notícia, porque era a grande notícia. Comentei que até eu daria, porque “o que é bom, a gente fatura”. As pessoas fixaram-se nisso e nas outras bobagens que disse sobre política, uma porção de vaidades. Fui humilhado, merecidamente, porque disse muita bobagem. Durante 19 minutos, falei muitas asneiras. A imagem que ficou foi a pior possível. Coloquei o cargo à disposição e acabei saindo. Pedi desculpas publicamente. Foram 19 minutos infelizes de uma vida de sete anos.

**E o que houve depois da sua saída?**

A moeda estava lançada. Quem ficou no meu lugar foi o Ciro Gomes, que fez um bom trabalho. Fernando Henrique foi eleito no primeiro turno.



**Fui um personagem que entrou quando a história já estava avançada e saiu antes de esta terminar.**

A moeda consolidou-se, mas foi um trabalho de anos, do qual muitas pessoas participaram. Fui um personagem que entrou quando a história já estava avançada e que saiu antes de esta terminar. Sai de cena e fui cuidar da minha vida, na Itália, como embaixador. Fiquei lá menos de um ano. Boutros Galli, secretário-geral da ONU, então, convidou-me para ser secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), onde fiquei por quase dez anos. Reconstruí minha vida e nunca mais voltei a essas atividades, porque o meu papel tinha se cumprido. Fechou-se de uma maneira pouco gloriosa, mas acabou acontecendo.

**Como resgatar uma agenda para o Brasil se desenvolver?**

A polarização não promete nada de bom para o País. Minha postura pessoal é a mesma do doutor Tancredo Neves, do Santiago Dantas, do Franco Montoro, do Ulysses Guimarães e do José Sarney. Eu sou um moderado de centro, com consciência social, que procura evitar tanto um extremo como o outro. Temos de recriar as condições para esse centro, que perdemos — algo que o atual governo faz em parte, mas deixa a desejar em outra. O Brasil deve assumir o seu papel como grande potência, mas de um jeito único. Como um colega meu escreveu, há outra forma de ser grande potência, sem bombas atômicas, invasões ou sanções econômicas.



## SOBRE A FECOMERCIO-SP

Reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para promover o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do PIB brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.





PRESIDENTE

Abram Szajman

PRESIDENTE EXECUTIVO

Ivo Dall'Acqua Júnior

SUPERINTENDENTE

Antonio Carlos Borges

 | tutu.ee

#### DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA

Demian Russo

#### DIRETORES CRIATIVOS

Clara Voegeli e Demian Russo

#### REDAÇÃO

#### GESTOR DE COMUNICAÇÃO E EDITOR

RESPONSÁVEL

Lucas Mota MTB 46.597/SP

#### EDITORA

Dimalice Nunes

#### REDADORES

Charles Magno, Gustavo Vianna,

Joana Santana, Vinícius Mendes

e Vinícius Pereira

#### REVISORAS

Flávia Marques e Nanci Vieira

#### PRODUÇÃO

Pâmela Brito

#### DESIGN

#### DIRETORA DE ARTE

Carolina Lusser

#### DESIGNERS

Alberto Lins,

Débora Faria, Jônia Caon

e Maria Fernanda Gama

#### PROJETO GRÁFICO

Paula Seco

#### CAPA

Joélson Buggilla

#### AUDIOVISUAL

#### COORDENAÇÃO AUDIOVISUAL

E DIRETOR DE CONTEÚDO

Guilherme Baroli

#### CONSULTORIA DE CONTEÚDO

E RELAÇÕES PÚBLICAS

André Rocha

#### RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

– Fecomercio-SP

Maria Izabel Collor de Mello

#### ENTREVISTAS UM BRASIL

Guilherme Baroli,

Humberto Dantas,

Jaime Spitzcovsky,

Juliana Rangel, Lucas Mota,

Mônica Sodré, Raquel Landim,

Renato Galeno, Thais Herédia

e Vinícius Mendes

#### CHARGES

Adão Iturrusgarai, Alberto Benett,

Caco Galhardo e Jean Galvão

#### FALE COM A GENTE

publicacoes@fecomercio.com.br

#### IMPRESSÃO

Eskenazi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
(CIP – Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)  
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

---

Um Brasil : modernização do Estado /  
[Federação do Comércio e Bens, Serviços  
e Turismo do Estado de São Paulo].  
— 1. ed. — São Paulo : D. H. Russo — Produções, 2025.  
Vários colaboradores.  
ISBN 978-65-993180-6-1

---

1. Brasil – Política e governo 2. Economia – Brasil  
– Aspectos sociais 3. Modernização 4. Mudanças  
climáticas 5. Reforma administrativa – Brasil  
6. Segurança pública – Brasil I. Federação do Comércio  
e Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo.

---

25-255237 CDD-300.981

---

Índices para catálogo sistemático:  
1. Brasil: Ciências sociais 300.981

Proibida a venda ou reprodução total ou parcial desta obra,  
salvo mediante autorização expressa do detentor dos direitos autorais.

UM  
BRASIL



Aponte a câmera  
do celular para  
o código QR e  
acesse o Canal  
UM BRASIL



REALIZAÇÃO

FECOMERCIO 

[WWW.UMBRASIL.COM](http://WWW.UMBRASIL.COM)

     @CANALUMBRASIL